Universidade de São Paulo (USP)
Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU)

Arthur Dias Soares Ramalho

**Planejamento e preservação: a Fundação João Pinheiro e o Plano de
Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana**

São Carlos
2015

Arthur Dias Soares Ramalho

**Planejamento e preservação: a Fundação João Pinheiro e o Plano de Conservação,
Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana**

Dissertação apresentada ao Instituto de
Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Mestre em
Ciências – Teoria e História da
Arquitetura e do Urbanismo.

Área de Concentração: Teoria e História
da Arquitetura e do Urbanismo.

Orientadora: Professora Associada Sarah
Feldman

São Carlos
2015

Imagem da capa: Lateral da Igreja de Santa Efigênia de Ouro Preto – Arthur Dias Soares Ramalho - 2014
Edição da capa: Nicole de Oliveira Alves Damasceno
Encadernação e impressão: Cópia e Cia – Rodolfo A. Johansen

VERSÃO ATUALIZADA – JULHO DE 2015

AUTORIZO A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO,
POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS
DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

R165p Ramalho, Arthur Dias Soares
Planejamento e preservação: a Fundação João
Pinheiro e o Plano de Conservação, Valorização e
Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana / Arthur Dias
Soares Ramalho; orientadora Sarah Feldman. São Carlos,
2015.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação
em Arquitetura e Urbanismo e Área de Concentração em
Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo --
Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de
São Paulo, 2015.

1. Planejamento urbano. 2. Preservação do
patrimônio. 3. Desenvolvimento Urbano. 4. Fundação João
Pinheiro. 5. Plano de Conservação, Valorização e
Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana. 6. Ouro Preto
e Mariana. I. Título.

FOLHA DE JULGAMENTO

Candidato: Licenciado em História **Arthur Dias Soares Ramalho**

Título da dissertação: "Planejamento e preservação: a Fundação João Pinheiro e o Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana".

Data da defesa: 14/05/2015

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. **Sarah Feldman (Orientadora)**
(Instituto de Arquitetura e Urbanismo - USP)

Prof. Dr. **Carlos Roberto Monteiro de Andrade**
(Instituto de Arquitetura e Urbanismo - USP)

Prof. Dr. **Paulo César Garcez Marins**
(Museu Paulista - USP)

Resultado:

APPROVADO

Reprovado

Reprovado

Coordenador e Presidente da Comissão de Pós-Graduação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo: Prof. Dr. **Márcio Minto Fabrício**

Para minha mãe Lucinez, cujas gotas de suor transformaram-se em letras.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, gostaria de agradecer a professora Sarah, pela honrosa orientação, pelo respeito ao meu trabalho, pela consideração com minha formação acadêmica e por ter-me feito encantar com os estudos da história do urbanismo.

Essa dissertação significou um trabalho coletivo e muitas contribuições, mesmo que dadas uma única vez e com maneiras distintas, possuíram importância no meu processo de amadurecimento, felizmente ainda incompleto. Com carinho, consideração e justiça, também agradeço:

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento da pesquisa, possibilitando as condições de dedicação exclusiva nos primeiros dois anos;

Aos funcionários da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual “Luiz de Bessa”, em Belo Horizonte;

Aos funcionários da Biblioteca “Professora Maria Helena de Andrade” da Fundação João Pinheiro, pelas constantes ajudas na consulta e pesquisa do acervo;

A Fernanda Moreira, do Centro de Referência da Biblioteca Digital de Minas Gerais “Raymundo Nonato”, pela padronização dos documentos na coleção do Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana;

Aos funcionários da Biblioteca Pública Municipal de Ouro Preto, em nome de Judith Gomes;

A Helenice Oliveira, em nome da qual agradeço aos funcionários e estagiários do Arquivo Público Municipal de Ouro Preto;

Aos funcionários da Biblioteca da Escola de Engenharia de São Carlos;

Aos professores Alvaro Antunes, Marco Antônio Silveira, Luiz Estevam Fernandes, Mateus Pereira e Francisco de Andrade, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, saudoso ICHS, que em diferentes oportunidades contribuíram para os primeiros passos do meu projeto de pesquisa;

A professora Helena Mollo, também do ICHS, pelas valiosas primeiras contribuições de orientação ao meu projeto de pesquisa;

Ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do IAU, seus professores e funcionários, pela oportunidade e enriquecimento acadêmico;

Aos professores Eulália Negrelos e Francisco Sales, do IAU, pelas atenciosas conversas de estímulo;

Aos professores Paulo César Marins e Carlos Roberto de Andrade, prezado Mancha, pelas contribuições da participação nas bancas de qualificação e defesa, importantes sugestões e críticas que muito engrandeceram meu trabalho;

Aos amigos de início do mestrado, primeiras amizades são-carlenses da pensão “Sanatório”;

Aos amigos de pós-graduação, Adriana, Clarissa, Cláudio, Daniel, José e Milena, pelos momentos de felicidade em São Carlos;

Aos amigos de orientação, Camila, Carol, Layane, Jardel e Júlio, pelo compartilhamento das experiências, pela cumplicidade no exercício da pesquisa e pelo apoio nos momentos do impossível;

Aos amigos da Escola Estadual Professor Joaquim de Toledo Camargo, pelo dedicado e alegre enfrentamento das dificuldades cotidianas da educação pública;

Aos amigos da República Diáspora, pelo acolhimento em nossa casa durante as atividades de pesquisa e pelo sentido que dão a Mariana e Ouro Preto em minha vida;

Aos velhos amigos de Frutal, em nome do querido Francisco, pela paciência e compreensão do meu distanciamento;

Aos meus familiares, mineiros e paraibanos, pela fé depositada, pelo amor creditado, pelo apoio constante, pelo carinho infindável e pela paciência e compreensão do meu distanciamento;

A minha amantíssima mãe Lucinez e ao meu irmão Bernardo, presunções dos meus mais sinceros esforços;

E a Nicole, por tê-la em minha vida. Existe muito você em minhas distintas maneiras de existir.

RESUMO

RAMALHO, Arthur D. S. **Planejamento e preservação:** a Fundação João Pinheiro e o Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana. 2015. Dissertação (Mestrado). Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2015.

A dissertação parte do questionamento de como se deram as relações entre ideias e práticas de preservação do patrimônio e planejamento urbano a partir da iniciativa estadual mineira do “Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana”, de 1975, elaborado pela Fundação João Pinheiro (FJP). Empreendemos nossos esforços no sentido de recuperar não apenas o momento em que essa aproximação ocorre no Brasil, mas também quais são os principais aspectos dessas relações nas décadas de 1960 e 1970. Nessa época foram realizadas iniciativas públicas de planejamento seguindo uma lógica sistêmica ratificada durante o período da ditadura militar. Órgãos como o Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (EPEA) e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) nos serviram de parâmetros nacionais para a análise da Fundação, em Minas Gerais, do seu Centro de Desenvolvimento Urbano (CDU) e do quadro profissional diretamente vinculado com a elaboração do Plano de Conservação. Até a década de 1960, apenas o campo cultural significou o esforço sistematizado de formação de políticas públicas de Estado, com a atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que passou por mudanças institucionais na estrutura do Ministério de Educação e Cultura sem a perda do prestígio administrativo que havia adquirido desde sua fundação. Nesse sentido, faz-se necessária uma perspectiva que analise a mobilização dos principais agentes institucionais entre os dois campos nas distintas esferas governamentais e aquilo que a Fundação e o Plano podem indicar enquanto especificidade de suas atribuições. A documentação consultada e analisada, além do levantamento bibliográfico, abarcou produções publicadas por órgãos da administração direta e indireta dos governos federal e estadual, do poder legislativo e por encontros técnicos organizados no Brasil e internacionalmente e por veículos de imprensa de circulação local, na década de 1970. De acordo com a pesquisa realizada, a Fundação João Pinheiro representou importante sujeito nos processos de planejamento e preservação, com ações diversificadas. O Plano de Conservação, por sua vez, além de ter reunido um quadro profissional com passagens por distintos órgãos administrativos que não tinham associação com as políticas públicas culturais empreendidas pelo IPHAN, corroborou com a prática estruturada pelo Instituto até a década de 1970, nas prerrogativas de paisagismo que colocam as distintas formas de ocupação urbana de Ouro Preto sob a influência do conjunto histórico. Organizada em três capítulos, a dissertação aborda no primeiro a característica que o planejamento urbano atingiu no período da ditadura militar, salientando o aspecto institucional de dois órgãos do planejamento federal, o IPEA e o SERFHAU; no segundo, a emergência da Fundação num contexto estadual de racionalidade administrativa e institucionalização do planejamento econômico; e no terceiro, a organização do Plano de Conservação e suas premissas diretamente vinculadas à relação entre desenvolvimento urbano, conservação e atividade turística.

Palavras-chave: Planejamento urbano; Preservação do patrimônio; Desenvolvimento urbano.

ABSTRACT

RAMALHO, Arthur D. S. **Planning and preservation:** the João Pinheiro Foundation and the Conservation, Recovery and Development Plan of Ouro Preto e Mariana. 2015. Dissertação (Mestrado). Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2015.

This dissertation asks how are the relationship between heritage conservation and urban planning ideas and practices from the “Conservation, Recovery and Development Plan of Ouro Preto e Mariana”, 1975, prepared by the João Pinheiro Foundation. We undertook our efforts to recover not only the time that this approach happened in Brazil, but also what are the main aspects of these relations in the 1960s and 1970s. At that time public initiatives were carried out planning following a systemic logic ratified during the Brazilian military dictatorship. Organs such as the Applied Economic Research Office (EPEA) and the Federal Office of Housing and Urban Development (SERFHAU) served in the national parameters for the analysis of the Foundation, in Minas Gerais, its Urban Development Centre and the professional staff directly linked with the development of the Conservation Plan. Until the 1960s, only the cultural area meant the systematic effort of forming public policy of the State, with the work of the National Institute for Historical and Artistic Heritage (IPHAN), which went through institutional changes in the structure of the Ministry of Education and Culture without the loss of administrative prestige it had acquired since its foundation. In this sense, a prospect that analysis is necessary to mobilize the main institutional actors between the two areas in the different spheres of government and what the Foundation and the Plan may indicate while specificity of their duties. Our documentation, further to consulted literature, embraced productions published by agencies of the direct and indirect administration of the federal and state governments, the legislature and technical meetings organized in Brazil and internationally and by local circulation media outlets in 1970s. According to the survey, the João Pinheiro Foundation represented an important subject in the planning and preservation processes, with diverse actions. The Conservation Plan, in turn, has assembled a professional team with passages by different administrative bodies that had no association with the cultural policies undertaken by IPHAN, corroborated the practice structured by the Institute until the 1970s, the prerogatives landscaping that put different forms of urban occupation of Ouro Preto under the influence of historical set. Organized in three chapters, the dissertation addresses the first to feature the urban planning reached during the military dictatorship, emphasizing the institutional aspect of two agencies of the federal planning, IPEA and the SERFHAU; in the second, the emergence of the João Pinheiro Foundation in a state context of administrative rationality and institutionalization of economic planning; and third, the organization of the Conservation Plan and its premises directly related to the relationship between urban development, conservation and tourism.

Keywords: Urban planning; Heritage preservation; Urban development.

LISTA DE FIGURAS

Figuras

Figura 1	Estrutura básica do Instituto de Planejamento do IPEA, na década de 1970	43
Figura 2	Cronologia da política cultura oficial (anos 70)	53
Figura 3	Tabela da organização do Ministério de Educação e Cultura nas gestões Ney Braga (1974-1978) e Eduardo Portella (1979-1980)	55
Figura 4	Organização do Ministério de Educação e Cultura na gestão Rubem Ludwig (1980-1984)	55
Figura 5	Autoridades na instalação da Fundação João Pinheiro, em 25 de agosto de 1970.	81
Figura 6	Estrutura organizacional da Fundação João Pinheiro: 1970/1971	83
Figura 7	Estrutura organizacional da Fundação João Pinheiro: 1972	85
Figura 8	Estrutura organizacional da Fundação João Pinheiro: 1973/1974	87
Figura 9	Estrutura organizacional da Fundação João Pinheiro: 1975/1976	89
Figura 10	Estrutura organizacional da Fundação João Pinheiro: 1977/1978	91
Figura 11	Estrutura organizacional da Fundação João Pinheiro: 1979/1982	93
Figura 12	Assinatura de contrato com a FJP para elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte, pelo PLAMBEL, em dezembro de 1971.	95
Figura 13	Visita do secretário estadual de Planejamento para conhecer os resultados do PLAMBEL, em 1972.	97

Figura 14	Assinatura de convênio com <i>Columbia University</i> para planejamento e implantação do Centro de Desenvolvimento em Administração (CDA) da Fundação João Pinheiro, em maio de 1971.	99
Figura 15	Assinatura de convênio entre o Ministério do Planejamento e a FJP para execução de projetos de treinamento para altos executivos, em julho de 1973.	101
Figura 16	Luis de Oliveira Castro, presidente da FJP, apresenta maquete do CETEC ao governador Rondon Pacheco e ao secretário estadual de Planejamento, Paulo José de Lima Vieira, em agosto de 1973.	103
Figura 17	Capa da “Revista da Fundação João Pinheiro – Análise e Conjuntura” sobre o patrimônio cultural de Conceição do Mato Dentro, em 1978.	119
Figura 18	Capa da “Revista da Fundação João Pinheiro – Análise e Conjuntura” sobre o patrimônio cultural do Serro, em 1978.	121
Figura 19	Assinatura do convênio entre IPHAN, IEPHA, FJP e prefeituras de Ouro Preto e Mariana para a elaboração do “Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana”, em 1973.	125
Figura 20	Teodoro Alves Lamounier, supervisor do “Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana”.	127
Figura 21	Rodrigo Ferreira Andrade, coordenador geral do “Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana”.	129
Figura 22	Reunião para elaboração do “Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana”, em 1972.	141
Figura 23	O arquiteto português Alfredo Evangelista Viana de Lima, em Ouro Preto (1972).	143
Figura 24	Trecho do glossário elaborado pelo setor de Restauração do “Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana”.	175
Figura 25	Ficha de Restauração do “Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana”.	177

LISTA DE MAPAS

Mapas

Mapa 1	Sistema Interurbano	149
Mapa 2	Zoneamento e uso do solo de Ouro Preto	151
Mapa 3	Núcleo de Saramenha	153
Mapa 4	Estrutura Urbana de Ouro Preto	155
Mapa 5	Padrão das edificações de Ouro Preto	157
Mapa 6	Núcleo de Passagem	159
Mapa 7	Idade das edificações de Ouro Preto	161
Mapa 8	Valor paisagístico dos lugares urbanos de Ouro Preto	165
Mapa 9	Mapa de unidades de proposição de Ouro Preto	167
Mapa 10	Edificações selecionadas de Ouro Preto	173

LISTA DE TABELAS

Tabelas

Tabela 1	Percentual do crescimento populacional a ser absorvido por núcleo no período de vigência do Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana.	148
----------	--	-----

LISTA DE ABREVIATURAS

ABM – Associação Brasileira de Municípios
APC – Assessoria de Planejamento e Controle
BDMG – Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais
BNDE – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico
BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
BNH – Banco Nacional de Habitação
CATEC – Comissão Coordenadora de Assistência Técnica aos Municípios de Minas Gerais
CDA – Centro de Desenvolvimento em Administração “Paulo Camillo de Oliveira Pena”
CDU – Centro de Desenvolvimento Urbano da Fundação João Pinheiro
CEAG – Centro de Assistência Gerencial da Fundação João Pinheiro
CED – Conselho Estadual de Desenvolvimento de Minas Gerais
CENDEC – Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico e Social
CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais
CETEC – Centro Tecnológico de Minas Gerais
CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNPU – Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana
CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural
CPD – Centro de Projetos de Desenvolvimento
CODEVALE – Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha
CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo
CTM – Cadastro Técnico Municipal
DAC – Departamento de Assuntos Culturais
DAM – Departamento de Administração Municipal
DAU – Departamento de Arquitetura e Urbanismo
DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda
DPHAN – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
DTMA – Diretoria de Tecnologia e Meio Ambiente da Fundação João Pinheiro
ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
EMBRAFILME – Empresa Brasileira de Filmes
EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo
EPEA – Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada
EPUC – Escritório de Planejamento Urbano de Contagem
ESDI – Escola Superior de Desenho Industrial
ESG – Escola Superior de Guerra
ETRA – Fundação Escritório Técnico de Racionalização Administrativa de Minas Gerais
FAOP – Fundação de Arte de Ouro Preto
FDPI – Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
FIPLAN – Fundo de Financiamento de Planos de Desenvolvimento Local Integrado
FJP – Fundação João Pinheiro
FNDU – Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano
FNPM – Fundação Nacional Pró-Memória
FUNARTE – Fundação Nacional de Artes
GPC – Gabinete de Planejamento e Controle do BDMG
IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil
IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICCROM – Centro Internacional de Estudo para Preservação e Restauração da Propriedade Cultural
ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
ILPES – Instituto Latino de Planejamento Econômico e Social
INC – Instituto Nacional de Cinema
INPES – Instituto de Pesquisa do IPEA
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômico-Social Aplicada
IPES – Instituto de Pesquisa Econômica e Social da Fundação João Pinheiro
IPLAN – Instituto de Planejamento do IPEA
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LSN – Lei de Segurança Nacional
MEC – Ministério de Educação e Cultura
MES – Ministério de Educação e Saúde Pública
MIC – Ministério da Indústria e Comércio
MinC – Ministério da Cultura
MINTER – Ministério do Interior
OEA – Organização dos Estados Americanos
PAC – Programa de Ação Concentrada
PAC – Programa de Ação Cultural
PCH – Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas
PMDES – Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PPPV – Plano Permanente de Preservação e Valorização
PRODASEN – Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal
RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte
SAREM – Secretaria de Articulação com Estados e Municípios
SEAC – Secretaria de Assuntos Culturais
SEC – Secretaria de Cultura
SEPLAN – Secretaria de Planejamento da Presidência da República
SENAM – Serviço Nacional dos Municípios
SERFHAU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SNPLI – Sistema Nacional de Planejamento Local Integrado
SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPHAN – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUPAM – Superintendência de Articulação dos Municípios
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB – Universidade de Brasília
UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Cultura e Ciência
UP – Unidade de Proposição/Unidade de Paisagismo
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Introdução	25
 1 – Planejamento e preservação: instituições para o desenvolvimento e para a cultura no Brasil, décadas de 1960 e 1970.....	33
 <i>1.1 – As instituições de planejamento nas décadas de 1960 e 1970</i>	<i>34</i>
<i>1.2 – Preservação e instituições de cultura</i>	<i>46</i>
<i>1.3 – Novos parâmetros e referências para o debate da preservação do patrimônio: o patrimônio urbano e as missões da UNESCO</i>	<i>59</i>
<i>1.4 – Os Compromissos Nacionais: articulações entre planejamento e patrimônio no “II Encontro de Governadores” (1971)</i>	<i>69</i>
 2 – A Fundação João Pinheiro: desenvolvimento e planejamento em Minas Gerais na década de 1970.	75
 <i>2.1 – A criação da Fundação João Pinheiro e as instituições de planejamento de Minas Gerais.....</i>	<i>76</i>
<i>2.2 – O Centro de Desenvolvimento Urbano (CDU) da Fundação João Pinheiro: assistência técnica e planejamento urbano local e regional</i>	<i>106</i>
<i>2.3 – A Fundação João Pinheiro: desenvolvimento urbano e política cultural mineira</i>	<i>113</i>
<i>2.4 – O Projeto Ouro Preto/Mariana: agentes e instituições na elaboração do Plano.....</i>	<i>116</i>
 3 – Planejamento e preservação no “Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana”.	133
 <i>3.1 – O contexto institucional de preservação e de planejamento urbano em Ouro Preto: do tombamento ao Plano Viana Lima.....</i>	<i>135</i>
<i>3.2 – Planejamento, conservação e turismo para o desenvolvimento da “cidade com conjunto histórico”</i>	<i>146</i>
<i>3.3 – As Unidades de Proposição ou Unidades de Paisagismo: conservação em conjuntos urbanos de interesse paisagístico</i>	<i>164</i>

<i>3.4 – Os Dossiês de Restauração: valorização da arte, da localização e dos usos.</i>	<i>172</i>
<i>3.5 – Tensões e conflitos em torno do “Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana”.</i>	<i>179</i>
Considerações finais.....	185
Referências	189
ANEXO A	197
ANEXO B.....	203
ANEXO C	209

Introdução

Essa pesquisa partiu do questionamento de como se deram as relações entre ideias e práticas de preservação do patrimônio e planejamento urbano a partir da iniciativa estadual mineira do “Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana”, de 1975. Empreendemos nossos esforços no sentido de recuperar não apenas o momento em que essa aproximação ocorre no Brasil, mas também quais são os principais aspectos dessas relações. A principal documentação selecionada para a atividade de pesquisa foi elaborada pela Fundação João Pinheiro (FJP) entre 1973 e 1975, baseada no relatório de Alfredo Evangelista Viana de Lima feito para a antiga capital em 1968. O plano para as duas cidades históricas colocou como objetivo resolver o conflito estabelecido entre preservar o patrimônio histórico e organizar o espaço urbano, fazendo com que um não prejudique o outro.

Na verdade, são fatores de coadunação do crescimento econômico, na visão dos técnicos envolvidos com a elaboração do Plano. Isso nos fez pensar também no espaço que ocupou a Fundação João Pinheiro nos processos institucionais voltados para o desenvolvimento estadual e o quão abrangente foi sua ação na década de 1970. Com nossas observações ampliadas a partir da preservação do patrimônio, mas sem modificação dos principais objetivos, pudemos perceber as iniciativas públicas de planejamento seguindo uma lógica sistêmica ratificada durante o período da ditadura militar. Órgãos como o Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (EPEA) e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) nos serviram de parâmetros nacionais para a análise da Fundação, em Minas Gerais, do seu Centro de Desenvolvimento Urbano (CDU) e do quadro profissional diretamente vinculado com a elaboração do Plano de Conservação.

Caracterizando demandas preexistentes desde a década de 1930, o planejamento urbano alcançou institucionalização federal com a criação do SERFHAU. O Serviço representou, fundamentalmente, um processo que incluiu a assistência técnica aos municípios, a montagem de estruturas de planejamento do desenvolvimento local integrado nas distintas esferas de poder e a participação de agentes públicos e privados nesse processo com o estabelecimento de convênios com consultores individuais, centros universitários e de pesquisa e empresas de engenharia consultiva (FELDMAN, 2010; FELDMAN, 2005a; CINTRA, 1978). Por outro lado, o EPEA, no campo econômico, indicou preocupações com a política pública em longo prazo e a formação profissional qualificada no campo (D’ARAUJO, FARIAS, HIPOLITO, 2005), principalmente num momento em que as ações de governo produziram planos com aspectos menos diagnósticos e mais processuais (LAFER, 1975).

SERFHAU e EPEA, independentemente do alcance de suas ações, aparecem em nossa dissertação numa condição proeminente de formação de políticas públicas de Estado, em suas respectivas áreas.

Até a década de 1960, apenas o campo cultural significou o esforço sistematizado de formação de políticas públicas de Estado, com a atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que passou por mudanças institucionais na estrutura do Ministério de Educação e Cultura sem a perda da importância de sua burocracia (MICELI, 1984), mesmo que a natureza profissional dos técnicos tenha sido modificada (FONSECA, 1996; ORTIZ, 1985). Na década de 1970, o Ministério organizou debates sobre a preservação em conjunto a gestores públicos e planejadores, numa tentativa de difusão das responsabilidades concentradas no IPHAN, desde 1937. Nesse período, portanto, enxergamos as possibilidades de resposta aos questionamentos aviltados.

Os objetivos da pesquisa consistiram em compreender os processos institucionais de preservação e planejamento, nas décadas de 1960 e 1970, que estiveram implícitos na atuação da Fundação João Pinheiro e no “Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana”, identificando a mobilização de agentes entre os dois campos nas distintas esferas públicas e nos mesmos espaços de debate e compreendendo as principais características apresentadas pelo discurso do Plano aos aspectos de desenvolvimento na cidade com conjunto histórico. Nossos esforços consistiram não apenas na contextualização da Fundação e do Plano num arranjo sistêmico maior durante o período da ditadura militar, mas também na preocupação com o que ambos nos propuseram de específico em seus próprios espaços de ação. A mobilização dos sujeitos nas distintas configurações mencionadas em nosso trabalho tornou-se fator fundamental para a relação entre os três capítulos que organizam a dissertação.

A documentação consultada e analisada abarcou produções publicadas por órgãos da administração direta e indireta dos governos federal e estadual, do poder legislativo e por encontros técnicos organizados no Brasil e internacionalmente. No que se refere à esfera municipal de governo, também foram consultadas fontes produzidas por veículos de imprensa de circulação local, na década de 1970.

O “Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana”, da Fundação João Pinheiro (FJP), representa uma série de materiais que pode ser consultada gratuitamente na Biblioteca Digital do Estado de Minas Gerais “Raymundo Nonato de

Castro”¹. Para esse trabalho, foram analisados o Relatório-síntese, as Unidades de Proposição ou Unidades de Paisagismo (UP), os Dossiês de Restauração e o “Projeto Ouro Preto-Mariana”. O primeiro nos serviu para melhor compreender as informações sobre a metodologia de classificação dos aspectos concernentes à dinâmica urbana, presentes no “Diagnóstico” do Plano, as principais orientações do trabalho de elaboração do documento e o modelo interurbano a ser desenvolvido para aplicação das “Proposições”. Com base nesses dados, mais bem trabalhados pelo texto do Relatório síntese com indicações cartográficas, tivemos condições de compreender a autodefinição, dada na apresentação do compêndio, de “desenvolvimento integrado”.

Mesmo que trabalhado com uma fonte de aspecto regional sobre duas cidades históricas, ao longo da pesquisa concentramos nossas atenções na atuação do Plano de Conservação em Ouro Preto. Essa escolha pode ser definida por três justificativas. A primeira diz respeito à quantidade de materiais produzidos pelo documento em relação a Ouro Preto, explícita nas 23 Unidades de Proposição paisagísticas e nos 302 Dossiês de Restauração. O próprio documento da Fundação João Pinheiro iniciou com base num relatório elaborado no contexto das missões artísticas da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) para Ouro Preto, ainda no final da década de 1960. Por fim, não se tratou de ignorar as experiências de Mariana na compreensão do documento, colocando-as num estágio inferior ao município vizinho. Alertados em distintos momentos de avaliação e colaboração acadêmica da importância de incluir o espaço marianense das políticas públicas de preservação e planejamento, não dispusemos da oportunidade na fase final da pesquisa.

As Unidades de Proposição nos foram importantes fontes para identificar qual o discurso de preservação foi colocado ao planejamento por meio da criação de ambiências. Definidas a partir de escalas que relacionassem as distintas partes do sítio urbano, preocuparam-se com proposições que não afetassem negativamente o conjunto histórico, colocando o restante da cidade sob a influência do centro. Os Dossiês nos indicaram discursos que salientassem a memória da cidade como palco de grandes acontecimentos históricos, na valorização dos estilos artísticos, da relação com celebrados personagens de eventos do passado e da localização do imóvel na dinâmica urbana. Diferentemente dos anteriores, o “Projeto Ouro Preto-Mariana. Conservação, Valorização e Desenvolvimento Urbano. Proposta técnica e financeira”, também encontrado na Biblioteca Digital, tornou-se a principal

¹ Endereço online: <<http://www.bibliotecavirtual.mg.gov.br/apresentacao/apresentacao.php>>

fonte de identificação dos quadros profissionais e das receitas empreendidas no trabalho de formulação do Plano.

Nos esforços de contextualizar as discussões sobre planejamento e preservação no documento da Fundação João Pinheiro, consultamos fontes produzidas em encontros nacionais e internacionais entre arquitetos, urbanistas, técnicos do restauro, técnicos do planejamento e gestores públicos. Os Compromissos de Brasília (1970) e Salvador (1971) nos indicaram maior proximidade com importantes acordos deliberativos sobre a preservação de monumentos como a Carta de Veneza (1964), as Normas de Quito (1967) e as Recomendações de Paris (1968 e 1972). Essas cartas patrimoniais também significaram ideias que tiveram circulação no Brasil quando missões de consultoria da UNESCO estiveram no país nas décadas de 1960 e 1970 elaborando relatórios técnicos e estudos sobre a situação das cidades históricas em distintas regiões.

Sobre os Compromissos, consultamos como fonte básica os Anais do “II Encontro de Governadores”, em Salvador, em 1971. Isso se deu pela facilidade em relacionar os temas abordados pelos documentos internacionais e aquilo que compreendemos como referência para os principais debates ocorrentes nos Compromissos nacionais, a exemplo das preocupações do patrimônio como objeto de políticas de planejamento urbano, de incremento à atividade turística, de proteção compreendida pelo conjunto no qual se insere e da competência de outros agentes que não somente o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). No endereço *online* do IPHAN, a documentação das cartas patrimoniais pode ser consultada gratuitamente².

Tornaram-se importantes peças na compreensão da institucionalização de órgãos federais, estaduais e municipais as legislações que estabeleceram suas formas de funcionamento, vinculação e os principais objetivos de atuação. Nesse conjunto de documentos foram consultados, relacionados ao governo federal, o Decreto n.º 22.928, de 1933, que erigiu a cidade de Ouro Preto à categoria de Monumento Nacional; a Lei n.º 378, de janeiro de 1937, que dá nova organização ao Ministério de Educação e Saúde Pública, criando o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN); o Decreto n.º 25, de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional; o Decreto-Lei n.º 200, de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização e a reforma da administração federal; e o Decreto n.º 64.016, de janeiro de 1969, que modifica a

²Endereço *online* do IPHAN:
<<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?jsessionid=8D038A0B7D5D1E356000974A73899406?id=17575&sigla=Institucional&retorno=paginaInstitucional>>

denominação do Instituto de Pesquisa Econômico-Social Aplicada (IPEA). Com exceção do Decreto-lei n.º 25, digitalizado no *site* do IPHAN, as demais fontes estão disponíveis no endereço eletrônico da Câmara dos Deputados³.

Relacionados ao governo de Minas Gerais, foram consultados a Lei n.º 1.525, de dezembro de 1956, que cria a Comissão Coordenadora de Ajuda Técnica aos municípios (CATEC); o Decreto n.º 5.886, de setembro de 1960, que cria a Comissão Articuladora de Estudos Regionais; a Lei n.º 5.399, de dezembro de 1969, que autoriza a instituição de Fundação destinada à pesquisa aplicada nos campos da economia, da administração e da tecnologia básica social; a Lei n.º 5.775, de setembro de 1971, que cria, sob a forma de Fundação, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA); o Decreto n.º 15.254, de fevereiro de 1973, que cria, no Conselho Estadual de Desenvolvimento, a Superintendência de Articulação com os Municípios (SUPAM); a Lei n.º 6.303, de abril de 1974, que cria a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH); e o Decreto n.º 18.406, de março de 1977, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Planejamento e reorganiza a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. Essa documentação se encontra disponível no endereço eletrônico da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG)⁴.

No que se refere ao conjunto de fontes legislativas pesquisadas para o governo municipal, temos o Decreto n.º 18, de outubro de 1971, que adota, em suas linhas gerais, o Plano Diretor do Município, baseado no relatório do arquiteto português Alfredo Evangelista Viana de Lima; a Lei n.º 71, de 28 de novembro de 1972, que cria o Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Municipal de Ouro Preto (DPHAM/OP); e a Lei n.º 01, de 07 de fevereiro de 1973, que cria e organiza a Secretaria Municipal de Turismo e Recreação da Prefeitura de Ouro Preto. Com exceção do Decreto n.º 18, consultado nos Anais do Compromisso de Salvador, os demais estão disponíveis no endereço eletrônico da Câmara Municipal de Ouro Preto⁵. Essas fontes nos fizeram compreender o contexto local de institucionalização de órgãos preocupados com o planejamento urbano, a política pública municipal de preservação e sua instrumentação econômica pela atração turística.

Sobre os periódicos, destacaram-se os jornais de circulação local na década de 1970. Nosso objetivo foi identificar as manifestações de conflito concernentes à esfera local e as relações mais gerais dos sistemas normativos que as regem para além da municipalidade. É necessário pontuar que ficamos atentos às formas como são mobilizados os discursos sobre a

³ Endereço eletrônico: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao>>

⁴ Endereço eletrônico: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/index.html>>

⁵ Endereço

<http://www.cmop.mg.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=51>

eletrônico:

preservação do patrimônio, a cidade e o planejamento urbano. No caso do “O Ouro Preto”, os respectivos assuntos aparecem na primeira página, seguidos ou não de apelo cívico, e com poucas exceções são encontradas abordagens no interior dos cadernos. São matérias comuns, raras vezes assinadas. Em relação à “Tribuna de Ouro Preto”, os temas da preservação do patrimônio e da cidade de Ouro Preto apareceram em matéria comum não assinada e em notas esparsas numa coluna de curiosidades. Para a Folha de “Ouro Preto”, os temas da preservação do patrimônio e do planejamento urbano compartilharam o editorial. Os periódicos foram consultados no Arquivo Público Municipal de Ouro Preto (“O Ouro Preto”, n.º 53; “Tribuna de Ouro Preto”, edição de 09/06/1979), na Hemeroteca Histórica da Biblioteca Estadual Luiz de Bessa (“O Ouro Preto”, edição 8; “Folha de Ouro Preto”, edição de 31/10/1979), e na Biblioteca Municipal de Ouro Preto (“O Ouro Preto”, e edições 49 a 111)⁶.

Concomitantemente ao levantamento documental, realizamos a pesquisa bibliográfica de acordo com três assuntos principais: as políticas de preservação do patrimônio no Brasil, o planejamento urbano e a história do urbanismo no Brasil e patrimônio e planejamento urbano em Ouro Preto. A revisão feita sobre a leitura das obras selecionadas concentrou-se, de maneira geral, no primeiro capítulo, destacando o contexto em que se operam as relações iniciais entre as políticas públicas de preservação e planejamento. O levantamento bibliográfico ofereceu subsídios importantes aos outros dois capítulos, nos quais foram fundamentais as observações de aspectos regionais dos processos de institucionalização do planejamento urbano, com destaque para leituras complementares sobre a experiência estadual de Minas Gerais, e o enfoque no trabalho realizado no Plano de Conservação como elemento de diálogo entre as análises do primeiro e do segundo capítulo.

No primeiro capítulo, inicialmente, abordaremos a característica que o planejamento urbano atinge no período da ditadura militar, salientando o aspecto institucional de dois órgãos do planejamento federal, o IPEA e o SERFHAU. Em seguida, serão analisados os elementos da política governamental de cultura, destacando o momento específico em que passavam IPHAN e MEC em relação aos seus processos de institucionalização. Por fim, a continuidade da caracterização ao contexto das políticas públicas culturais, seus agentes e instituições inseridos num âmbito mais amplo, relacionado aos pressupostos internacionais em circulação de ideias no Brasil e à consideração do planejamento urbano no tratamento de conservação. Os objetivos desse capítulo estão diretamente ligados ao intuito de pensar o

⁶Na Hemeroteca Histórica, todos os exemplares já estavam digitalizados.

Na Biblioteca Municipal de Ouro Preto, os exemplares selecionados não estavam catalogados nem digitalizados. No Arquivo Municipal de Ouro Preto, alguns exemplares estavam digitalizados, mas nenhum estava catalogado.

contexto de produção do Plano de Conservação. Formaram-se espaços de discussão promovidos pelos agentes institucionais do patrimônio, que possibilitaram a inserção dos agentes institucionais do planejamento nesses debates. Ambos os campos, cultura e planejamento, são colocados numa perspectiva de proximidade por causa das transformações administrativas que passaram durante as décadas de 1960 e 1970.

No segundo capítulo, nos preocuparemos com a emergência da Fundação num contexto estadual de racionalidade administrativa e institucionalização do planejamento econômico. De acordo com o que foi explicitado no capítulo anterior, torna-se imprescindível compreender o órgão de elaboração do Plano de Conservação como representativo mineiro do panorama nacional. A criação da Fundação possui inspirações no EPEA, que se tornou instituto nos finais da década de 1960. Abordaremos o órgão numa aproximação com ações voltadas à promoção do desenvolvimento e pela identificação dessas no interior da Fundação, focando seus distintos propósitos e a ramificação de suas áreas. Em seguida, especificaremos a política urbana na atuação do órgão, estabelecendo uma coerência entre a atuação de planejamento do CDU e as possibilidades de trabalho criadas pelo período de existência do SERFHAU, outra instituição basilar para os propósitos mobilizados no primeiro capítulo. Posteriormente, a entrada dos técnicos do desenvolvimento urbano na preservação das cidades históricas com a feitura de planos e levantamentos, representou também a participação da Fundação na política estadual de cultura já na segunda metade da década. Por fim, observaremos a formação técnica diretamente ligada ao processo de elaboração do Plano de Conservação, identificando mobilização de sujeitos na burocracia ligada ao contexto de emergência do CDU.

Já o terceiro capítulo abará nossas observações em torno dos aspectos do Plano de Conservação. A primeira parte estará relacionada às intervenções do IPHAN no tratamento urbanístico e à formação de uma ideia sobre a cidade histórica, principalmente no período em que são realizadas as missões da UNESCO, momento em que se produz o relatório do consultor português Alfredo Evangelista Viana de Lima, base para o trabalho da Fundação João Pinheiro. Numa segunda parte, abordaremos as características gerais do Plano, destacando sua organização e suas premissas diretamente vinculadas à relação entre desenvolvimento urbano, conservação e atividade turística. A terceira parte da análise enfocará aquelas seções mais explícitas da assimilação entre patrimônio e cidade, as Unidades de Proposição e os Dossiês de Restauração, os quais, ao mesmo tempo em que representam importantes modificações teórico-metodológicas, ratificam determinado modelo de preservação responsável pela leitura cultural através dos monumentos desde 1937. Por fim, a

compreensão dos conflitos em torno do documento pode ser trazida à luz pela leitura dos periódicos locais ouro-pretanos que abordaram o tema do planejamento urbano e do patrimônio, sugerindo perspectivas sobre a cidade, os processos de institucionalização e o aspecto político da relação entre ambos.

I – Planejamento e preservação: instituições para o desenvolvimento e para a cultura no Brasil, décadas de 1960 e 1970.

“Uma nova responsabilidade”, “indústria sem chaminés” e “preocupação dos cidadãos com o futuro” são expressões que permeiam as linhas do jornal simpático à ditadura militar “O Ouro Preto”, na primeira metade da década de 1970, ideias que se referiam a recente aproximação das autoridades municipais com a principal agência de promoção do desenvolvimento de Minas Gerais. Elaborava-se um plano para a cidade histórica, estendido até a vizinha Mariana e que se apresenta, neste trabalho, como um marco fundamental nas políticas regionais mineiras e, porque não, nas elucubrações nacionais de planejamento urbano. O “Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana”, assim como a Fundação João Pinheiro (FJP), sua entidade de formulação, merecem uma análise mais detalhada a partir da inserção em esforços mais gerais da consolidação do Estado nas políticas públicas de produção, administração e compreensão das cidades sob uma perspectiva econômica de racionalização e convergência sistêmica que tem espaço na administração pública com a ascensão do regime militar.

A afirmação que finda o parágrafo anterior faz-se relevante por dois motivos em nosso primeiro capítulo. Inicialmente, remete à necessidade de recuperar o contexto de planejamento em suas distintas formas ao longo da ditadura militar, e que não necessariamente tem início naquele período. Desde já, pretendemos corroborar com um sentimento existente em toda a dissertação que compreende o planejamento sob a abordagem histórica que coloca nas chaves de leitura não apenas o Plano, mas também os principais agentes políticos e as mobilizações institucionais.

(Re)Colocar essa questão em nosso trabalho fará com que identifiquemos a entrada da política urbana nas mobilizações econômicas, e as tentativas de institucionalização das demandas colocadas historicamente para o assunto, como o assessoramento técnico aos municípios para elaboração de planos diretores, formação técnica e ações regionais e metropolitanas de planejamento. A retomada teórica das iniciativas diz respeito ao entendimento das dinâmicas observadas federalmente em meios regionalizados que, não significando a manifestação adaptada ou diminuída com prejuízos simplificadores da macrorrealidade, implicam a percepção de suas peculiaridades que, posteriormente, demonstrarão o “Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana” e sua agência de elaboração.

Nesse capítulo faremos a discussão de trabalhos tomados como referência em nossa pesquisa, focando em autores como Sarah Feldman, Antônio Octávio Cintra e a coletânea organizada por Betty Lafer. É ainda preciso outro apontamento sobre as linhas que se seguirão, pois a racionalidade administrativa do período da ditadura militar não se restringiu ao campo do planejamento. O “Plano de Conservação” tem em sua orientação um elemento que até o regime golpista representou a única iniciativa cultural de Estado considerada sistêmica, ou pelo menos a mais bem sucedida. Trata-se do patrimônio cultural e seus processos de preservação, presentes nas proposições de desenvolvimento para ambas as cidades históricas abarcadas, algo que encontrou respaldo nas discussões de política urbana com a vinda de consultores estrangeiros, seminários realizados, cursos universitários de formação técnica e programas de financiamento para intervenções em núcleos urbanos antigos. Examinaremos também os agentes institucionais da área cultural do Governo Federal, entendendo-os sob um prisma processual do estabelecimento burocrático.

A ideia de racionalização que permeia o planejamento durante a ditadura também está nos ímpetus da área cultural, e assim como aquele correspondem em medida significativa a demandas historicamente estabelecidas em relação aos pressupostos da preservação do patrimônio. Acerca dessas mobilizações, nos será essencial a literatura marcada pelas obras de Sérgio Miceli (1984), Márcia Sant’Anna (1995) e Maria Cecília Londres Fonseca (1996).

Inicialmente, abordaremos a característica que o planejamento urbano atinge no período ditatorial, salientando o aspecto institucional do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), dois órgãos com distintas atribuições, mas aparentemente mobilizados em torno de objetivos similares no desenvolvimento urbano. Em seguida, serão analisados os elementos da política governamental de cultura, destacando o momento específico em que passavam o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Ministério de Educação e Cultura em relação aos seus processos de institucionalização. Por fim, a continuidade da caracterização ao contexto das políticas públicas culturais, seus agentes e instituições inseridos num âmbito mais amplo, relacionado aos pressupostos internacionais em circulação de ideias no Brasil e à consideração do planejamento urbano no tratamento de conservação.

1.1 – As instituições de planejamento nas décadas de 1960 e 1970

O planejamento como parte de um sistema da política pública nacional obedeceu a uma lógica de institucionalização colocada em prática na ditadura militar desde o governo Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), mas que não teve início no período

posterior ao Golpe de 1964. Podemos dizer que o planejamento adquiriu um arranjo específico. Thomas Skidmore (1988) caracteriza os primeiros esforços do “novo” regime como indícios de legitimação institucional das esferas federais de administração pública. O primeiro ditador criou instrumentos legais fundamentais para o afastamento das representações de uma política que se pretendeu negar com a queda de João Goulart. Tem destaque os primeiros Atos Institucionais, cujas matérias atingem a cassação de direitos políticos e a abolição do multipartidarismo, uma nova Constituição da República, em 1967, que instaurou a eleição indireta para a Presidência e ampliou os poderes do Executivo numa consequente diminuição de atribuições do Congresso, como o controle de gastos públicos, e um Decreto-lei que amalgamava as Forças Armadas na administração pública federal, impondo o estilo militar de planejamento sob o comando e a coordenação do presidente. A Lei de Segurança Nacional (LSN) mostrou-se como um recurso decisivo ao cerceamento de liberdades civis e consecução de princípios oriundos da Escola Superior de Guerra (ESG) na burocracia estatal.

Nesse sentido, cabe a leitura que estabelece Fernando Henrique Cardoso (1975) sobre a atividade de planejamento em suas “ilhas de racionalidade” no período pós-1964. Com a definição de uma burocracia técnica marcadamente influenciada pela ESG e o rompimento com um sistema político criticado pela alcunha de populista, a atividade de planejamento não passou, necessariamente, pelo aperfeiçoamento da prática. A natureza autoritária das novas representatividades governamentais, de acordo com Cardoso, atendeu a um rearranjo com distintos sujeitos no interior da administração pública. Isso teve correspondências nos aspectos econômicos e urbanos da atividade de planejamento.

Como dissemos, não se tratava de originalidade nas preocupações do governo, já que nos dois períodos presidenciais de Getúlio Vargas observaram-se iniciativas intervencionistas e de cunho protecionista do Estado na economia, desencadeando amplo processo institucional que alocou sujeitos com interesses diversos na burocracia federal. O principal expoente disso, no primeiro governo Vargas (1930-1945) foi a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em 1938, com o intuito de racionalidade administrativa. O órgão foi responsável não apenas pela gestão do funcionalismo público, mas também por atribuições fiscais e orçamentárias, como o Plano Especial de Obras Públicas e Reaparelhamento da Defesa Nacional (1939-1943), “primeiro plano quinquenal da história do planejamento brasileiro”, segundo Fernando Rezende (2010).

Já no segundo governo Vargas (1950-1954), na retomada da política econômica intervencionista, foi criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)⁷, em 1952, com o principal objetivo de financiar o plano de reaparelhamento econômico, plano elaborado pelo então ministro da Fazenda, Horácio Lafer, e diretamente relacionado ao período de trabalho da Comissão Mista Brasil – Estados Unidos, entre 1951 e 1953, cujo objetivo era angariar investimentos nacionais ou estrangeiros para o desenvolvimento brasileiro.

O BNDES ficaria responsável pela negociação de empréstimos externos para o financiamento do Plano de Reaparelhamento e por executar as operações financeiras conexas. Além do respaldo financeiro, o BNDES deveria realizar análises econômicas e identificar os principais problemas do país, definindo sua linha de ação. O BNDES assumiu um papel estruturante e de agente direto nos setores que exigiam investimentos de longo prazo. (BNDES, 2012, p. 21)

O BNDE possuiu propósito de ação econômica em longo prazo que esteve nas preocupações de planejamento do governo militar, representadas na criação e atuação do Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (EPEA), criado em 1964. Roberto de Oliveira Campos, ministro de Estado Extraordinário de Planejamento e Coordenação Econômica do governo Castelo Branco, foi da geração dos técnicos da Comissão Mista e da primeira diretoria do BNDE. O momento de consolidação do EPEA esteve relacionado à passagem do planejamento de uma dimensão diagnóstica para outra com aspecto social de processo, percebida mais explicitamente desde o Plano de Metas.

O Plano de Metas (1956-1961) significou, por exemplo, um importante esforço integrado de intervenção econômica, além dos consideráveis gestos de organização administrativa dos órgãos de planejamento, a exemplo da criação do Conselho de Desenvolvimento, responsável pela formulação de planos e realização de pesquisas na área econômica⁸.

⁷ Criado pela Lei n.º 1.628, de junho de 1952, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) modifica o nome para Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), passando a coordenar o Fundo de Investimento Social (Finsocial). No texto, escolhemos utilizar a sigla BNDE, mesmo que a literatura consultada tenha preferido BNDES. Cf. BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **BNDES**: um banco de história e do futuro. São Paulo: Museu da Pessoa, 2012.

⁸ As estruturas governamentais de planejamento sofrem significativas atualizações a partir do Plano de Metas. Depois do Conselho de Desenvolvimento, criado por JK em 1956, o Governo Jânio Quadros criou a Comissão de Planejamento Nacional, e em 1962 Celso Furtado assumiu o Ministério Extraordinário de Planejamento. Com

No Governo João Goulart (1962-1964) o Plano Trienal, coordenado por Celso Furtado e San Tiago Dantas, deveria contornar também uma crise política desencadeada pela renúncia de Jânio Quadros, além da econômica, cujo foco tornara-se a reversão do quadro inflacionário e a retomada do crescimento observado em tempos de Juscelino⁹. Ligado às Reformas de Base, o Plano Trienal recebeu apoio da classe trabalhadora e de setores ligados às esquerdas, mas como também não podia prescindir do apoio empresarial, a solução foi buscada na inexpressiva política de salários da iniciativa governamental, mais robusta em relação ao funcionalismo público.

Com o Golpe, ações regionais existentes desde o Plano Trienal para áreas consideradas em estagnação, como a Amazônia e o Nordeste, formataram-se na promoção de incentivos fiscais, formulação de planos, supressão de desequilíbrios pelas possibilidades de formação de um mercado industrial através dos produtos agrícolas e programas de colonização das regiões Norte e Nordeste com a realização de vultosas obras de infraestrutura, a exemplo das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém¹⁰. Um importante aspecto dessas “incursões regionais”, continuidades do que havia sido iniciado na década de 1950, esteve relacionado à formação de polos de desenvolvimento, algo que se associou diretamente às preocupações de institucionalização do planejamento urbano.

O EPEA e o SERFHAU foram órgãos com atribuições relacionadas ao planejamento urbano no novo arranjo que a ditadura militar estabelece com a alocação de distintos sujeitos nas atividades de desenvolvimento. O Decreto-Lei n.º 200, de 1967, acerca da reforma na administração pública federal, pautava a formulação de planos de ação do Governo, plurianuais e orçamentos-programas, e a iniciativa da União deveria seguir uma lógica de descentralização, delegação de competências e controle. A criação pelo documento, em cada Ministério Civil, de órgãos centrais responsáveis pelo correspondente campo (Artigo 22), e a importância dada ao ministro do Planejamento na “missão coordenadora” de assuntos afins ou interdependentes que pudessem interessar a mais de um Ministério (Artigo 36), conferiram ao

a exoneração de Furtado, um ano depois, tem-se a criação de um escritório ligado à Presidência da República, de Coordenação do Planejamento Nacional. A ideia de um Ministério de Estado volta a se consolidar com o Golpe de 1964. Cf. MENDES, Ana Gláucia. “2. A experiência de planejamento econômico no Brasil”. In: CINTRA, Antônio Octávio; HADDAD, Paulo Roberto (orgs.). **Dilemas do planejamento urbano e regional no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. (75-142)

⁹ A inflação fechou o ano de 1962 em 51%, e o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) registrou índice de 3% na mesma época, muito abaixo dos almejados 7% do período 1957-1961. Cf. MACEDO, Roberto B. M. “Plano trienal de desenvolvimento econômico e social (1963-1965)”. In: LAFER, Betty Mindlin (org.). **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1975. (p. 51-68)

¹⁰ Fazem parte dessa perspectiva documentos como o Plano de Ação Econômica (Paeg) do Governo Castelo Branco, o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) do Governo Costa e Silva e as Metas e Bases para Ação de Governo na Gestão Médici. Cf. MENDES, Ana Gláucia, *op. cit.*, 1978.

planejamento uma dimensão sistêmica. Sobre isso ainda, o Decreto reestabeleceu funções entre alguns ministérios que possuíam órgãos relevantes ao processo de institucionalização que nos interessam por ora. A pasta do Interior absorveu as atribuições da Coordenação dos Organismos Regionais, enquanto o Planejamento e Coordenação-Geral foi criado com a subordinação do Planejamento e Coordenação Econômica.

Em 1967, com o Decreto-Lei n.º 200, o EPEA, vinculado ao Ministério do Planejamento e Coordenação-Geral, mudou a denominação, passando a Instituto de Pesquisa Econômico-Social Aplicada (IPEA)¹¹ e muito do seu sucesso deveu-se ao fortalecimento de João Paulo Reis Velloso no trânsito burocrático da administração federal. Convidado por Roberto Campos após cursar pós-graduação nos EUA, Velloso iniciou uma carreira de ascensão que culminou em mais de uma década nas posições privilegiadas do respectivo Ministério, assumindo sua titularidade consecutiva nos governos de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) e Ernesto Geisel (1974-1979). A pretensão de formular um novo órgão de economia aplicada incumbia o IPEA de uma função orientadora na política pública nacional. Isso não excluiu a participação de consultores estrangeiros no momento de nascimento do Instituto.

Estiveram trabalhando no Brasil economistas tidos como referências aos estudantes, à época, como Rosenstein-Rodan e Benjamin Higgins. Também existiu um convênio com a Universidade de Berkeley, Califórnia, EUA, que possibilitou a vinda de William Ellis, Albert Fishlow, Samuel Morly e Joel Bergsman. O Decreto de instituição do IPEA garantia isso em sua primeira redação, ao definir no parágrafo terceiro do Artigo 190 a manutenção de “intercâmbio com entidades de ensino, estudo e pesquisa nacionais e estrangeiras”.

Na opinião de Velloso, presidente do IPEA entre 1967 e 1969, os princípios da entidade definiam-se por

[...] uma visão criativa e global, pensar com inovação, ser uma consciência crítica do governo. O segundo foi o da pluralidade: acolher pessoas que tivessem talento, independentemente de suas preferências ideológicas. O terceiro era construir uma carreira própria, que enfatizasse o mérito e valorizasse a excelência técnica, mas sempre com transparência. [...] O quarto, ser um *institution builder*. Nós nos preocupávamos com a criação e a

¹¹ Escolhemos utilizar as siglas EPEA e IPEA para nos referirmos ao mesmo órgão. EPEA para o momento entre 1964 e 1967, e IPEA para o momento posterior a 1967. Ainda em 1969, o Instituto tem seu nome modificado mais uma vez para Instituto de Planejamento Econômico e Social, mantendo a sigla IPEA. Cf. BRASIL. **Decreto n.º 64.016**, de janeiro de 1969. Altera a denominação do Instituto de Pesquisa Econômico-Social Aplicada – IPEA, e dá outras providências.

consolidação institucional da administração brasileira – o Ipea criou ou ajudou a criar vários órgãos. (D´ARAÚJO; FARIAS; HIPOLITO, 2005, p. 28)

Em primeiro lugar, a liberdade de ideias e discussões abertas tornaram-se características de consenso entre distintos agentes diretamente relacionados ao IPEA nas décadas de 1960 e 1970. A passagem de Pedro Malan, Edmar Bacha e Arthur Candal como técnicos do Instituto indicam o aparente afastamento das pressões autoritárias de cunho ideológico do governo, já que os dois primeiros eram tidos como economistas da oposição.

Acerca da “valorização do mérito” e “ênfase na excelência”, podemos salientar a preocupação na formação de quadros profissionais no Instituto. Na estrutura do IPEA, existia o Cento de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico e Social (CENDEC), cujas atribuições diziam respeito ao envio de economistas para o doutorado no exterior e a qualificação técnica para o trabalho em secretarias gerais de ministérios e secretarias estaduais de Planejamento. Os técnicos eram mandados ao exterior para cursos de pós-graduação e existia um espaço de consideração dos melhores nomes identificados no mercado. O Decreto-Lei n.º 200 permitia, pelo artigo 96, a contratação de especialistas “segundo as exigências de trabalho técnico em institutos, órgãos de pesquisa e outras entidades especializadas da Administração Direta ou autarquia”.

Na possibilidade de um formador de instituições, o IPEA teve participação direta na criação do Fundo de Financiamento de Estudos e Projetos (FINEP) e na reestruturação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na década de 1960. Segundo Velloso, tratavam-se de órgãos com atribuições essenciais ao funcionamento sistêmico do planejamento federal, sendo que o primeiro concentrava seus esforços nos investimentos em desenvolvimento científico e tecnológico, com destaque para as pós-graduações; e o segundo não poderia permitir boas pesquisas e estudos em desenvolvimento econômico se não apresentasse métodos estatísticos confiáveis (D´ARAÚJO, FARIAS, HIPOLITO, 2005).

Existia também o Instituto de Planejamento (Iplan), com sede em Brasília, e o Instituto de Pesquisas (Inpes), com sede no Rio de Janeiro, na estrutura organizacional do IPEA do final da década de 1960. Sobre o Iplan, a amplitude dos trabalhos empreendidos se deu em virtude da proximidade do órgão com os centros decisórios políticos na capital federal e a estruturação em distintas áreas de planejamento, como indicado na Figura 1. Roberto Cavalcanti de Albuquerque, ex-superintendente do Iplan, afirma que foi elaborada pelo órgão “[...] uma proposta de política urbana, para a organização das regiões metropolitanas, a ocupação

seletiva e descontínua da Amazônia, o desenvolvimento rural do semiárido, e assim por diante” (D’ARAÚJO, FARIAS, HIPOLITO, *op. cit.*, p. 183).

O Iplan possuía um setor de desenvolvimento urbano que no contexto da Lei Complementar n.º 14, de 1973, participou de estudos para determinação das regiões metropolitanas em continuidade aos trabalhos da Secretaria de Articulação com Estados e Municípios (SAREM), órgão criado por João Paulo dos Reis Velloso no Ministério do Planejamento, em 1972. A Secretaria tinha entre suas atribuições a coordenação dos fundos de participação de estados e municípios, e a montagem de sistemas de planejamento por meio da tarefa de articulação de ações de desenvolvimento entre os três níveis de governo. Mas, anteriormente à criação da SAREM, o IPEA já havia feito alguns estudos de caráter regional, localizando polos e áreas homogêneas socioeconomicamente que serviram de base para o planejamento metropolitano. Segundo Antônio Octávio Cintra (1978), Harry Cole ficou a cargo da proposta de formalizar o Sistema Nacional de Planejamento Local Integrado (SNPLI) e o início da instrumentação das regiões metropolitanas. Cole, primeiro coordenador do SERFHAU, havia elaborado a própria seção urbana do Plano Decenal do governo Castelo Branco.

O SERFHAU representou a institucionalização de um conjunto de debates e demandas preexistentes, mas que ainda não haviam encontrado o caminho administrativo federal. A possibilidade de um órgão responsável pelas políticas públicas de planejamento urbano assumiu a esfera administrativa federal na década de 1930, durante o governo Vargas com a difusão dos Departamentos das Municipalidades ou Departamentos de Assistência aos Municípios em estados como São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, entre outros (FILHO, SILVA, DORNELLAS, 2011). Conhecidos como “daspinhos”, em alusão ao principal órgão de gestão do funcionalismo público federal, esses órgãos tinham a responsabilidade de auxiliar os municípios nos assuntos de ordem financeira e administrativa, por exemplo, na formação de quadros técnicos e elaboração de documentos pertinentes às prefeituras, como orçamentos-programas.

Tratava-se de um período autoritário e as pretensões do governo federal buscavam a racionalização da máquina pública que consistia na assimilação de agentes diversificados no interior da burocracia em formação. Esse contexto iniciou as discussões em torno da consolidação de um municipalismo eminentemente urbano em detrimento dos entusiastas das antigas lideranças ruralistas (MELO, 1993). No momento em que o Brasil se reinseriu no regime democrático após o longo período Vargas, os municipalistas tiveram papel importante no processo de institucionalização do planejamento nas décadas de 1940 e 1950 a partir da

criação de órgãos de assistência técnica, como o Instituto Brasileiro de Assistência aos Municípios (IBAM), ligado à Associação Brasileira de Municípios (ABM), e realização de eventos, como o I Congresso Nacional de Municípios, no Rio de Janeiro. Posteriormente, conseguiram mobilizar o Serviço Nacional dos Municípios (SENAM), vinculado à Presidência da República durante o breve governo Jânio Quadros.

Fazem parte desse processo, de uma forma geral, elementos relacionados à constituição de centros de estudos e pesquisas, trabalhos de formação técnica, realização de seminários e congressos, publicação de periódicos e atuação de órgãos classistas como o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB). Uma série de fatores que caracterizará, de acordo com Feldman, o “arranjo SERFHAU”. Criado em 1964 e vinculado ao Banco Nacional de Habitação (BNH), o Serviço existiu durante 11 anos e foi responsável pelo estímulo a um processo de planejamento urbano produtor de uma lógica extensa aos distintos setores da administração pública, nos três níveis de governo. Com o Plano Decenal (1967), o órgão assumiu a posição de coordenação do SNPLI, e com sua regulamentação em 1966, coordenou o Fundo de Financiamento de Planos de Desenvolvimento Local Integrado (FIPLAN). Contudo, perde a coordenação do SNPLI, em 1969, com a atividade do Programa de Ação Concentrada (PAC), e do FIPLAN, em 1974.

No que se refere à dimensão da assistência técnica, o órgão financiou estudos preliminares, relatórios, planos de desenvolvimento integrado e orçamentos-programas. Englobando aspectos físico-territoriais e socioeconômicos, os materiais produzidos pelo órgão variavam de acordo com o tamanho das cidades e as condições que o trabalho poderia apresentar em relação a isso. Segundo Feldman (2010), no momento de aplicação do PAC/Minter, o Serviço elaborou relatório preliminar às cidades mais populosas de microrregiões homogêneas, um plano de ação imediata àquelas de médio porte e o plano de desenvolvimento local integrado para as cidades grandes.

A atuação do SERFHAU no planejamento urbano não ficou restrita às instâncias administrativas municipais. Em relação ao estímulo de instituições locais e regionais de planejamento, o Serviço funcionava por meio do repasse de recursos do FIPLAN sob a condição de criação de estruturas permanentes de planejamento e desenvolvimento. Na regulamentação era permitido ao processo instaurado pelo trabalho do SERFHAU, com a possibilidade de financiamento, a participação de distintos agentes, públicos ou privados, nas mais diversas esferas administrativas:

Trata-se do artigo 27, segundo o qual ‘podem ser beneficiários do "Fundo de Financiamento de Planos de Desenvolvimento Local Integrado" os órgãos e entidades regionais, interestaduais, estaduais, intermunicipais e municipais que queiram contratar a elaboração de planos e estudos de desenvolvimento local integrado’. (FELDMAN, 2005a, p. 11)

Exemplo das empresas de engenharia consultiva, entidades cadastradas no FINEP sob a categoria de desenvolvimento urbano e que haviam se formado no final da década de 1950. Nesse contexto, também se inseriram escritórios de arquitetura sob a mesma condição das consultoras, proporcionando um maciço espaço de planejamento urbano fora das administrações municipais. Uma pesquisa de Eurico Azevedo (1976) para o contexto paulista de atuação do SERFHAU demonstra esse cenário ao levantar que entre os cem municípios com planos diretores, 75,9% deles foram elaborados externamente às municipalidades, tanto por meio de empresas, consultores individuais e centros universitários (FELDMAN, 2005b).

Numa observação geral, a atuação do SERFHAU estava praticamente consolidada no tratamento de uma política urbana nacional por meio da difusão da assistência técnica, da formação de órgãos de planejamento, da participação de agentes privados nas políticas públicas e no repasse de recursos. O SERFHAU também atuou na formação de quadros profissionais e qualificação técnica, como a prática dos municípios-escola; a realização, em 1972, do Curso de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Local, vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com a participação de técnicos da Organização dos Estados Americanos (OEA) da Universidade de Edimburgo; e do I Curso de Especialização em Planejamento Urbano, vinculado à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com financiamento da Superintendência para Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1974 (FELDMAN, 2010).

Figura 1 – Estrutura básica do Instituto de Planejamento do Ipea, na década de 1970

Quadro 5: Sistema de Planejamento Federal – estrutura básica do Instituto de Planejamento do Ipea

Fonte: REZENDE, Fernando. **Planejamento no Brasil: auge, declínio e caminhos para reconstrução**. Textos para discussão CEPAL/Ipea. Brasília: Ipea, 2010. p. 68.

A ideia de desenvolvimento integrado colocada por Harry Cole, representativa da perspectiva do EPEA, ampliava os significados da ação desse tipo específico de planejamento e o SERFHAU também financiou planos metropolitanos, “[...] sendo a expressão “integrado” usada tanto como sentido das relações verticais entre os planos locais, microrregionais, regionais e nacionais, quanto com o da cobertura multifuncional dos planos” (CINTRA, 1978, p. 206-207). Os Planos Nacionais de Desenvolvimento (I PND e II PND), realizados ao longo da década de 1970, indicaram a preocupação urbana com a metropolização, apesar de continuarem a afirmação da necessidade de equilíbrio regional de renda. O desenvolvimento urbano se tornaria uma estratégia importante para coadunação de interesses nacionais e locais (MENDES, 1978). Nesse sentido, a identificação de polaridades microrregionais e o anseio metropolitano do Governo Federal, trouxeram alguns aspectos de modificação das atribuições do SERFHAU e do BNH. Ou pelo menos sua instabilidade política.

Em outras palavras, não se trata de afirmar que as iniciativas governamentais adotadas para orientação da política urbana se anularam entre si, deliberadamente ou não. A questão central é que o alcance das políticas públicas urbanas não se efetivou pela tensão entre competências semelhantes em diferentes órgãos. O IPEA e o SERFHAU ao formarem e possuírem grupos técnicos ligados ao planejamento urbano em dois Ministérios foram exemplos disso. A partir de meados da década de 1970, ambos tiveram essas mesmas atribuições esvaziadas: o SERFHAU se extinguiu em 1975; e os técnicos de desenvolvimento urbano do IPEA foram transferidos para a pasta do Interior, no governo João Batista Figueiredo (1979-1984), durante a gestão de Mário Henrique Simonsen no ministério do Planejamento (D’ARAÚJO; FARIAS; HIPOLITO, 2005).

A vinculação do SERFHAU a uma agência financeira também indica a fragilidade na concretização das políticas públicas urbanas no período da ditadura militar. O Banco Nacional de Habitação atendia interesses do governo Federal que muitas vezes conflitaram com o papel urbano que o órgão deveria ter em relação às cidades. Segundo Cintra (1978, p. 225), “o papel estratégico do BNH de manter ativa a indústria de construção, [...], em manter altos os níveis de emprego da mão-de-obra não-qualificada, coloca em segundo plano outros objetivos”.

O SERFHAU, nessa condição de subordinação e na visão de Cintra, não foi capaz de compreender a perspectiva setorial que colocavam as municipalidades aos esforços de integração, pelo governo Federal, da política urbana. As limitações do Serviço foram indicadas também na indefinição das normas de atuação e fiscalização dos planos financiados

(FRANCISCONI; SOUZA, 1975)¹², e no restrito alcance dos planos elaborados pelas empresas de consultoria em planejamento urbano, cujo aproveitamento se tornou inviável às municipalidades pela grande quantidade de análise e proposições (AZEVEDO, 1976)¹³.

1.2 – Preservação e instituições de cultura

Aquilo que Mariza Veloso Motta Santos (1996) chamou de “Academia SPHAN”, ou o que Sérgio Miceli (1987) denominou de “refrigério da cultura nacional” foi responsável pela criação de um modelo técnico e profissional a respeito da defesa dos monumentos civis e religiosos no país, inicialmente com a valoração de excepcionalidade pautada pelo posicionamento particular de seus técnicos (FONSECA, 1997). As mobilizações em torno da consolidação de uma estrutura governamental com competência para seleção e proteção de monumentos históricos e artísticos, no Brasil, permearam impasses entre intelectuais vinculados ao Modernismo e ao estilo Neocolonial¹⁴. Com a Inspetoria de Monumentos Nacionais e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), ao longo da década de 1930, temos em perspectiva duas iniciativas importantes para tal compreensão, sendo a primeira vinculada a Gustavo Barroso e a segunda relacionada diretamente aos intelectuais modernistas com significativo trânsito na administração de Getúlio Vargas.

No respectivo governo, o Estado foi aparelhado com o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública (MES, 1930), o Ministério do Trabalho (1930), o Departamento Nacional de Propaganda (1934) e o DASP (1938). Dentro da área cultural, representada pelo MES, foram criados o Serviço Nacional do Livro, o Serviço Nacional de Teatro, o Instituto Nacional de Cinema Educativo e o SPHAN. Este, em sua “fase heroica” (1937-1967), inicia esforços públicos para a construção do conjunto de objetos e conhecimentos técnicos significativos da expressão cultural nacional. Viagens feitas a Ouro Preto e Diamantina, por exemplo, ainda nas décadas de 1910 e 1920, chamaram atenção para a valoração da cultura material produzida pelo barroco como indícios da nossa civilização, relida naqueles objetos e ainda em formação se comparada aos países mais desenvolvidos no cenário internacional.

O Serviço do Patrimônio fez parte de um mesmo processo desencadeado com projetos apresentados durante a década de 1920 sobre uma política pública de proteção aos

¹² Cf. FELDMAN, Sarah. O Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU): avanços, limites e ambiguidades (1964-1975). *Anais do I Encontro Nacional da ANPARQ*. Rio de Janeiro, 2010.

¹³ Cf. FELDMAN, Sarah. **Planejamento e zoneamento**. São Paulo: 1947-1972. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2005.

¹⁴ O chamado “estilo tradicional” consistia na valorização de elementos da arquitetura colonial brasileira, com influências estrangeiras e do arcabouço teórico academicista das Belas-Artes, sendo criticado pelo movimento Modernista em seu ecletismo. Cf. PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. **Neocolonial, modernismo e preservação do patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2011.

monumentos, não aprovados pela fragilidade das instâncias administrativas capazes de coordenar a atividade e por conflitos de interesse em torno da possibilidade de intervenção na propriedade privada; além de ter substituído a Inspetoria dos Monumentos Nacionais, fundada por Gustavo Barroso, então diretor do Museu Histórico Natural. Com isso, o Serviço construiu determinada hegemonia sobre o assunto da preservação através da orientação intelectual modernista. Inclusive, o anteprojeto para o novo órgão foi elaborado por Mário de Andrade, a convite de Rodrigo Melo Franco de Andrade.

No que se refere ao anteprojeto de Mário de Andrade, Fonseca pontua que existe uma lacuna em função da instrumentalização do tombamento, pois a concepção de patrimônio abordada no documento prezava pela imaterialidade e abrangência da dimensão artística como fator de unificação entre aquilo que correspondia às produções tidas como eruditas e populares. Também existe uma mobilização museológica cujo aspecto educativo distinguia as especializações nacionais e regionais em suas coleções. A participação democrática no tratamento dos bens, por sua vez, estava restrita ao caráter local, cabendo ao Estado a divulgação do conhecimento reunido e construído pelos agentes do SPHAN.

Durante a chamada “fase heroica” as expressões privilegiadas pelo Serviço estavam representadas por edificações religiosas e aquelas utilizadas por órgãos coloniais da administração civil¹⁵. Questões estéticas, ligadas à “excepcionalidade” arquitetônica, marcaram a consolidação dos trabalhos nacionais de preservação, num período sem critérios muito bem padronizados, mais dependentes da própria atuação dos técnicos. Exemplo disso podem ser os tombamentos da Igreja de São Francisco na Pampulha, em Belo Horizonte (1947) e do prédio do MES (1948), praticamente imediatos à sua construção. Por um lado, a quantidade de bens de “pedra e cal” tombados significa a hierarquização dos valores estéticos na política de preservação, sobre os aspectos históricos; enquanto a ideia de excepcionalidade pautava-se menos pela clareza institucional de critérios do que pela opinião do próprio agente; e por outro, a arquitetura moderna, de produção contemporânea aos técnicos do patrimônio, também tinha lugar na formulação do conhecimento socialmente legitimado pelo SPHAN¹⁶.

¹⁵ Entre os 803 bens tombados, 368 eram de arquitetura religiosa, 289 de arquitetura civil, 43 de arquitetura militar, 46 eram conjuntos, 36 bens imóveis, 6 bens arqueológicos e 15 bens naturais (FONSECA, 1997).

¹⁶ É válido recordar que ocorreu o “destombamento” para que quatro igrejas barrocas pudessem ser demolidas, abrindo espaço para a construção da Avenida Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, na primeira metade da década de 1940. Cf. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Capítulo 7. Patrimônio como política cultural. In: _____. **Cultura é patrimônio**: um guia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

A possibilidade de anulação da proteção jurídica aos bens culturais passou a existir com o Decreto-Lei n.º 3.866, de 29 de novembro de 1941, que permite ao Presidente da República cancelar o tombamento de qualquer bem nacional, estadual ou municipal e sinaliza a existência de conflitos internos na relevância de proteção cultural.

Em se tratando de iniciativa inédita no Brasil, a consolidação de uma instituição preservacionista implica a formulação de *corpus* teórico e documentação para o tratamento do tema. Algo que contribuiu para o “isolamento” político daquela repartição no aparato estatal da República, aparentemente isenta das mobilizações partidárias de grupos de interesse. Uma estratégia que se mostrou importante para a elaboração do conhecimento patrimonial foi a publicação da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (CHUVA, 2009). Necessidade de mão dupla, na qual o Estado angariou elementos culturais para corroborar sua iniciativa de persuasão ideológica, enquanto intelectuais tiveram a oportunidade assegurada de instaurar instituições distintas da tradição brasileira diletante. São interesses e escolhas que se mantiveram distantes das manifestações “populares”, ou seja, de práticas culturais ligadas a grupos comunitários.

Em suma, o SPHAN se tornou, na visão de Sérgio Miceli (1987), a mais bem sucedida política cultural brasileira. Montou-se uma estrutura especializada num assunto inédito ao Estado brasileiro, conferindo-lhe uma autoridade pela especificação que dificilmente foi abalada pela presença de outros atores ao longo de sua trajetória. Na mesma linha, Joaquim Arruda Falcão (1984) argumenta que a chamada “fase heroica” da entidade privilegiou produções edificadas pela “etnia vitoriosa”, de cunho religioso e ligadas à administração pública colonial. Dessa forma, a destinação de recursos e esforços institucionais formou uma clientela específica, que atendeu suas demandas sociais pela “nacionalização” de suas experiências no mercado cultural. O que foi desenhado enquanto testemunho da memória brasileira correspondia muito mais a um grupo da elite com relações no interior do IPHAN, do que aos anseios de movimentos populares e comunitários. Não existiam reivindicações de oposição que apontassem ao Estado alternativas patrimoniais que incluíssem produções da arquitetura popular ou mesmo manifestações ligadas às raízes culturais comunitárias (FALCÃO, *op. cit.*, p. 29).

Sabendo que se faz verdadeira a afirmação de que o trabalho de intervenção e proteção estatal do acervo artístico e histórico brasileiro, apesar de alheio a uma possibilidade de diversificação cultural, foi fundamental para que se consolidassem os debates e os conflitos ao redor do conceito de patrimônio no Brasil e também, como será visto mais adiante, para que o país se inteirasse das mobilizações internacionais a respeito da conservação e restauração, as décadas de 1960 e 1970 representam um momento de transição na maneira de tratar a matéria. Com a saída de Rodrigo Melo Franco de Andrade, após 30 anos, assume Renato Soeiro, ligado ao grupo inicial de constituição daquela entidade. A partir desse momento, uma lógica de modernização institucional é iniciada não somente no âmbito da então Diretoria do

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), mas atinge também o Ministério de Educação e Cultura (MEC)¹⁷. Essa ideia de modernização é marcada pela busca de alternativas incidentes sobre a ampliação dos recursos financeiros e humanos, bem como pelo início da mudança na concepção de cultura que marcou todo o trabalho da primeira fase do IPHAN.

No período da mudança na gestão da DPHAN, tem início uma fase de modernização da metodologia de preservação e dos próprios objetos considerados como patrimônio. A hierarquia entre valor artístico e histórico, por exemplo, foi relativizada à medida que a sobreposição do aspecto estético causou dificuldades no exame de uma produção mais recente. O valor de “excepcionalidade nacional” entrou em crise com a criação de órgãos estaduais e municipais de conservação, uma vez que surgiu a discussão regional daquilo que foi determinado até então pelo IPHAN como signatário da memória nacional. A ideia de “centro histórico” fez parte do debate institucional ao se levar em conta o sítio urbano e sua mutabilidade cotidiana, a qual transfere a discussão oficial sobre uma história pautada pelos elementos estilísticos para a compreensão de uma história da urbanidade, valorizando o entorno em função da parte antiga.

O movimento de modernização institucional corroborou com a assimilação do ímpeto de desenvolvimento econômico pelas instâncias administrativas federais da cultura (FONSECA, 1997). Logo, como iniciativa estatal de instrumentalizar os “direitos culturais” foram criados a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), em 1966; o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH), em 1973; o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), em 1975; a Empresa Brasileira de Filmes (EMBRAFILME), em 1969; o Conselho Nacional de Cinema, em 1976; a Campanha Nacional de Defesa do Folclore Brasileiro, em 1975; e o Conselho Nacional de Direito Autoral (1973). Miceli (1984) pontua que tal processo de institucionalização encampado pelo MEC significava o sólido “espaço de manobra” que possuíram os Ministros ao longo da década de 1970, principalmente Ney Braga¹⁸, que poderia contar com amplo apoio de aliados lotados em diversos corredores da burocracia do governo Geisel (1974-1978). Aos conselhos e órgãos mencionados,

¹⁷ O Ministério da Educação e Saúde Pública, criado em 1930, tem sua denominação alterada para Ministério da Educação e Cultura, em 1953, quando é criado o Ministério da Saúde. Cf. MICELI, Sérgio. O processo de “construção institucional” na área cultural federal (anos 70). In: _____. **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: DIFEL, 1984. p. 55

¹⁸ De acordo com Miceli (1984, p. 64-65), existia uma espécie de “neísmo” no interior da administração federal, representado pela atuação de parentes do então Ministro em outros importantes cargos do Governo. O próprio Ney Braga teve importante papel articulador na área cultural do Paraná, onde havia sido Governador (1960), Deputado Federal (1958), Chefe de Polícia do Estado (1952-1954) e Prefeito de Curitiba (1954).

somaram-se o Departamento de Assuntos Culturais (DAC), criado em 1972 e o Programa de Ação Cultural (PAC), lançado em 1973, ambos pelo Ministro Jarbas Passarinho.

Sob uma perspectiva preocupada com a relação de forças entre o Estado e a cultura, no período do regime militar, Renato Ortiz (1985) estabeleceu uma leitura sobre os limites da organicidade de intelectuais vinculados à elaboração da respectiva política nacional num processo que se postulou formador de determinada hegemonia. Em outras palavras, cabe pensar na pretensão de se formular uma centralização institucional da cultura através da mobilização de interesses imbricados nos jogos de poder. Pensando no caso de uma arregimentação oficial, podemos perceber na Figura 2 a atuação dos governos ditatoriais sobre os agentes políticos da área, sobretudo na década de 1970, no interior do MEC ou em estruturas circundantes. Ortiz e Miceli reconhecem a importância da criação do DAC no atendimento de demandas que historicamente ficaram concentradas nas mãos de uma entidade “classista”. Deixava, aparentemente, de se privilegiar uma “vertente patrimonial” em benefício de outra, “executiva”, de acordo com Miceli (1984).

Dito de outro modo, na situação que o autor descreve como impulsionadora do embrião de um Ministério da Cultura, são percebidos dois polos de atuação que se distinguem pela defesa da criação de um novo órgão que possa abarcar campos culturais até então excluídos do Ministério, como música, dança e artes plásticas, demandas que culminaram na criação da Fundação Nacional de Arte (FUNARTE), em fins de 1975, e pela busca de uma solução institucional às novas demandas colocadas aos agentes já consolidados no interior do MEC, como o IPHAN.

Acerca disso, merecemos mais algumas linhas para compreensão do comportamento do Estado frente ao arranjo dos agentes políticos da cultura. Ortiz indica que ocorreu um mascaramento nas reais relações de poder, uma vez que num período de forte autoritarismo ideológico também tenha existido intensa proliferação cultural, marcadamente massiva pela atuação do Estado. O mercado que passa a ser incentivado possui importantes entradas do poder público, seja na normatização da produção ou no favorecimento da monopolização midiática por grupos empresariais. Além do DAC, o Plano Nacional de Cultura, em 1975, reverberou as intenções governamentais de uma administração pública pautada pelo planejamento, como já indicado na área econômica e de política urbana. O esforço de se criar uma sistemática nacional para a cultura lança mão da criação de um Conselho Federal e seus similares nos estados. Na formação do CFC¹⁹, em 1966, congregaram-se intelectuais que

¹⁹ **Decreto-Lei n.º 74**, de 21 de novembro de 1966. Cria o Conselho Federal e dá outras providências.

pudessem respaldar o regime através de uma visão ideológica conservadora, exemplificada por Ortiz nas interpretações sobre “tradição” e “mestiçagem”, conceitos mobilizados ao redor da acumulação da experiência brasileira e do convívio democrático entre as raças formadoras da nação.

Eram sujeitos ligados a academias literárias e institutos históricos e geográficos, que também não representavam mais potencialidades de organicidade com a política nacional de cultura. Diante do surgimento de órgãos como o DAC e a FUNARTE, a ênfase na preservação do patrimônio, elemento hegemônico da elite definidora da identidade brasileira, deixa de servir unicamente aos interesses da racionalidade governamental da cultura. As intenções do Estado diziam respeito à distribuição e ao consumo dos bens culturais. Uma atitude de gestão passou a ser vislumbrada pela ditadura, nenhuma novidade nas características de planejamento do período, e daí surge, entre outros, o posicionamento mercantil do Instituto Nacional de Cinema (INC) em oposição ao cinema anteriormente politizado do Movimento Cinema Novo, e Aloísio Magalhães para as questões de conservação²⁰. O *designer* assume a dianteira da iniciativa pública que almejava a rentabilidade de aspectos da cultura popular, principalmente na gestão de Eduardo Portela (1979-1980), outro momento de reestruturação do IPHAN como indicam as Figuras 3 e 4.

A criação do CNRC indicou, explicitamente, sinais dessa mudança conceitual. Inicialmente, por ter sido formulado externamente à estrutura do MEC, o CNRC denotou ainda uma dificuldade desses órgãos de abertura da questão patrimonial. Sendo pensado por agentes do Ministério da Indústria e Comércio (MIC), o Centro representou uma visão de uma parcela do empresariado e, por isso, atribuiu à questão patrimonial uma dimensão econômica. Por fim, ainda vinculado à estrutura administrativa do Estado brasileiro – afinal foi pensado também por um Ministério – o CNRC demonstrou a necessidade que o tipo de iniciativa ainda tem de se vincular aos recursos federais. Ao pensar na figura de Aloísio Magalhães, Miceli (1984) argumenta a importância que o órgão teve numa atitude de ampliação do quadro cultural sob a proteção legislativa sem, contudo, excluir a formação de um grupo que pudesse controlar essa reserva do mercado cultural. Tratava-se do estabelecimento de um quadro de pesquisadores que pudessem mapear os chamados “indicadores culturais”, capazes de salientar a autenticidade das manifestações culturais brasileiras nos produtos industriais.

²⁰ Aloísio Magalhães, advogado, ligado à elite política pernambucana e *designer* do logotipo do “V Centenário do Rio de Janeiro” (1964) e do símbolo da Bienal de São Paulo um ano depois, participou da fundação da Escola Superior de Desenho Industrial (Esdi), do Rio de Janeiro, e havia trabalhado recentemente com o desenho do novo papel-moeda, Cruzeiro Novo, e na consultoria da programação visual da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) (OLIVEIRA, 2008, p. 126).

A partir de 1973, foi realizado o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH), sob a tutela da então Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN) e com foco nas cidades antigas do Nordeste. De acordo com Márcia Genésia Sant'Anna (1995), o caráter regional do PCH além de pretender a geração de renda ao Nordeste através da atividade turística, tinha a intenção de atrelar os três níveis de governo nas políticas de conservação do patrimônio histórico. Como “créditos” da atuação do PCH, na primeira fase, tivemos a recuperação do largo do Pelourinho, em Salvador; e restaurações em Olinda; do Forte dos Reis Magos, em Natal; do Teatro José de Alencar, em Fortaleza; e do Teatro 4 de Setembro, em Teresina; a transformação de antigos presídios em Recife, Natal e Fortaleza em casas de cultura; e o início dos trabalhos em sobrados de São Luís (OLIVEIRA, 2008).

No período da mudança de gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade para a de Renato Soeiro, momento de rediscussão da política de preservação e início da modernização do IPHAN, são percebidas mobilizações de auxílio financeiro e administrativo ao órgão federal, dificuldades constantes na história do Instituto que tem a oportunidade de revertê-las a partir de novos agentes competentes na área da preservação, a exemplo do PCH e do CNRC. O PCH denota, a partir de 1973, a realização da conciliação entre manutenção dos núcleos antigos e a dinâmica urbana de uma vida que se pretende moderna. Pensado e gerenciado externamente ao IPHAN, o Programa em sua primeira fase atenderia aos municípios nordestinos com recursos oriundos do Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados (FDPI), além de frações orçamentárias destinadas pelos municípios e unidades federativas participantes.

Ora, tal possibilidade de atuação no campo cultural da preservação atizou os ânimos do IPHAN, pois acreditaram ter sua “hegemonia técnica” ameaçada por um corpo institucional recém-criado, e por isso historicamente alheio às questões da conservação. Sant'Anna afirma que tal inquietação deixou de existir a partir do momento em que aquele Instituto visualizou possibilidades para a obtenção de recursos através do PCH e também de garantias favoráveis à concentração legislativa do tema em sua alçada profissional. A expansão para o Sudeste ocorreu a partir de 1977²¹, e a destinação orçamentária para a nova região contemplada foi de 220 milhões de cruzeiros, sendo que 14% seriam repassados ao

²¹ Numa primeira fase do Programa, segundo a autora, entre 1973 e 1977, foram repassados 115 milhões de cruzeiros, sendo 25 milhões destinados ao IPHAN para aplicação nas intervenções aprovadas. Os Estados e municípios dariam, por seu turno, contrapartidas que corresponderem a 20% dos seus projetos. Em 1976, considerando uma boa avaliação do PCH, o montante de recursos foi alavancado para 250 milhões de cruzeiros e o repasse ao IPHAN chegou aos 50 milhões (SANT'ANNA, 1995, p. 168).

Figura 2 – Cronologia da política cultural oficial (anos 70)

POLÍTICA CULTURAL OFICIAL — CRONOLOGIA — ANOS 70	
1969	— início da gestão Jarbas Passarinho — MEC — criação da Empresa Brasileira de Filmes (Embrafilme) — MEC
1970	— transformação da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Instituto (IPHAN) — MEC
1972	— criação do Departamento de Assuntos Culturais (DAC) — MEC
1973	— lançamento do Programa de Reconstrução de Cidades Históricas (PCH) — Seplan — lançamento do Programa de Ação Cultural (PAC) — MEC — criação do Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA) — MEC
1974	— início da gestão Ney Braga/Euro Brandão — MEC
1975	— lançamento da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB) — DAC/MEC — criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) — MIC/Governo do Distrito Federal — criação da Fundação Nacional de Arte (Funarte) — MEC — aprovação da Política Nacional de Cultura (PNC) — MEC — extinção do Instituto Nacional do Cinema (INC) e ampliação das atribuições da Embrafilme — I Encontro Nacional de Dirigentes de Museus
1976	— criação do Conselho Nacional de Cinema (Concine) — MEC — aprovação do Regimento Interno do IPHAN — MEC — I Encontro de Secretários Estaduais de Cultura — Brasília
1978	— criação da Secretaria de Assuntos Culturais (SEAC) — MEC
1979	— início da gestão Eduardo Portella — transferência do PCH para o IPHAN — MEC — criação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) — MEC — criação da Fundação Nacional Pró-Memória (Pró-Memória) — MEC — transformação do Instituto Joaquim Nabuco de Ciências Sociais em Fundação — Recife/PE — MEC — I Seminário Nacional de Artes Cênicas — I Encontro Nacional dos Artistas Plásticos Profissionais
1980	— início da gestão Rubem Ludwig — MEC

Fonte: MICELI, Sérgio. O processo de “construção institucional” na área cultural federal (anos 70). In: _____(org). **Estado e Cultura no Brasil**. São Paulo: DIFEL, 1984. p. 58.

Figura 3 – Tabela da organização do Ministério de Educação e Cultura nas gestões Ney Braga (1974-1978) e Eduardo Portella (1979-1980)

Fonte: MICELI, Sérgio. O processo de “construção institucional” na área cultural federal (anos 70). In: _____(org). **Estado e Cultura no Brasil**. São Paulo: DIFEL, 1984. p. 61.

Figura 4 – Organização do Ministério de Educação e Cultura na gestão Rubem Ludwig (1980-1984)

Fonte: MICELI, Sérgio. O processo de “construção institucional” na área cultural federal (anos 70). In: _____(org). **Estado e Cultura no Brasil**. São Paulo: DIFEL, 1984. p. 62.

IPHAN. Entretanto, no caso de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, a verba foi liberada apenas em 1978, por causa da obrigação de se apresentarem planos de preservação, algo que não foi cobrado para as ações do Nordeste. Por fim, o PCH será assimilado em 1979 pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM).

O CNRC, por sua vez, era formado inicialmente por Aloísio Magalhães, seu coordenador até 1979, Severo Gomes, então Ministro da Indústria e do Comércio, e Vladimir Murtinho, então Secretário da Educação e da Cultura do Distrito Federal. Posteriormente, juntaram-se a eles o matemático Fausto Alvim, a diretora do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (PRODASEN) Cordélia Robalinho Cavalcanti, e a socióloga Bárbara Freitag. Reunidos na Universidade de Brasília (UnB), os integrantes do CNRC viram aumentar seu convênio com órgãos governamentais como a SEPLAN, os Ministérios do Interior e das Relações Exteriores, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Aproveitando a mesma autonomia conquistada pelo IPHAN, o grupo tinha a vantagem de não estar subordinado, até 1979, a nenhuma entidade de Estado, algo que provocou determinada heterodoxia em seus projetos apresentados (FONSECA, 1997). O objetivo do CNRC era mapear os processos culturais a fim de estabelecer indicadores para o desenvolvimento, criando tipologias para “saberes”, aproximando a perspectiva de produtores e consumidores, negando uma abordagem assistencialista e questionando a noção de autenticidade enquanto algo de caráter dogmático e alheio às especificidades da produção, sobretudo em relação ao artesanato²².

As noções de “bens culturais” e de “patrimônio cultural não-consagrado” entram em conflito com as lacunas irresolutas do IPHAN e a preocupação é dada na identificação de “referências culturais” e tradições como elementos fundamentais para o desenvolvimento nacional. Nesse sentido, tem-se a ideia da memória a serviço da sociedade brasileira e a expectativa pautada por fatores culturais endógenos. Em outras palavras, a valoração de manifestações comunitárias enquanto ferramenta da política econômica e cultural cobria essa defasagem estabelecida pelo objeto das iniciativas de preservação por parte do IPHAN, centralizadas na “pedra e cal”.

²² Nessa lógica, foram empreendidos quatro grandes programas: mapeamento do artesanato brasileiro, levantamentos socioculturais, história da ciência e da tecnologia no Brasil e levantamento de documentação sobre o Brasil. (FONSECA, *op. cit.*)

O respaldo político para o tratamento das chamadas “referências culturais” tornava-se algo necessário para o cumprimento dos intuitos e Fonseca examina as relações estabelecidas entre Estado e agentes culturais da preservação, nesse momento, sob a mesma chave de leitura da “fase heroica”. Não existe, necessariamente, algum tipo de correspondência entre atuação autoritária enquanto política governamental no tratamento de conflitos sociais, e as práticas de preservação internas à administração federal, cujo principal interesse é a promoção da instrumentalização cultural, no caso de Aloísio Magalhães.

Diante das mudanças doutrinárias no entendimento cultural ao longo da década de 1970, Magalhães reúne ao redor das preocupações de reestruturação do quadro técnico de preservação patrimonial o que Miceli (1984) chamou de tríplice aliança: representantes da elite cultural, da burocracia hegemônica de atuação do IPHAN e do Governo Federal. Um projeto encaminhado ao Gabinete Civil da Presidência da República preteriu a revitalização do IPHAN por uma nova secretaria e fundação, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Fundação Nacional Pró-Memória, a partir de 1979. Aloísio Magalhães assume posteriormente, em 1981, a Secretaria de Cultura (SEC) do MEC, levando para essa instituição alguns princípios organizacionais inovadores para o serviço público, como a promoção de seminários entre funcionários de diferentes autarquias a fim de gerenciar “conflitos de interesse”, uma vez que agora se reuniam todos os órgãos culturais do MEC sob a tutela de apenas uma Secretaria²³.

É válido atentarmos para a importância que Maria Cecília Londres Fonseca confere às figuras de Rodrigo M. F. de Andrade e Aloísio Magalhães para manutenção do prestígio e da autonomia política do IPHAN, tecendo críticas a Renato Soeiro associadas ao pouco carisma e dificuldade na circulação entre os distintos setores governamentais. Não é salutar corroborar com a construção pouco valorizada de Soeiro, diretor do Instituto entre 1967 e 1979. Sant’anna (1995) chama atenção para a própria periodização oficial que a literatura conferiu àquele órgão, sendo a gestão de Soeiro uma espécie de continuidade da “fase heroica” ou a preparação da “fase moderna”. Ora, os processos de modernização institucional que passaram os instrumentos de assimilação entre preservação e patrimônio ocorreram sob a gestão de Renato Soeiro.

²³ A Figura 4, neste item, mostra a organização da SEC, resultado dos antigos DAC e Seac, cuja estruturação está indicada pela Figura 3. A presença de Magalhães no comando da SEC indica a importância que as figuras ligadas ao Patrimônio Nacional mantiveram na estrutura institucional da Cultura, além do prestígio que o advogado construiu na dimensão governamental. Não foi a primeira vez que a chamada vertente “patrimonial” assumiu a gestão da “cultural”, pois Renato Soeiro dividiu a diretoria do IPHAN com a chefia do DAC, mesmo que existissem conflitos entre ambas na alocação interna do MEC, durante a década de 1970. (MICELI, *op.cit*, p. 59-63).

Tratou-se, como vimos, de uma transição delimitada pelos interesses governamentais de garantir uma política nacional de cultura pautada na distribuição e no consumo, fazendo com que aquela geração “patrimonial” fosse preterida por outra, com perfil mais mercadológico, sem que perdessem a legitimidade da técnica elaborada. Antes de se tornar diretor, Renato Soeiro ocupou importante função dentro do Instituto e esteve à frente de parte do processo de reformulação institucional das áreas cultural e “patrimonial”, importantes elementos para o entendimento da emergência de novos parâmetros de discussão da proteção dos bens culturais²⁴. Além disso, Soeiro participou de acordos internacionais como representante do órgão quando era diretor do IPHAN.

1.3 – Novos parâmetros e referências para o debate da preservação do patrimônio: o patrimônio urbano e as missões da UNESCO

A ideia de patrimônio urbano, de acordo com Françoise Choay (2001), sempre esteve em discussão numa posição dialética com o campo do urbanismo, particularmente após as intervenções de Georg Haussmann em Paris, e a partir das obras de John Ruskin, na Inglaterra. Essa relação entre as modalidades de organização do espaço urbano e a presença de uma malha antiga que significa obstáculos aos intuítos da urbanização foi posta pela autora através da associação entre “história” e “historicidade”, que em diferentes momentos desde a segunda metade do século XIX tem corroborado para que os monumentos se tornassem objetos de reverência, nos quais o aspecto doméstico salientaria a valoração excepcional; ou objetos que pudessem implicar a utilização racional dos novos instrumentos de produção material da cidade e da arquitetura. Entre essas duas configurações, a análise de Choay indica a “figura historial”, representada por Gustavo Giovannoni, cujo interesse é maior para as discussões desse item.

O historiador e arquiteto italiano escreve em 1931 “Velhas cidades e nova construção urbana”, em que volta suas análises para a articulação entre os bairros antigos e os novos espaços de ocupação, classificando a cidade como “organismo cinético” (GIOVANNONI, 2013), uma vez que tal associação seria dada na aplicação de redes viárias de comunicação que pudessem respeitar a morfologia dos velhos troncos, sendo ao mesmo tempo capaz de preservá-los e desafogá-los do ritmo intenso de desenvolvimento. Sendo assim, havia uma

²⁴ Renato Soeiro foi chefe da Divisão de Conservação e Restauro do IPHAN por 21 anos, tendo integrado a composição do Instituto desde 1937, além de ter comandado o DAC, organismo precursor do Ministério da Cultura, criado em 1972 por Jarbas Passarinho. Cf. SORGINE, Juliana. **Salvemos Ouro Preto**: a campanha em benefício de Ouro Preto. 1949-1950. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2008. p. 338.

tendência racional na obra de Giovannoni que englobava a formação dos administradores públicos²⁵.

No Brasil, a virada das décadas de 1960 e 1970 recebeu os debates entre preservação e planejamento urbano, especialmente pela análise de alguns debates que elaboraram os Compromissos nacionais. Mesmo que a ideia de “patrimônio urbano” não tenha sido claramente mencionada nas comunicações do II Encontro de Governadores, em Salvador, podemos estabelecer alguns vínculos com aquela construção teórica. A própria exposição de Paulo Ormino de Azevedo incitou uma preocupação legislativa com a preservação que toma a Lei Malraux e leis italianas diretamente relacionadas a Giovannoni, indício de uma arregimentação focada não apenas na ambiência dos monumentos brasileiros, mas também na possibilidade de rearranjar um instrumento jurídico bastante consolidado nas políticas de preservação no Brasil, o Decreto n.º 25. As recomendações assinadas que versam sobre a organização de materiais de inventário e sua posterior divulgação em currículos da educação básica, além da formação de quadros profissionais representaram momentos de racionalização das distintas escalas urbanas, algo que historicamente, segundo Choay, acompanha a formulação da concepção de patrimônio urbano.

Falar disso para o Brasil a partir dos Compromissos nacionais é, portanto, abordar a circulação de ideias pela presença de agentes internacionais como os técnicos da UNESCO e as Cartas de Veneza e das Normas de Quito. Esse novo modelo teórico Leonardo Barci Castriota (2009) definiu como de “conservação”. O autor tece essa classificação com base na ampliação das concepções de arquitetura e patrimônio e no advento da ideia de “patrimônio ambiental urbano” coroado pela Declaração de Amsterdã (1975), que coaduna com as questões de preservação e planejamento já mencionadas, e pela experiência italiana de Bolonha²⁶.

Para os objetivos propostos pela pesquisa, é justo e necessário que abordemos o específico momento de novas interpretações sobre o patrimônio no país, dado pela presença de alguns agentes diretamente relacionados à formulação das novas questões internacionalmente, no caso das já mencionadas Missões da UNESCO; e também pela iniciativa governamental de convocação dos “homens de Estado” (BRASILEIRO, 1973) a

²⁵ A principal crítica do autor foi direcionada para o “urbanismo em grelha” utilizado nos Estados Unidos, cujo traçado geométrico não respeitava o terreno das partes antigas indicando a indiferença sobre a construção urbana e as novas vertentes, a exemplo da cidade-jardim, por parte dos gestores públicos. (GIOVANNONI, *op. cit.*).

²⁶ A Declaração de Amsterdã foi resultado do Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu, em comemoração ao Ano Europeu do Patrimônio Arquitetônico. Disponível *online*: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=246>>. Acesso em 23/10/2013. Enquanto a cidade italiana de Bolonha teve intervenções em seu centro antigo no final da década de 1960.

Salvador, diante da irrefutável proteção aos monumentos brasileiros, na qual não estiveram presentes apenas aqueles relacionados à arquitetura e preocupações com o patrimônio, mas também agentes dos processos de planejamento e política urbana.

Entre as experiências de consolidação da ideia de patrimônio num período marcado pela participação de gestores públicos nas intervenções urbanas concernentes aos centros antigos das cidades, campo de participação hegemônica de arquitetos, delimitam-se algumas produções fundamentais, inclusive com a participação do Brasil. Nosso interesse na análise de tais documentos refere-se ao modo com que mobilizam instrumentos conceituais e institucionais de compreensão do patrimônio edificado em relação à malha urbana, e que estarão presentes tanto nas observações dos consultores internacionais quanto nos debates empreendidos pelos Compromissos nacionais, nas décadas de 1960 e 1970.

As experiências de Bolonha, da Declaração de Amsterdã (1975) e legislações britânicas e francesas foram impulsos orientadores para a perspectiva de conservar os monumentos em face ao dinamismo das cidades, sobretudo pelas preocupações de restauração oriundas das devastações territoriais após a Segunda Guerra Mundial. O planejamento italiano da década de 1930 e as observações aviltadas pelos encontros modernistas em Atenas, no mesmo período, também corroboram para a consolidação da ideia de patrimônio urbano, cujo marco reconhecemos, através de Choay (2001), em Haussmann, no século XIX. Em meio a todas essas etapas construtoras do conhecimento examinado, nos ocorre que as influências sentidas no Brasil são dadas pelo grupo reunido em Veneza, em 1964, e pela tradição francesa, representada contemporaneamente aos Compromissos nacionais pela Lei Malraux. Tais influências se devem diretamente à presença de profissionais envolvidos com as produções recortadas por esse item, a exemplo de Michel Parent.

Na Carta de Veneza, o “monumento histórico” passa a ser entendido tanto como obra de arte quanto testemunho de determinado processo civilizatório e deve significar também “produções modestas” e “sítios urbanos ou rurais” num conjunto proeminentemente formado pelas edificações isoladas. Em seu artigo 5º define o conceito de “conservação” enquanto processo permanente de manutenção do monumento, dando-lhe “função útil” no interior da comunidade sem, contudo, alterar suas características físicas e artísticas. As relações de volume, cor e lugar não devem ser alteradas. Convergente a isso, o artigo 11º expõe que o trabalho de restauração empreendido sobre o monumento tem que respeitar os indícios estilísticos de outras etapas de construção, cujo “valor excepcional” não cabe ser avaliado apenas pelo autor do projeto em execução.

Através desses princípios é que Ana Lúcia Cerávolo (2010) pensa a relação da Carta de Veneza com as duas Cartas de Atenas anteriores, em que as ideias de ambiência consolidadas no congresso italiano, principalmente pela consideração dos conjuntos urbanos, já se faziam presentes na chamada Carta do Urbanismo (1933); e a restrição estabelecida acerca das obras de restauração também se aproxima à Carta do Restauro (1931), sendo destacada por Veneza a utilização de técnicas mais “modernas” sem que as intervenções antigas percam seu aspecto de autenticidade.

Beatriz Mugayar Kühl (2010) percebe a Carta de Veneza enquanto importante instrumento para a criação de uma organização internacional de cultura, voltada nesse caso para os monumentos. Tratava-se do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)²⁷, cuja ideia não é oriunda do Congresso em Veneza, mas tem nesse evento um momento de amadurecimento, representando o momento de articulação em torno da cooperação internacional a respeito da restauração e da conservação. O ICOMOS surge como órgão consultivo à UNESCO e tem o respaldo de outra importante agência cultural, criado em 1956, sediado em Roma. Trata-se do atual Centro Internacional de Estudo para Preservação e Restauração da Propriedade Cultural (ICCROM)²⁸, mais conhecido como “Centro de Roma”, cuja criação teve contribuições de Paul Coremans e Germain Bazin.

De outro modo, a “entrada” dos princípios debatidos em Veneza na América foi dada pelas Normas de Quito. Assinadas por Estados membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) como resultado da “Reunião Sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico”, expressavam as preocupações com as políticas de conservação interamericanas²⁹. Tratava-se de aproveitar o potencial cultural das nações participantes como recursos econômicos imprescindíveis para o progresso e desenvolvimento social. A necessidade de revitalização do patrimônio arquitetônico e de defesa dos bens culturais foi dada pela ameaça de grandes obras infraestruturais e a ausência de respaldos legislativos acerca desse tipo específico de proteção. O que foi almejado na condição de solução para a dicotomia entre urbanização e preservação esteve atrelado à revalorização econômica do monumento, algo importante não apenas para o setor antigo imediato ao qual se inscreve, mas também para o conjunto urbano em sua completude.

²⁷ Tradução para *International Council on Monuments and Sites*. A sigla não corresponde à tradução.

²⁸ Tradução para *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property*. A sigla refere-se ao primeiro nome da instituição e não corresponde à tradução.

²⁹ Renato Soeiro representava o Brasil e assinou a respectiva Carta patrimonial, de acordo com o documento disponível *online* no endereço eletrônico do ICOMOS: < <http://www.icomos.org/charters/quito.htm>>.

A respectiva valorização econômica tem seus efeitos exemplificados pela Carta no aproveitamento turístico de monumentos europeus. O turismo não desvincula a importância cultural do patrimônio e pode até resgatar a “comunhão espiritual” entre os povos, inerente ao testemunho histórico. Com isso, projetos de educação cívica se fazem necessários, inclusive numa simultaneidade com a ação integrada entre desenvolvimento regional ou nacional e preservação cultural, para que o envolvimento de particulares nessas iniciativas possa mediar a maciça presença de monumentos, nos casos de cidades com bairros históricos, e o anseio comunitário de se alcançar a “vida moderna”. Logo, para os âmbitos nacionais, Quito recomenda o reconhecimento dos projetos de valorização do acervo monumental enquanto prioridade para os planos nacionais de desenvolvimento, juntamente a uma legislação adequada e a coordenação do projeto por alguma instituição de caráter idôneo.

Entretanto, não se tratou do primeiro documento americano a lançar referências acerca do turismo como objeto de valorização econômica do patrimônio e como vínculo entre preservação e desenvolvimento. Cláudia Leal (2008) pontua que anteriormente a Quito, a Declaração de Tlatelolco, também em 1967 no México, lançou as bases do turismo cultural na América Latina. Sobre a temática em questão, a autora argumenta que as referências tomadas pelas Normas estão na Conferência das Nações Unidas sobre Viagens Internacionais e Turismo, organizada em Roma, no ano de 1963. Interessa-nos aqui, porém, o que propõe Quito numa escala interamericana e a identificação daquilo que é percebido no debate brasileiro, sem desconsiderar a sua produção em meio a um processo de recepção de questões já referendadas na Europa.

Nesse sentido, a possibilidade de assistência técnica entre os signatários é recomendada pelo documento da OEA, além da adoção da Carta de Veneza, da extensão do reconhecimento cultural a produções do século XIX e XX, da cooperação técnica na valorização de outras manifestações patrimoniais que não somente aquelas de natureza arquitetônica e a exigência da formação de quadros profissionais e convênios internacionais de pesquisa, cuja atuação não se restringe apenas ao continente americano.

Em relação às questões legislativas e regulatórias, foram recomendados por Quito a cada Estado membro, esforços de zoneamento de acordo com a disposição monumental encontrada no conjunto urbano. Deveriam ser determinadas como medidas legais as “zonas de proteção rigorosa”, em bairros históricos, “zonas de proteção ou respeito”, menos intolerantes, e as “zonas de proteção da paisagem urbana”, regulamentadas com o propósito de integração ambiental. A proposição do zoneamento como medida legal para maior controle sobre o desenvolvimento urbano envolveu a necessidade de atuação daqueles órgãos especializados,

em sua maior parte detentores dos saberes técnicos competentes, no que se refere à realização de estudos acerca da volumetria e dos usos do solo permitidos em cada delimitação. As análises deveriam proceder sobre os investimentos de restauração, conservação, valorização e saneamento para cada regime de submissão da zona, considerando a importância de realização de obras de infraestrutura capazes de apoiar o desenvolvimento da atividade turística.

A preocupação com a ameaça das obras públicas e privadas aos bens culturais emergiu no continente americano pelas Normas de Quito (1967), enquanto na Europa elas ocuparam a pauta da “15ª Sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas”, cujo resultado está sintetizado pela Recomendação de Paris sobre Obras Públicas e Privadas (1968). Sem deixar de reconhecer as vantagens do processo de industrialização e urbanização, o documento também voltou seus olhos para o caráter universal que os bens culturais possuem e o papel que os governos locais têm na garantia de sua preservação. Assinada na condição de regulamentação internacional, a respectiva Carta define como bens imóveis os conjuntos urbanos ou rurais, os sítios arqueológicos, históricos, científicos e religiosos, e como bens móveis os objetos encontrados no interior das edificações ou conjuntos e sob a superfície do solo. Notamos que a definição desses bens culturais não exigiu qualquer precedente de proteção jurídica, apresentando apenas determinada importância artística, arqueológica, histórica ou científica e estando ameaçado pela obra pública ou particular.

As medidas deveriam ter cunho preventivo e corretivo, numa alusão ao nível de preparação cobrada às autoridades locais e aos agentes particulares em relação a obras de expansão urbana, modificação ou reparo inoportuno das edificações históricas isoladas, de construção ou alteração de vias de grande circulação, construção de barragens, oleodutos e linhas de transmissão de energia, e trabalhos agrícolas e industriais. Acerca do traslado de monumentos, questão suscitada pela Carta de Veneza³⁰, a Recomendação de 1968 reafirmou a necessidade de permanência daquele bem em seu espaço original. Para o salvamento e preservação dos monumentos ameaçados pelas obras deveriam ser criados instrumentos legislativos específicos para esse tipo de situação, lacuna também identificada no continente americano pelas Normas de Quito³¹. O plano de urbanização apareceu no documento na condição de possibilidade metodológica de preservação ao pontuar lugar essencial do quesito na intervenção proposta em cidades ou bairros históricos. A ideia era que os espaços com alta

³⁰ Artigo 7º. **Carta de Veneza**, 1964, p. 2. Disponível online: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=17575&sigla=Institucional&retorno=paginaInstitucional>>. Acesso em 30/06/2010.

³¹ Recomendações (em nível nacional). **Normas de Quito**, *op. cit.*, p. 10. Disponível online: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=17575&sigla=Institucional&retorno=paginaInstitucional>>. Acesso em 30/06/2010.

densidade de monumentos fossem incorporados em “zonas protegidas” com regulamentação adequada, princípio que está presente nas Normas de Quito e compuseram o cerne da chamada “Lei Malraux”.

Diante das necessidades regulatórias de proteção aos monumentos, lidos de maneira coletiva e com determinada característica universal, formatando algum espírito de humanidade, em 1972 os países membros da UNESCO assinaram a Convenção do Patrimônio Mundial, cuja assimilação com a cultura é dada com a ideia de patrimônio natural, definido pelas formações físicas, biológicas, geológicas, fisiográficas e lugares notáveis com determinado valor excepcional. Dentro da ideia de um bem comum a todos através de entidades naturais, Fernando Fernandes da Silva (2003) começa a delinear a noção de humanidade enquanto algo atemporal, não restrita somente às sociedades do presente, mas também referente às gerações futuras. Logo, seguindo a lógica proposta por ele, o que permeou a criação de instrumentos e ferramentas jurídicas com o objetivo de preservar o patrimônio comum a todos é o fundamento da sobrevivência. A possibilidade de perda é a principal mobilização da UNESCO e o argumento caracterizador da humanidade como sujeito do campo do Direito Internacional.

Vale ressaltar, ainda com base em Silva, os instrumentos que foram criados e mobilizados enquanto consultores pela Convenção. O Comitê Intergovernamental da Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural é o principal órgão criado. Seu escritório é formado por sete membros e se reúne duas vezes ao ano para o cumprimento de funções como atualizar a Lista do Patrimônio Mundial e a Lista do Patrimônio Mundial em Perigo e organizar e prestar assistência aos Estados signatários do documento. O ICOMOS, por seu turno, auxilia a Convenção como organismo consultivo, devendo promover a aproximação entre especialistas da área, publicar informações que versem sobre metodologias de conservação e restauração, criar centros de documentação especializados, adotar e aplicar recomendações acerca da conservação e restauração de monumentos históricos, formar especialistas em escala mundial, e estar à disposição de serviços da comunidade internacional.

Além do ICOMOS e do Comitê do Patrimônio Mundial, o ICCROM, mais conhecido como “Centro de Roma”, manifestou-se como espaço consultivo e da prestação de serviços na gestão da informação e do conhecimento na área de restauração e salvaguarda internacional do patrimônio. A assistência financeira cabe ao Fundo para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, criado em 1968. Sua captação de recursos é oriunda tanto de contribuições voluntárias quanto de obrigatórias (SILVA, 2003).

Através de dinâmicas assistencialistas, com a realização de campanhas internacionais e sistemas de monitoramento, a Convenção previu determinadas ações de preservação que mobilizaram os corpos técnicos de organizações e Estados signatários. A inscrição na Lista do Patrimônio Mundial e a Cooperação técnica, por exemplo, contavam com a participação do ICOMOS e do Centro de Roma; assim como a assistência preparatória, com a realização de treinamento e outros cursos, bem como o levantamento de bens possíveis de tombamento (lista indicativa). O Treinamento também ocorreria na realização de encontros internacionais, seminários e congressos da área de preservação. Inclusive, Silva cita o exemplo da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que promoveu cursos de especialização em conservação e restauração de monumentos a cada dois anos desde 1981, fomentados pela UNESCO, Ministério da Educação e Ministério da Cultura³². O Comitê também realizaria monitoramentos para prescrever quais bens deveriam ser inscritos na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo, aqueles que deveriam sair da Lista do Patrimônio Mundial e quais medidas tomar para a conservação de determinado bem cultural, de acordo com a legislação vigente.

No Brasil, a principal crítica de Silva cai sobre as diferentes maneiras de assistencialismo da UNESCO nas cidades com significativos números de bens tombados. Municípios como Ouro Preto (MG), Salvador (BA) e Olinda (PE), até 1994, tinham planos pouco pró-ativos se pensados em comparação ao previsto em cidades como Brasília (DF) e Congonhas (MG). O problema suscitado pela indagação do autor abarca outros fatores que deveriam levar em conta o agenciamento político do plano com assistência da UNESCO na própria localidade e não apenas a relação daquele organismo internacional com o destino de seu fomento técnico e humano. Em outras palavras, a pouca efetividade dos planos deve ser mais bem entendida sob o prisma das relações culturais locais, mais atreladas a questões de cunho político e social do que necessariamente aos comprometimentos internacionais entre as esferas federal e internacional.

Para tratar das missões da UNESCO no país, tomaremos como exemplo a vinda de Michel Parent e a consequente preocupação da Diretoria do Patrimônio com a questão turística, algo que não era inédito no Brasil pela criação anterior de órgãos competentes no

³² Seguindo esta lógica, a assistência poderia ser dada a fins de atividades promocionais, nas quais a comunicação surgiria como importante vetor, principalmente se pensarmos na proposta de inclusão da temática nos materiais didáticos da educação básica dos Estados signatários da Convenção. Existiu também a assistência emergencial para os bens em perigo e o Sistema de Monitoramento. A primeira agiria naquilo que se refere aos cuidados com bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo e até mesmo aqueles com ameaças efetivas de depredação. Geralmente são promovidos cursos e destinados recursos para a restauração e preservação. (SILVA, *op. cit.*)

assunto³³. Contudo, de acordo com Cláudia Feierabend Baeta Leal (2008), tratava-se da entrada da DPHAN na abordagem do turismo. A autora afirma a importância da presença de Parent entre os anos de 1966 e 1967, quando visitou 35 cidades em todas as regiões brasileiras, levantando informações acerca do patrimônio sob a tutela federal. De acordo com Leal, a grande contribuição do contato entre UNESCO e DPHAN é dada na circulação de duas principais ideias contidas no relatório apresentado por aquele técnico. A primeira delas é a de “turismo cultural”, destinada não apenas aos patrimônios edificados, mas também relacionada com as manifestações artísticas. A segunda se associa ao “patrimônio mundial”, cujo processo de consolidação pode ser percebido na Carta de Atenas (“Carta do Restauro”, 1931), quando a “conservação do patrimônio histórico e arqueológico mundial”³⁴ foi tida como preocupação da comunidade dos Estados; na Carta de Veneza (1964), em que a humanidade deve se comprometer com a preservação das “tradições seculares”, “mensagens espirituais” do passado de cada povo³⁵; e concretiza-se na Recomendação de Paris para o Patrimônio Mundial (1972), na qual o próprio Parent participou da elaboração.

Em 1964, com a instalação da Representação da instituição no Brasil, Paul Coremans³⁶ veio para conhecer os laboratórios do Patrimônio Nacional e a cidade mineira de Ouro Preto. A presença de um interlocutor como Parent pode ter indicado maiores interesses da DPHAN nessa área, pois o empenho do órgão federal de preservação com as atividades turísticas ainda era insignificante até o final da década de 1960. Modificação no comportamento que pode ser percebida pela atuação do próprio Soeiro, que em 1968 envia ofício ao Ministro das Relações Exteriores, afirmando o interesse entre a DPHAN e a pauta do Comitê de Peritos Internacionais para Valorização do Patrimônio Cultural, cuja reunião ocorrida em janeiro daquele ano, na cidade de Túnis, abordou a temática da valorização do patrimônio cultural brasileiro e sua inserção dos projetos de desenvolvimento econômico³⁷.

Entendendo o interesse “tardio” do IPHAN, Cláudia Leal pontua que as articulações internas voltadas para a realização das missões da UNESCO, ainda na década de 1960,

³³ Citando a tese de doutoramento de Leila Bianchi Aguiar (2006), Cláudia Leal elenca ações que estavam presentes desde a década de 1920, como a criação da Sociedade Brasileira de Turismo, mais tarde *TourIng* do Brasil; da Associação Brasileira da Indústria de Hoteis, em 1936; da Associação Brasileira de Viagens, em 1953; e de medidas legislativas como o Decreto-Lei n.º 406, de 1938, sobre a entrada de estrangeiros no país, e a criação da Divisão de Turismo no interior do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) varguista. (AGUIAR, *apud*. LEAL, 2008, p. 20).

³⁴ **Carta de Atenas** (1931). Disponível *online*: <www.iphan.gov.br>. Acesso em 19/06/2011.

³⁵ **Carta de Veneza** (1964). Disponível *online*: <www.iphan.gov.br>. Acesso em 19/06/2011.

³⁶ Diretor do Real Instituto de Estado e Conservação do Patrimônio Artístico da Bélgica.

³⁷ Apenas em 1975, com a expansão do PCH, é que o IPHAN se aproximou da Embratur. Posteriormente, Soeiro participaria do Congresso Extraordinário Interamericano do Turismo, realizado em 1972 no Rio de Janeiro, onde pode conhecer o interesse da Embratur, através do seu diretor Paulo Manuel Protasio, no estabelecimento de cooperações técnicas entre os dois órgãos e a UNESCO (LEAL, 2008).

representavam intenções voltadas mais para as possibilidades de abertura financeira e técnica que o organismo internacional poderia dar ao Instituto do que questões de cunho turístico³⁸. As observações de Michel Parent, correspondentes ao “turismo cultural”, colocam vistas sobre essa atividade a partir do aspecto econômico, promotor de desenvolvimento, num país como o Brasil que possui grande potencial natural e cultural e, ao mesmo tempo, “futuro incerto”. É chegada a hora, segundo o técnico, de realizar “exaustivo inventário”, “adotar medidas administrativas de proteção” e “dotação financeira para manutenção desse trabalho”. O texto continua afirmando o povo brasileiro na condição de herói, pois vive num espaço de confluência entre três grandes continentes e foi capaz de enfrentar uma sequência de “epopeias”, percebendo então que a história dos ciclos econômicos brasileiros é assimilada como a formação cultural da sociedade encontrada por Parent. Com base nisso, o acervo encontrado pelo consultor inspira a universalidade de seus componentes, e não apenas as cidades e os bairros históricos, mas também elementos de etnografia e festividades.

Pela análise da interlocução mantida entre agentes nacionais e internacionais durante a feitura do relatório, Leal reconhece o caráter duplo da intenção, em que eram indicadas potencialidades econômicas através do turismo cultural às autoridades governamentais e, por outro lado, eram valorizadas as peculiaridades do acervo brasileiro, algo que caracterizava sua universalidade. Com a presença de Parent entre 1966 e 1967 e a publicação, em 1968, do seu relatório “Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico”³⁹ o Brasil deveria se revelar ao seu povo e ao mundo. Entretanto, o consultor francês observa em alguns momentos de seu relatório que o assunto da conservação não deve ficar restrito às questões econômicas e turísticas, algo que poderia se demonstrar ameaçador por atender determinados interesses em detrimento de outros posicionamentos. O patrimônio cultural brasileiro deveria ser objeto de abrangente processo de planejamento urbano e instituições como a própria DPHAN, a Embratur e o BNH deveriam se responsabilizar por essa iniciativa (PARENT, 1968).

Além de Parent e Coremans, vieram ainda Frederic Stirum, para a cidade de Paraty (1967); Graeme Shankland, para Salvador (1968) e cidades do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia (1969); Alfredo Evangelista Viana de Lima, para Ouro Preto, São Luís e Alcântara

³⁸ Inclusive, uma das principais críticas direcionadas por Leal à repercussão da cooperação entre UNESCO e IPHAN pela imprensa da época, afirma que ocorreu uma negociação de mão dupla, com destaque para a participação do embaixador brasileiro, Carlos Chagas, e não algo estabelecido unilateralmente a partir da UNESCO.

³⁹ A publicação organizada por Cláudia Leal tem a tradução do relatório de Michel Parent, feita por Rejane Maria Lobo Vieira, e também o fac-símile do original intitulado *Protection et mise en valeur du patrimoine culturel brésilien dans le cadre du développement touristique et économique*.

(MA), Laranjeiras e São Cristóvão (SE), Marechal Deodoro e Penedo (AL), entre 1968 e 1970; Pierre Habib visitou Olinda e Ouro Preto, entre maio e junho de 1979 (LEAL, 20013). Tais visitas serviram não somente para a circulação de ideias sobre a preservação atrelada ao planejamento, tendo como ponto de convergência a atividade turística e a presunção de universalidade do patrimônio examinado, mas também se deve salientar a produção de importantes documentos a respeito da gestão das cidades históricas, deixados como proposição para os técnicos do IPHAN.

1.4 – Os Compromissos Nacionais: articulações entre planejamento e patrimônio no “II Encontro de Governadores” (1971)

Leonardo Castriota (2008) classifica esse momento das décadas de 1960 e 1970 como modelo de “conservação”, em que se modificam o comportamento do Estado com a sociedade, no que se refere ao tratamento da ideia de patrimônio e as ferramentas para sua gestão⁴⁰. Torna-se clara tal exposição quando recordamos do processo de institucionalização da área cultural que rearranjou o lugar do IPHAN na dimensão governamental sem alterações profundas da hegemonia do grupo consolidado desde 1937, num momento específico de divisão das suas competências com o aparecimento do CNRC e do PCH e da presença internacional de agentes ligados às preocupações percebidas nos documentos trabalhados pelos itens acima.

Todavia, o acordo baiano deve ser entendido em sua concepção de continuidade de outro compromisso entre União, unidades federativas e municípios, o “Compromisso de Brasília”, fruto por sua vez do “I Encontro de Governadores de Estado, Secretários Estaduais da área cultural, Prefeitos de municípios interessados, Presidentes e representantes de Instituições Culturais”, em 1970. Em relação ao evento brasiliense, nota-se primeiro apelo para que seja formada uma consciência de preservação regional, na criação de órgãos estaduais e municipais que possam auxiliar o IPHAN nos trabalhos de conservação do patrimônio histórico e artístico. Acompanhando essa motivação, legislações específicas e quadros profissionais devem ser criados com o propósito de atendimento às demandas regionais. A tônica do “convênio” assume papel central nesses quesitos, ainda mais quando se pretende que as ações educativas não fiquem restritas aos espaços escolares, mas passem também para os arquivos e bibliotecas. Uma das últimas recomendações que faz Brasília é a

⁴⁰ O autor menciona ainda os modelos teóricos da “preservação”, marcado pelo protagonismo do Estado nas políticas de proteção ao patrimônio excepcional e isolado, com hegemonia profissional de arquitetos e historiadores; e da “reabilitação” em que são estabelecidas parcerias com a iniciativa privada e atuam gestores, planejadores, arquitetos e historiadores. (CASTRIOTA, *op. cit.*, p. 171)

de criação do Ministério da Cultura, algo que será concretizado apenas em meados da década de 1980.

O assunto continua nas discussões empreendidas pelo Compromisso de Salvador, principalmente pelo fato de ratificar o que foi acordado na capital federal no ano precedente. A ideia de continuidade entre as ações, assim como sua própria realização referem-se menos ao IPHAN, e suas dificuldades com as novas exigências do tombamento, do que ao Ministério da Educação e Cultura. Como já mencionado, o propósito de formular uma política nacional de cultura, com maior presença do Estado, marcou profundamente a gestão ministerial da área na década de 1970 (MICELI, 1984). Por isso, é importante salientar que ambos os encontros entre agentes dos três níveis do Executivo nacional, vinculam-se intensamente a Jarbas Passarinho, Ministro da Educação e Cultura no governo Médici (1969-1973), que lançou o Programa de Ação Cultural (PAC) no final de sua gestão. Um dos objetivos do PAC era a preservação do patrimônio histórico e artístico e também a capacitação de recursos humanos (MICELI, *op. cit.*), duas das preocupações motivadoras de ambos os compromissos nacionais realizados antes.

Em suas recomendações, o Compromisso de Salvador reafirma a importância de convênio entre instituições ligadas ao planejamento, o IPHAN e órgãos e fundações estaduais e municipais, principalmente àquelas mantenedoras de importantes recursos financeiros para as políticas de habitação e desenvolvimento integrado, como o BNH, o SERFHAU e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Defende-se que os planos diretores e urbanos sejam também ferramentas de proteção e defesa dos acervos históricos, artísticos e naturais. Maurício Nogueira Batista, arquiteto da FINEP, defende numa exposição, durante o “II Encontro de Governadores” diante daquilo que entende como nova sistemática do planejamento urbano, marcada pela formulação de estudos e relatórios técnicos por equipes contratadas pelas prefeituras, que as administrações municipais organizem suas legislações de zoneamento e uso do solo. Também propõe que as preocupações com traçado viário e reorganização do tráfego possam incorporar as dimensões econômicas e sociais que permeiam as intervenções de aspecto físico-territorial.

Paulo Ormino de Azevedo, professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), sugeriu numa proposição do mesmo evento que assinou o Compromisso de Salvador, a criação dos “Setores Monumentais ou Paisagísticos” e o instrumento do “Plano Permanente de Preservação e Valorização (PPPV)”, com base na experiência francesa da Lei n.º 62.903,

de agosto de 1962, mais conhecida como “Lei Malraux”⁴¹. A importância dessa legislação reside na proposta de uma conservação em setores e isso esteve presente no anteprojeto de Azevedo, assim como os dois principais instrumentos trazidos pela ordenação francesa: o PPPV e a Comissão Nacional dos Setores Preservados. Em relação à proposta original, o primeiro deveria ser criado por decreto do Conselho de Estado em concordância das regiões e municipalidades⁴², enquanto o segundo tinha natureza interministerial.

Quanto ao anteprojeto de Azevedo, tanto o PPPV como a Comissão Nacional de Setores Monumentais ou Paisagísticos estavam atrelados ao IPHAN, sendo que o primeiro deveria ser formulado em parceria com o SERFHAU. Entre essas preocupações, a Proposição do professor baiano salientou instrumentos de controle da ocupação e uso do solo como o zoneamento, que associado à preservação tem como referência as Normas de Quito, e a definição das obras no interior dos setores, cujo respaldo propositivo foi dado pela Recomendação de Paris em 1968.

Paulo Ormino de Azevedo ainda cita que utilizou as leis italianas n.º 1089⁴³ e 1497, de 1939, e a n.º 1150⁴⁴, de 1942. A Lei n.º 1497, ligada diretamente a Gustavo Giovannoni, figura crucial no estabelecimento do urbanismo italiano e da restauração, definiu as responsabilidades de tutela sobre as chamadas belezas naturais, criando também instrumentos de planejamento e gestão para tais categorias como o Plano territorial Paisagístico e uma Comissão local para coordenação daquele (CABRAL, 2013). Em outra fala dos Anais do II Encontro, Augusto C. da Silva Telles suscitou a preocupação ambiental com os monumentos, ao pontuar a necessidade de correção ambiental para os objetos históricos e paisagísticos atingidos por obras de infraestrutura. Chama atenção que Telles igualou intervenções de engenharia e intervenções voltadas para a proteção dos acervos sob tutela legislativa, sob a condição de fatores indispensáveis ao crescimento e desenvolvimento local.

Ao final do Compromisso de Salvador, o acordo estabelecido indicou o tombamento do acervo urbano de Lençóis (BA), algo que estava associado à ideia de ambiência na preservação do patrimônio; a criação do Parque Histórico da Independência da Bahia, na cidade de Pirajá (BA); e a instalação do Museu do Mate, em Campo Largo (RS). Isso também

⁴¹ Conhecida assim em alusão ao Ministro de Assuntos Culturais da França durante a Presidência de Charles de Gaulle (1959-1969), André Malraux, proponente da matéria.

⁴² FRANÇA. Decreto n.º 63-691, de 13 de julho de 1963. In: BRASIL. **Restauração e revitalização de núcleos históricos**. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Fundação Nacional Pró-Memória: Brasília, 1980. p. 66.

⁴³ ITÁLIA. Lei sobre a tutela das coisas de interesse artístico ou histórico, de junho de 1939. Disponível *online*: <<http://www.gazzettaufficiale.it/>>. Acesso em 10/10/2013.

⁴⁴ Conhecida como Lei Urbanística, de agosto de 1942. Disponível *online*: <<http://www.gazzettaufficiale.it/>>. Acesso em 10/10/2013.

fez parte do incentivo à atividade turística que devia ocorrer através da ação de divulgação e organização do calendário de eventos culturais por parte dos órgãos estaduais e municipais competentes. O turismo cultural apareceu na 4ª sessão temática com uma exposição da então Secretária de Turismo da Bahia, Ana Maria Fontenelle Brasileiro, a respeito do papel que os agentes públicos deveriam ter na manutenção do patrimônio edificado.

A expositora afirmou que as preocupações com a atividade turística deviam mobilizar a criação de serviços especializados em consonância com o mercado internacional, capaz de qualificar a mão de obra e levantar informações sobre a demanda de viagens, tanto do ponto de vista externo, na motivação da vinda do público estrangeiro, àquela época ainda pouco expressiva se comparada a outras indústrias já consolidadas, quanto numa perspectiva interna, através da identificação do que procuravam os brasileiros fora do país⁴⁵. A exposição de Brasileiro perpassou a reutilização do monumento em benefício da sociedade. Ou seja, servindo aos princípios do turismo cultural, o acervo em questão deve corresponder àquela atividade não apenas como seu produto final, mas também enquanto espaço de sua operacionalização, respeitando a vocação do edifício em diálogo com a região de inserção, algo que está muito próximo a uma ideia de função social que o monumento possui no texto da Carta de Veneza.

Outras medidas importantes, na ótica de Brasileiro, foram a aplicação seletiva dos financiamentos e o controle dos efeitos urbanos e econômicos sobre o patrimônio turístico. A preocupação com o controle urbano foi sugerida através de algumas ferramentas institucionais como normas para ocupação e uso do solo que abordassem o sistema viário, a infraestrutura e as questões de loteamento e zoneamento. Também deveriam se elaborar normas de controle ambiental através da identificação das fontes de poluição atmosférica e eliminação de despejos industriais, das possibilidades de ocorrência de enchentes e inundações, além das medidas de saneamento⁴⁶.

Articularam-se, pela comunicação de Ana Brasileiro elementos culturais e naturais não apenas sob o ponto de vista instrumental. Sua fala considerava o turismo cultural com

⁴⁵ É válido mencionar que o aspecto de tomar conhecimento das demandas de viagem por parte das autoridades brasileiras está atrelado ao levantamento das condições socioeconômicas da população, principal entrave para o desenvolvimento da atividade turística. Os brasileiros turistas, segundo a Secretária baiana, beiravam 8 milhões de pessoas em circulação interna, enquanto 200 mil deslocaram-se para outros países. Logo, a consolidação de uma agenda institucional nacional deveria passar por isso, assim como por uma integração dos monumentos culturais e naturais no conjunto urbano com o propósito de permitir soluções “autofinanciadas”. (BRASILEIRO, *op. cit.*).

⁴⁶ Isso congrega, na comunicação de Ana Brasileiro, regras de preservação de áreas verdes com valor paisagístico, propensas para a transformação em Parques, orlas de praia, terrenos da Marinha, lagos e rios, e também áreas com valor arquitetônico.

determinada cautela no que tange ao desenvolvimento da atividade no Brasil, pois riscos à conservação desses patrimônios poderiam surgir caso não fosse debatida alguma forma de convergência com os pressupostos de controle sobre a expansão urbana e o fluxo de indivíduos nas áreas de interesse. Isso também esteve associado com ameaças postas pelo avanço da especulação imobiliária, executada ou permitida para atender apenas aos propósitos de investidores e proprietários de áreas que poderiam se valorizar nas imediações ou no interior dos espaços com interesse paisagístico, científico, arqueológico, natural e histórico. Preocupação semelhante permeou o relatório de Michel Parent sobre a restrição da gestão da preservação à atividade turística.

Os Compromissos nacionais, sobretudo o de Salvador pela facilidade de acesso que tivemos aos seus Anais, denotam referências de estímulo ao turismo cultural, proteção ao patrimônio edificado com respeito ao seu entorno, abrangência da ideia de patrimônio e também da abordagem da política de preservação como objeto de planejamento urbano, especificamente com a pretensão de regionalização das competências culturais monopolizadas pelo IPHAN até então.

2 – A Fundação João Pinheiro: desenvolvimento e planejamento em Minas Gerais na década de 1970.

Diante das crescentes preocupações que aproximaram política urbana e política de preservação do patrimônio ao longo da década de 1970, de acordo com o que se discutiu no primeiro capítulo, podemos salientar determinadas chaves de leitura que configuram o horizonte de nossa dissertação. São questões basilares que compreendem nosso objeto de pesquisa a partir da institucionalização do planejamento urbano e da cultura no âmbito do Estado, atrelada a discussões teóricas em cada um dos correspondentes campos; a racionalidade administrativa que ascendeu na máquina pública com o Golpe Civil-Militar de 1964, tendo como referência o planejamento econômico e a ruptura que prometia na busca de um Estado capitalista em distinção ao populismo; e a mobilização dos agentes inseridos nessa lógica de acordo com o campo em disputa, lida no tratamento das fontes documentais e bibliográficas.

O principal órgão de elaboração do Plano, a Fundação João Pinheiro (FJP), emerge no início da década de 1970 e paulatinamente ganha proeminência nas ações de planejamento em Minas Gerais. Originária de anseios referentes à racionalidade administrativa, a Fundação carrega desde sua manjedoura o ímpeto desenvolvimentista comum ao regime político do Governo Federal. No desenrolar dessa concepção, o órgão da administração pública mineira indireta vai aglutinar as competências de formulação de estudos sobre urbanismo e economia e da promoção do avanço tecnológico. Interessantemente, podemos afirmar que o Plano de Conservação assume papel inovador nas atribuições da FJP, já que a partir dele os técnicos do desenvolvimento urbano passam a realizar trabalhos associados à catalogação, levantamento e proposições de conservação dos bens culturais e das cidades históricas mineiras. Além disso, a Fundação elabora o plano de ação do PCH no Estado.

Temos nas questões suscitadas pelo Plano analisado no terceiro capítulo, uma entidade multifacetada que não se dissocia do discurso econômico e das práticas políticas ligadas à cidade e ao tratamento do patrimônio cultural edificado na década de 1970. Primeiramente, nos preocuparemos com a emergência da Fundação num contexto estadual de racionalidade administrativa e institucionalização do planejamento econômico. Nesse momento, abordaremos o órgão numa aproximação com ações voltadas à promoção do desenvolvimento e pela identificação dessas no interior da Fundação focando seus distintos propósitos e a ramificação de suas áreas. Em seguida, especificaremos a política urbana na atuação do órgão,

estabelecendo uma coerência entre a atuação de planejamento do Centro de Desenvolvimento Urbano (CDU) e as possibilidades de trabalho criadas pelo período de existência do SERFHAU. Posteriormente, a entrada dos técnicos do desenvolvimento urbano na preservação das cidades históricas com a feitura de planos e levantamentos, representou também a participação da Fundação na política estadual de cultura já na segunda metade da década. Por fim, observaremos a formação técnica diretamente ligada ao processo de elaboração do Plano de Conservação, identificando mobilização de sujeitos na burocracia ligada ao contexto de emergência do CDU.

2.1 – A criação da Fundação João Pinheiro e as instituições de planejamento de Minas Gerais

A Fundação João Pinheiro emerge num momento de consolidação do Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e do Conselho Estadual de Desenvolvimento (CED), criados na década de 1960 e responsáveis pelas primeiras reflexões em torno de uma organização sistêmica do planejamento estadual. Em relação ao BDMG, o governo estadual tinha por objetivo a indicação do papel de empresários no Estado, assim como o reconhecimento das estruturas sociais, políticas, institucionais e econômicas que dispunha Minas Gerais. O Diagnóstico da Economia Mineira (1968), de acordo com Antônio Octávio Cintra e Luiz Aureliano Gama de Andrade (1978), significou a ascensão de economistas ligados à UFMG, que em pouco tempo formariam o Grupo de Planejamento e Controle (GPC), responsável pela formulação, em 1971, do Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social (PMDES).

Nesse momento, temos a concentração de uma equipe técnica que compôs quadros importantes da própria Fundação João Pinheiro, a exemplo de Teodoro Alves Lamounier, sociólogo cuja experiência profissional dividida entre o setor público e a iniciativa privada desembocará, na década de 1970, nas preocupações com o urbanismo. Mas não sem antes Lamounier ter participado da redação do Diagnóstico, chefiado a Divisão de Análise de Operações no BDMG, coordenado a Divisão de Desenvolvimento Urbano do CED e estado à frente do órgão similar na Fundação João Pinheiro durante a primeira metade da década de 1970 (FJP, 1973).

O Diagnóstico tornou-se importante documento de compreensão do desenvolvimento mineiro, além de marcar o contexto técnico em que se encontrava o planejamento econômico à época. De acordo com o próprio documento:

[...] um órgão de planejamento ou agência financeira não pode ter a pretensão de trabalhar racionalmente, se não contar com o conhecimento preciso das principais variáveis que explicam o funcionamento da Economia. (BDMG, 1968, p. 7; *Apud* CINTRA e ANDRADE, 1978, p. 27).

Tomando por base a citação do Diagnóstico, a formação de um Conselho Estadual de Desenvolvimento e os trabalhos e estudos realizados pelos profissionais do GPC⁴⁷ são indicativos de um momento de planejamento, pautado pela racionalização administrativa e consequente sistematização das realidades governamentais, seguindo a tendência do Governo Federal. Sobre Minas Gerais, são identificados três grandes momentos da atenção pública aos intentos de planejamento, de acordo com Cintra e Gama.

O primeiro, representado pelo Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção (1947), voltava-se para a promoção da industrialização e atração de investimentos, acompanhadas de suportes infraestruturais, entre eles a abrangência do abastecimento de energia. Tratava-se, portanto, de um planejamento que encontrou na Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), estatal responsável pelo abastecimento de energia elétrica, o principal indutor do desenvolvimento pela rápida ampliação de sua rede e o atrativo que isso passou a representar à instalação de indústrias. Nesse sentido, foi elaborado o Plano de Eletrificação (1950) e suas funções originais se expandiram com a criação de um Instituto responsável pela orientação e acompanhamento dos investimentos industriais no Estado, o Instituto para o Desenvolvimento Industrial (INDI) (CINTRA, ANDRADE, *op. cit.*).

É no segundo momento, o planejamento por economistas, que se criou a Fundação Escritório Técnico de Racionalização Administrativa (ETRA), em 1968, com o propósito de modernização administrativa. Nesse cenário, foi encaminhado um anteprojeto elaborado pelo ETRA à Assembleia Legislativa, com a proposta de um órgão com “indução de comportamentos em bases racionais”⁴⁸. É dessa perspectiva que surge a Fundação João Pinheiro:

⁴⁷ Os profissionais ligados ao GPC mantinham fortes vínculos com o Instituto Latino de Planejamento Econômico e Social (ILPES). A influência pode ser atribuída aos períodos de formação que alguns membros do Grupo fizeram naquele órgão. O próprio Instituto auxiliará os economistas do GPC na elaboração do PMDES, que visava maior descentralização e diversificação das estruturas produtivas e melhor distribuição dos recursos para o desenvolvimento, num ímpeto do Governo Federal de avanço econômico para o interior, descarregando a carga industrial das grandes cidades do Centro-Sul. Cf. CINTRA, Antônio Octávio; ANDRADE, Luiz Aureliano Gama de. “Capítulo 1. Planejamento: reflexões sobre uma experiência estadual”. In: CINTRA, Antônio Octávio; HADDAD, Paulo Roberto (orgs.). **Dilemas do planejamento urbano e regional no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

⁴⁸ **Exposição de Motivos ETRA** nº. 12, 1969.

[...] modelo ainda pouco comum na administração estadual da época – capaz de imprimir, com maior flexibilidade administrativa, o indispensável dinamismo às múltiplas e complexas atividades que deveria executar. (FJP, 1979, p. 5)

Criada em 1969 e instalada em 1970⁴⁹, a Fundação surgiu como “possibilidade terapêutica”⁵⁰ ao desenvolvimento sob a perspectiva tripartite da racionalidade econômica, da racionalidade administrativa e do avanço tecnológico. A Lei n.º 5.399, de dezembro de 1969, autorizava “a instituição de Fundação destinada à pesquisa aplicada nos campos da economia, da administração e da tecnologia básica social”. De acordo com a Revista da Fundação João Pinheiro, numa peça publicitária de 1973, a entidade estava “fadada a ser a mola-mestra do grande impulso progressista que Minas receberá de agora em diante”. Tratava-se de uma iniciativa espelhada no EPEA, do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, numa realização de congênere regional daquele órgão (FJP, 1979). A proximidade com instituições de atuação econômica estadual foi dada em suas primeiras formulações legais, mais precisamente entre 1970 e 1972, nas quais o BDMG se torna o principal órgão mantenedor e ocorre sua vinculação ao CED. A FJP estabeleceu uma relação íntima com o BDMG, no início, uma vez que seu patrimônio foi definido pela participação em seus lucros⁵¹ e sua organização foi designada ao então presidente do Banco, Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz.

Quanto ao Conselho Estadual do Desenvolvimento, a vinculação foi feita a partir do momento em que se estruturou o Sistema Estadual de Planejamento, no qual a Fundação deveria contribuir pelo cumprimento dos objetivos e priorizando as atividades daquele Conselho. Além disso, alguns membros da equipe técnica da Fundação já haviam participado de estudos empreendidos pelo Gabinete de Planejamento do Conselho, como o “Bases para uma estratégia de desenvolvimento”, publicado em 1969, “Regiões para fins de programação” (GPC/01), “Diretrizes da estratégia de desenvolvimento – visão qualitativa e quantitativa” (GPC/02), “O espaço rural e a estratégia de desenvolvimento” (GPC/03), publicados em 1970, e “Diretrizes para o desenvolvimento econômico e social no quinquênio 71/75” (FJP, 1979).

⁴⁹ Cf. Figura 5

⁵⁰ *Op. cit.*

⁵¹ A Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais (CEE) também destinava parte de seus lucros para a Fundação.

Durante a década de 1970, a estrutura⁵² da FJP se caracterizou em importantes órgãos com diversificadas frentes de atuação, mas sempre com o intuito de vinculação ao planejamento estadual e enfatizando a relação entre os campos da administração, da economia, da tecnologia e do urbanismo. Destaca-se, inicialmente, a atuação da Fundação sobre as cidades numa relação com outras iniciativas públicas tomadas à época e associadas à elaboração de planos, como o Planejamento Metropolitano de Belo Horizonte (PLAMBEL)⁵³. Colocando-o numa perspectiva histórica, pode-se notar que os anseios pela configuração de uma área ampla de atuação urbanística, de acordo com Cintra (1978) estão presentes no léxico municipal desde a década de 1950, uma vez que existe uma referência à Área Metropolitana de Belo Horizonte já no Plano de Eletrificação, mencionado no item anterior, e que segue sob a perspectiva de não isolamento da capital no Plano-Programa de Administração (1951), do então prefeito Américo René Gianetti, e aparece na consideração do Plano Diretor (1962). Esse último documento, feito pelo Governo Estadual, pode ter sua formulação atribuída aos trabalhos realizados pela SAGMACS, no final da década de 1950 num importante momento de concretização dos estudos regionais no planejamento urbano⁵⁴.

Segundo João Bosco Moura Tonucci Filho (2012), foi um órgão de Contagem que convenceu o então governador Israel Pinheiro a realizar estudos mais abrangentes no estabelecimento de uma área metropolitana. Em 1968, o Escritório de Planejamento Urbano de Contagem (EPUC) foi criado com o propósito de solucionar problemas relativos à fragmentação territorial, efeitos do crescimento demográfico e da industrialização. Numa das proposições, de instalação do equipamento responsável pelo abastecimento da região metropolitana, surgiu a necessidade dos estudos de seu estabelecimento, algo que foi recebendo maiores atenções por meio do CED, na criação de um órgão interno de desenvolvimento urbano; do I PMDES, com a discussão de inserção de um capítulo referente à matéria; e por fim, da própria elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDI-RMBH), em 1969.

⁵² Cf. Figuras 6 a 11.

⁵³ Cf. Figuras 12 e 13. Desde sua criação e vinculação à Fundação João Pinheiro, a sigla PLAMBEL significou diferentes nomes que o órgão recebeu durante sua atuação. Em nosso texto, utilizaremos “Grupo Executivo do Plano Metropolitano de Belo Horizonte” e “Planejamento Metropolitano de Belo Horizonte”. Cf. FILHO, João Bosco Moura Tonucci. **Dois momentos do planejamento metropolitano em Belo Horizonte**: um estudo das experiências do PLAMBEL e do PDDI-RMBH. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

⁵⁴ Sobre a atuação da SAGMACS, no Brasil, cf. ANGELO, Michelly Ramos. *Les développeurs*: Louis-Joseph Lebreton e a SAGMACS na formação de um grupo de ação para o planejamento urbano no Brasil. 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2010.

A Hidroservice foi a empresa contratada para a elaboração do plano preliminar do PDI-RMBH, e em 1971, criou-se o Grupo Executivo do Plano Metropolitano de Belo Horizonte (PLAMBEL) na Fundação João Pinheiro. Essa vinculação ocorre, de acordo com Filho (2012) para superar disputas internas ao governo, uma vez que o financiamento do SERFHAU poderia representar o trabalho de uma equipe técnica externa a Minas Gerais na elaboração do plano. A solvência das disputas se deu com a contratação da Fundação, órgão do Estado, e recursos do Serviço Federal de Urbanismo.

Gilson Dayrell (1971), coordenador do PLAMBEL, sintetizou o trabalho num artigo do primeiro número da Revista da Fundação João Pinheiro, destacando o perfil da equipe de planejadores em relação aos trabalhos realizados em outras áreas do país, “particularmente São Paulo”, e o aspecto agregador daquela solução urbanística, “união em torno de objetivos superiores da comunidade”. O PLAMBEL não era visto apenas como processo de elaboração de relatórios, estudos e proposição de planos voltados para infraestrutura das municipalidades envolvidas. As preocupações com a implantação ao mesmo tempo em que se criavam os instrumentos para sua confecção, nortearam a criação de conselhos e grupos de trabalho, acarretando sua transformação em autarquia estadual em 1975. As ações de acompanhamento deveriam seguir procedimentos aglutinadores de outros órgãos e entidades interessadas, “independentemente do poder coercitivo que provavelmente virá a ter por força de lei federal”, de acordo com o próprio Dayrell. Isso significou os embates que a política urbana tangível aos assuntos metropolitanos possuía em âmbito nacional, principalmente se pensarmos no processo que desembocou na Lei Complementar nº. 14/1973, cujo estabelecimento das regiões mostrava-se bastante confuso aos planejadores estaduais e municipais.

Figura 5 – Autoridades na instalação da Fundação João Pinheiro, em 25 de agosto de 1970.

Da esquerda para a direita, sentados: Antônio Delfim Netto, ministro da Fazenda; Israel Pinheiro, governador de Minas Gerais; João Paulo dos Reis Velloso, ministro do Planejamento e Coordenação-Geral; Luiz Fernando Carne Lima, ministro da Agricultura; e Pío Soares Canedo, vice-governador de Minas Gerais.

Fonte: **Repositório institucional da Fundação João Pinheiro**. Autoria desconhecida. Disponível *online*: <<http://www.repositorio.fjp.mg.gov.br/handle/123456789/285>>. Acesso em 10/01/2015

Figura 6 – Estrutura organizacional da Fundação João Pinheiro: 1970/1971

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Estrutura organizacional**. Histórico, análise, proposições. Belo Horizonte: FJP, 1984. p. 40.

Figura 7 – Estrutura organizacional da Fundação João Pinheiro: 1972

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Estrutura organizacional**. Histórico, análises, proposições. Belo Horizonte: FJP, 1984. p. 41.

Figura 8 – Estrutura organizacional da Fundação João Pinheiro: 1973/1974

Organograma III

Fundação João Pinheiro

Estrutura Orgânica
1973/1974

(1) - Em 1974 o CEA assume a edição da Revista da Fundação, extinguindo-se a Diretoria de Comunicações.²
 (2) - Em 1974 o PLAMBEL é transformado em autarquia, separando-se da FJP.

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Estrutura organizacional**. Histórico, análises, proposições. Belo Horizonte: FJP, 1984. p. 42.

Figura 9 – Estrutura organizacional da Fundação João Pinheiro: 1975/1976

Organograma IV

Fundação João Pinheiro

Estrutura Orgânica
1975/1976

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Estrutura organizacional**. Histórico, análises, proposições. Belo Horizonte: FJP, 1984. p. 43.

Figura 10 – Estrutura organizacional da Fundação João Pinheiro: 1977/1978

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Estrutura organizacional**. Histórico, análises, proposições. Belo Horizonte: FJP, 1984. p. 44.

Figura 11 – Estrutura organizacional da Fundação João Pinheiro: 1979/1982

Organograma VI

Fundação João Pinheiro

Estrutura Orgânica
1979/1982

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Estrutura organizacional.** Histórico, análises, proposições. Belo Horizonte: FJP, 1984. p. 45.

Figura 12 – Assinatura de contrato com a FJP para elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte, pelo PLAMBEL, em dezembro de 1971.

Sentados: Oswaldo Pieruccetti, prefeito de Belo Horizonte (esquerda); Rondon Pacheco, governador de Minas Gerais (ao centro, assinando); Paulo José de Lima Vieira, secretário estadual de Planejamento (primeiro à direita); e Ildeu Duarte Filho, secretário estadual de Viação (segundo à direita) .

Fonte: **Repositório Institucional da Fundação João Pinheiro**. Autoria desconhecida. Disponível *online*: < <http://www.repositorio.fjp.mg.gov.br/handle/123456789/305>>. Acesso em 10/01/2015

Figura 13 – Visita do secretário estadual de Planejamento para conhecer os resultados do PLAMBEL, em 1972.

Ao centro, Paulo José de Lima Vieira (terno cinza e de óculos), secretário estadual de Planejamento, e Roberto Lúcio Rocha Brant (terno escuro e escrevendo), subsecretário estadual de Planejamento.

Fonte: **Repositório Institucional da Fundação João Pinheiro**. Autoria desconhecida. Disponível *online*: <<http://www.repositorio.fjp.mg.gov.br/handle/123456789/351>>. Acesso em 10/01/2015

Figura 14 – Assinatura de convênio com *Columbia University* para planejamento e implantação do Centro de Desenvolvimento em Administração (CDA) da Fundação João Pinheiro, em maio de 1971.

Ao centro, assinando o convênio: professor Garland Chester Owens (de óculos) e Luis de Oliveira Castro, presidente da FJP (com a caneta na mão).

Fonte: **Repositório institucional da Fundação João Pinheiro**. Autoria desconhecida. Disponível *online*: <<http://www.repositorio.fjp.mg.gov.br/handle/123456789/296>>. Acesso em 10/01/2015.

Figura 15 – Assinatura de convênio entre o Ministério do Planejamento e a FJP para execução de projetos de treinamento para altos executivos, em junho de 1973.

Em primeiro plano, assinando o convênio, João Paulo dos Reis Velloso, ministro do Planejamento, e em pé, à direita com as mãos sobrepostas, Luis de Oliveira Castro, presidente da FJP.

Fonte: **Repositório Institucional da Fundação João Pinheiro**. Autoria desconhecida. Disponível *online*:< <http://www.repositorio.fjp.mg.gov.br/handle/123456789/448>>. Acesso em 10/01/2015

Figura 16 – Luis de Oliveira Castro, presidente da FJP, apresenta maquete do CETEC ao governador Rondon Pacheco e ao secretário estadual de Planejamento, Paulo José de Lima Vieira, em agosto de 1973.

Ao centro, Rondon Pacheco, governador de Minas Gerais; Luis de Oliveira Castro, presidente da FJP, à direita de Pacheco; e Paulo José de Lima Vieira, secretário estadual de Planejamento, à esquerda do governador.

Fonte: **Repositório Institucional da Fundação João Pinheiro**. Autoria desconhecida. Disponível *online*:< <http://www.repositorio.fjp.mg.gov.br/handle/123456789/484>>. Acesso em 12/01/2015

A mudança da condição do PLAMBEL de grupo executivo para autarquia estadual, em 1975, acompanhada da criação de seus Conselhos Consultivo e Deliberativo⁵⁵, explica a importância que o órgão passou a ter quando se desmembrou da Fundação João Pinheiro, momento em que:

[...] assumiu papel de órgão repassador de recursos federais para os municípios e órgãos setoriais, com ênfase no setor de transportes, conforme as diretrizes federais, o que deu à entidade posição de grande prestígio no campo estadual como uma “Super Prefeitura” (FILHO, p. 116, 2012).

Nesse período, em que o PLAMBEL assumiu grande importância para o planejamento metropolitano em Minas Gerais, foram elaborados importantes trabalhos no campo da economia, dos transportes, da demografia, sobre a situação das indústrias e dos processos de industrialização, cadastrais sobre a região de atuação e até mesmo sobre o patrimônio histórico, artístico e arqueológico. A partir da década de 1980, o órgão se fragiliza, subordinando-se à Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral e assumindo funções de consultoria e pesquisa, já na década de 1990, sendo extinto em 1996 (FILHO, 2012).

Destacaram-se também, órgãos criados em 1971 e desdobrados em 1973 em múltiplas funções, como o Instituto de Pesquisa Econômica e Social (IPES), cujo objetivo era elaborar o levantamento da conjuntura mineira; e o Centro de Projetos de Desenvolvimento (CPD), com importante inovação metodológica por meio da Fotointerpretação, principalmente para monitoramento e pesquisas da utilização dos solos em todo Estado. A respectiva inovação mereceu um artigo no primeiro volume da Revista da Fundação João Pinheiro⁵⁶.

No interior do CPD também existiu um órgão de orientação empresarial, criado em 1971. O Centro de Assistência Gerencial de Minas Gerais (CEAG/MG) corroborou para atuação da FJP em áreas de consultoria e assistência aos pequenos e médios empresários. Já o Centro de Desenvolvimento em Administração Paulo Camillo de Oliveira Pena (CDA), atuante no estímulo ao surgimento de uma cultura gerencial, com a oferta de cursos de pós-graduação e convênios com instituições de ensino internacionais para a formação de

⁵⁵ MINAS GERAIS. **Lei n.º 6.303**, abril de 1974. Dispõe sobre a Região Metropolitana e dá outras providências. Disponível http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=6303&comp=&ano=1974&aba=js_textoOriginal#texto Acesso em 27/12/2014

⁵⁶ “As terras de Minas Gerais a luz da fotointerpretação”. **Revista da Fundação João Pinheiro**, nº. 1, v. 1, Belo Horizonte, jan.-mar. 1971, p. 64-70.

profissionais para altos cargos executivos, foi criado em 1971 com a colaboração de consultores estrangeiros. Ainda atuante à época da publicação da Fundação João Pinheiro sobre a história institucional durante a década de 1970, o CDA enviou técnicos para aperfeiçoamento na *Columbia University*, Nova Iorque, EUA, e na Fundação Getúlio Vargas (FJP, 1979)⁵⁷

Uma das competências previstas para a FJP em sua Lei de criação, de tecnologia básica e social, ficou a cargo do Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC)⁵⁸, com sólido apelo de qualificação técnica, cuja criação contou com a colaboração de profissionais estrangeiros da *University of Cambridge*, em 1970. Esse órgão, também no formato de Fundação e instalado oficialmente em 1972, ficou vinculado à FJP até 1976, quando passou para a alçada da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, representando um dos movimentos de ramificação mais significativos que passou a João Pinheiro. A aglutinação do CETEC a um órgão da administração direta fez com que fosse para as competências da Secretaria, outra instituição vinculada à FJP. A Diretoria de Tecnologia e Meio Ambiente (DTMA), criada em 1975, como Grupo Executivo de Ciência e Tecnologia, tinha por objetivos os levantamentos de recursos naturais e energéticos para a elaboração de planos regionais e globais. Segundo Cintra, a transferência do CETEC e da DTMA para uma Secretaria de Estado representou o momento em que o desenvolvimento tecnológico associado à economia e aos avanços sociais assumiu aspectos de política estatal.

A especificidade do desenvolvimento regional na alçada da Fundação João Pinheiro, fica mais evidente quando considerados os trabalhos conveniados com os então territórios federais e assistência a municípios, bem como proposição de relatórios, estudos e planos. O Centro de Economia e Estudos Urbanos (CEEU), criado em 1972, foi responsável pelos trabalhos e proposições de dimensão integrada às intervenções regionais. Um ano após sua criação, o CEEU se desmembra em Centro de Economia Aplicada (CEA), com intuitos de projeção dos distintos mercados mineiros e dos índices de emprego num intervalo de vinte anos; e também em Centro de Desenvolvimento Urbano (CDU), órgão que será analisado com mais detalhamento no próximo item.

2.2 – O Centro de Desenvolvimento Urbano (CDU) da Fundação João Pinheiro: assistência técnica e planejamento urbano local e regional

⁵⁷ Cf. Figuras 14 e 15.

⁵⁸ Cf. Figura 16.

O Centro de Desenvolvimento Urbano, da Fundação João Pinheiro, representou a atuação da instituição no campo do planejamento urbano, entre outras atribuições como a formação de quadros profissionais empresariais, o desenvolvimento científico e tecnológico e a economia. Assistência técnica aos municípios e elaboração de planos, relatórios preliminares, estudos e levantamentos compreenderam o campo das iniciativas do CDU. Minas Gerais, desde a década de 1930, contava com órgãos de assistência técnica aos municípios, a começar pela Divisão de Negócios Municipais, proposta por Washington Azevedo em 1933, a convite de Gustavo Capanema, então Secretário do Interior. Nesse momento, os urbanistas estavam inseridos no contexto de centralização e racionalização administrativa empreendida pelo governo Vargas.

Entretanto, a Divisão não se concretizou, sendo substituída pelo Departamento da Administração Municipal (DAM/MG), em 1934, cujas características foram similares à estrutura pretendida anteriormente. O órgão deveria qualificar os profissionais das prefeituras, orientando-os em regras gerais, como na formulação do orçamento. O DAM/MG chegou a realizar um curso de contabilidade presencial e por correspondência aos técnicos das municipalidades, segundo Geraldo Browne Ribeiro Filho, Paloma Fabíula Rodrigues Silva e Wagner de A. Dornellas (2011). Os autores mencionam também que o Departamento se inspirou nas reformas administrativas do urbanismo estadunidense, principalmente no documento *Conference on home building and home ownership*, de 1931. Após mudar de nome algumas vezes – Departamento de Assistência aos Municípios, em 1936, e Departamento das Municipalidades, em 1945 –, o DAM/MG se extinguiu em 1947.

Já na década de 1950, Minas Gerais cria a Comissão de Ajuda Técnica aos Municípios (CATEC)⁵⁹, que devia auxiliar as prefeituras na obtenção de recursos e no levantamento de suas demandas infraestruturais. Interessantemente, sua lei, revogada em 1963, estabelecia que os funcionários da CATEC viessem do Departamento de Assistência aos Municípios, provavelmente numa assimilação do quadro remanescente daqueles órgãos oriundos do Governo Vargas. Antes de ser extinta, a CATEC ainda participou da direção da Comissão Articuladora de Estudos Regionais, criada em 1960⁶⁰, num contexto de importância da correspondente abordagem, cujo governo mineiro mantivera frutífero diálogo pelo trabalho

⁵⁹ MINAS GERAIS. **Lei n.º 1.525**, dezembro de 1956. Cria, na Secretaria do Interior, a Comissão Coordenadora de Ajuda Técnica aos municípios e dá outras providências. Disponível *online*: http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=1525&comp=&ano=1956&aba=js_textoOriginal#texto Acesso 27/12/2014.

⁶⁰ MINAS GERAIS. **Decreto n.º. 5.886**, setembro de 1960. Cria a Comissão Articuladora de Estudos Regionais. Disponível *online*: http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=5886&comp=&ano=1960&aba=js_textoOriginal#texto Acesso em 27/12/2014.

das equipes da SAGMACS, em Belo Horizonte. Essa dimensão do planejamento urbano havia encontrado, então, na Comissão Articuladora de Estudos Regionais um espaço institucional na máquina administrativa estadual. Tal aspecto, por seu turno, concretiza-se nos trabalhos realizados pelo CDU, na década de 1970.

O Centro de Desenvolvimento Urbano (CDU), criado em 1973, surgiu nesse contexto de debate sobre o estabelecimento das Regiões Metropolitanas, num momento em que Minas Gerais passava pelo acelerado processo de industrialização, com o rápido crescimento da população urbana e a geração de desequilíbrios regionais, na maior parte dos casos ligados à ausência de uma infraestrutura capaz de suprir demandas e superar economias estagnadas⁶¹. Dessa forma, as principais atribuições do Centro eram:

[...] elaborar planos de desenvolvimento urbano local e regional; preparar projetos de reorganização e modernização administrativa de Prefeituras; cooperar com o Sistema Estadual de Planejamento na formulação e detalhamento da política de urbanização do Estado; instituir programas de capacitação de quadros técnicos envolvidos no campo do planejamento urbano e da administração municipal; realizar estudos e pesquisas básicas em desenvolvimento urbano e administração municipal (FJP, 1979, p. 23).

A proposta do CDU baseava-se em objetivos de assistência técnica e profissional às municipalidades, seja por meio de cursos de qualificação, seja pela realização de estudos, na montagem de um conjunto de informações para facilitar a maturação de uma entidade de planejamento urbano. Devemos pensá-lo dentro da lógica mais ampla tomada pelo Governo Federal com os trabalhos do SERFHAU. Vimos no capítulo anterior que esse órgão acabou possibilitando, em grande escala, o suporte técnico e financeiro ao planejamento urbano, atuando junto às prefeituras, estados e regiões no repasse de recursos e orientações para formulação de planos. Isso foi possibilitado pela permissão do acesso aos recursos do Fundo de Financiamento do Planejamento do Desenvolvimento Local Integrado (FIPLAN) por órgãos de naturezas distintas, entre municipais, intermunicipais, estaduais, interestaduais e

⁶¹Quanto à urbanização, havia uma projeção de crescimento da população urbana que atingiria 1980 com uma taxa de 67%. Existiria, então, uma região metropolitana que absorveria 25% da população, doze cidades com mais de cem mil habitantes, enquanto vinte e oito cidades apresentariam entre cinquenta e cem mil habitantes. Cf. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Fundação João Pinheiro**; notícia histórica, áreas de atuação e trabalhos realizados. Belo Horizonte: CDU/FJP, 1979. (p. 22)

regionais. Por isso, atuaram também no planejamento urbano estruturas externas às administrações públicas.

Os primeiros trabalhos do CDU foram realizados seguindo as premissas do SERFHAU. Contratado sob o convênio com o Ministério do Interior, o Centro elaborou planos de desenvolvimento urbano para os então Territórios Federais do Amapá e de Roraima, produzindo relatórios e estudos preliminares, cadastros técnicos para as municipalidades envolvidas, além do estabelecimento de escritórios de trabalho que contassem com “assessoramento contínuo” e “consultores técnicos de nível universitário” (SAFAR, 1973, p. 41). Os convênios foram feitos para as cidades de Boa Vista e Caracará (RR), Macapá, Santana, Calçoense e Mazagão (AP), com planos de desenvolvimento integrado que pudessem reunir um determinado número de documentos capazes de subsidiar o planejamento urbano a nível territorial e não apenas municipal.

A primeira atuação do CDU em Minas Gerais, após os planos de desenvolvimento urbano nos Territórios Federais, foi a elaboração do Cadastro Técnico Municipal de Varginha, 1973-1974⁶². Em seguida, caracterizam-se importantes convênios firmados com instituições públicas e privadas, no cumprimento de programas federais ou na realização de estudos de impacto, no repasse de recursos ou na assessoria de implantação dos projetos e planos. Sobre as empresas que contratam o CDU, temos Companhia Vale do Rio Doce, a ACESITA, a USIMINAS, a AÇOMINAS e a VALEP, empresas de mineração interessadas nos impactos regionais de instalação. Na administração pública, além das prefeituras e da própria Secretaria de Planejamento mineira, o BDMG, a Companhia de Habitação Popular (COHAB) e o BNH firmam contratos com o Centro para a realização dos chamados Programas Especiais, estudos e análises de impacto e projeção de aplicação (FJP, 1979).

Já no final da década de 1970, os técnicos do CDU publicaram um importante ensaio, dividido em 3 volumes⁶³ sob a coordenação geral de Roberto Luís de Monte-Mór, na qual expressaram não apenas estudos relacionados à rede urbana mineira e seu devido tratamento de acordo com o que classificaram de política urbana global, embasado numa atuação por prioridades comuns colocadas às empresas de vocação urbana, mas também as críticas acerca

⁶² Conferir os trabalhos do CDU no Anexo A.

⁶³ Os três volumes do ensaio “A cidade face ao desenvolvimento”, apesar da coordenação geral de Roberto Luís de Monte-Mór e da supervisão do Diretor do Centro de Desenvolvimento Urbano, Heraldo dos Santos Dutra, possuíam coordenação específica (C) e equipes diferentes na organização de cada parte:

Volume I – Bernardo da Mata Machado (C) e Roberto d’Affonseca Herbster Gusmão;

Volume II – Ricardo Pinheiro Penna (C) e Stephen David Scheibe;

Volume III – Flávio Saliba Cunha (C), Sérgio de Azevedo (C), Fabrício Augusto de Oliveira, Marcos Tadeu Napoleão de Souza, Marcos Nogueira da Gama, Maria Auxiliadora Gomes Cardoso, Maria Solange de Castro Athayde, Paulo Tavares Junior e consultoria de Everaldo Antônio Pastore.

da configuração do urbanismo estatal, fundamentalmente levado a cabo pelo trabalho do SERFHAU. Os três volumes compreendem o documento “A cidade face ao desenvolvimento”.

A primeira parte, “Evolução urbana de Minas Gerais”, ressalta a importância dos estudos históricos para o planejamento urbano, já que se entende a respectiva área como reflexo das relações entre a sociedade e o espaço físico no qual se desenvolve. Dessa forma, a história corroboraria com a identificação do caminho que as cidades mineiras traçaram e aquele que deveriam seguir. Para isso, foram escolhidas variáveis pelos autores na análise política, econômica e social, com explícito predomínio da segunda, já que “evolução urbana” se organizou em ciclos: mineração/agroexportação, agroexportação/industrialização e internacionalização da economia a partir da industrialização. Já o segundo volume pretendeu examinar a questão urbana em Minas Gerais por meio da rede que as cidades estabeleciam entre si, tomando por base a relação entre tamanho e função sob as distintas dimensões, principalmente no que se refere à distribuição da especialização de determinado núcleo e o lugar que ocupam os agentes da produção econômica no crescimento urbano.

O terceiro ensaio, “Problemas urbanos e política urbana”, nos será mais interessante pela função de aglomeração dos temas abordados pelos volumes anteriores. Logo no início do documento, podemos ressaltar novos elementos de dimensão metodológica ao planejamento urbano e que se associam diretamente àquelas duas outras partes do ensaio:

A incorporação da visão local, da dimensão histórica, das características regionais, da participação comunitária, das soluções espontâneas e informais surgem como ricos filões a serem explorados se se deseja encontrar soluções de mais amplo alcance e algum poder germinativo. (FJP/CDU, 1978, p. 7)

Apesar desse tom de proposição, os “técnicos do planejamento urbano” no nível do Estado, como se intitulam no documento, não pretendiam sugerir algum plano de governo. Tratou-se apenas de uma explicitação das reflexões empreendidas sobre os problemas da sociedade urbana em Minas Gerais. A partir disso, podemos observar aspectos que fundamentaram a crítica mencionada à política urbana tomada em todos os níveis governamentais nos anos finais da década de 1970. Inicialmente, a “incorporação da visão local” e a “participação comunitária” salientam uma característica dos técnicos da Fundação João Pinheiro, uma atenção que conferem às iniciativas regionais de planejamento. O documento defendia maior participação da sociedade civil, enxergando na atuação

microrregional com os municípios uma resposta a isso. Entre 1974 e 1977, estudos preliminares, diretrizes e programas de desenvolvimento foram elaborados pelo CDU num convênio com a Superintendência de Articulação dos Municípios (SUPAM), cujo propósito se encontrava com a criação de Associações de Municípios pela mesma instituição.

A Superintendência era subordinada ao Conselho Estadual de Desenvolvimento, então o mais importante órgão do Sistema Estadual de Planejamento, e sua criação se associava à compatibilização das orientações e das experiências da União e do Estado nos Municípios para promoção do desenvolvimento⁶⁴. Como mencionado há pouco, a SUPAM havia contratado o CDU para realização de um trabalho fundamentalmente microrregional, e nesse sentido, de acordo com a legislação que a criara, exercia atribuição de assistência às municipalidades.

O argumento torna-se claro não apenas pelas citações e recorrências de importância acerca da abordagem microrregional, no terceiro volume do ensaio sob a coordenação de Monte-Mór, destacando a proximidade com a SUPAM no estímulo às associações municipais, mas pela natureza em que o CDU estabelece alguns convênios, como nos planos de desenvolvimento urbano dos Territórios Federais, no trabalho de desenvolvimento integrado contratado pela ACESITA, USIMINAS e prefeituras municipais do chamado Aglomerado do Aço e nas diretrizes conveniadas com a VALEP. Antônio Octávio Cintra (1978), técnico da Fundação João Pinheiro, expressa na concepção que tem de política urbana integrada a importância do planejamento regional, no qual a intervenção setorial do Governo Federal deveria se pautar desde as redes de cidades identificadas:

[...] de maior interesse para nós, seria de se presumir, em primeiro lugar, que a política federal integrasse políticas destinadas às cidades, tomadas estas uma a uma, em molduras cada vez mais abrangentes, os planos microrregionais, regionais, até, no mais alto nível, o plano nacional. [...] Em segundo lugar, esperar-se-ia que a política federal incentivasse a feitura e a execução de planos urbanos integrados, abrangentes, nos quais seriam devidamente consideradas as várias dimensões da vida urbana, além da física. (CINTRA, p. 182, 1978)

⁶⁴ MINAS GERAIS. **Decreto n.º 15.254**, fevereiro de 1973. Institui, no Conselho Estadual de Desenvolvimento, a Superintendência de Articulação com os Municípios – SUPAM. Disponível *online*: <http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=15254&comp=&ano=1973&aba=js_textoOriginal#texto> Acesso em 27/12/2014

Por um lado, isso nos significa a valorização que a Fundação dava ao papel estadual nas ações de planejamento, por meio das questões relacionadas à gestão metropolitana e de aspecto regional. De outro, a ideia de política urbana trazida pela obra de Cintra e pelo terceiro volume do ensaio dos técnicos do CDU, representa a crítica feita ao modelo exercido pelas práticas do SERFHAU. A proposição de um urbanismo que levasse em conta “as dimensões da vida, além da física” sob aspecto integrado, corrobora com o tom lido no documento do CDU, no qual aquele Serviço caracterizava “aberração administrativa”, “atividades de planejamento desprezíveis”, “viés excessivamente físico de arquitetos e urbanistas”, “atuação desastrosa de muitos consultores particulares”, “visando apenas boa performance financeira” e “desastroso fracasso”. Todavia, os autores justificavam essa caracterização pelo “ênfase unilateral”, por “preocupações setorialistas” e “eficiência técnico-financeira”.

A principal consideração das reflexões dos técnicos do CDU no “Problemas urbanos e política urbana” foi a atuação das agências de “vocaço urbana” em prioridades setoriais que se integrassem, a exemplo da habitao, do abastecimento de gua e rede de esgoto, eletricidade e telefonia, sem que cada uma dessas reas apresentasse demandas que no fossem interdependentes. A questo metropolitana apareceu no ensaio como importante alterao constitucional que possibilitaria a poltica global, almejada pelos tcnicos da FJP num movimento de defesa da atuao de Minas Gerais. Para isso, o documento indicou que poderia ser criada uma comisso estadual nos mesmos moldes que a Comisso Nacional de Regies Metropolitanas e Poltica Urbana (CNPU), considerando as informaes sistematizadas existentes e em elaborao pelas experincias mineiras de urbanismo. Esse rgo proposto teria as feies de uma associao entre os agentes responsveis pelo respectivo campo, como o PLAMBEL, a SUPAM e o prprio CDU.

Isso significava, em determinada escala, o intuito de ampliao da influncia do Centro, j que o Planejamento Metropolitano de Belo Horizonte passou a controlar o repasse dos recursos federais, como o Fundo Nacional do Desenvolvimento Urbano (FNDU) (FILHO, 2012). Logo, a crtica ao modelo institucional do planejamento serfhalino trazida pelo terceiro volume do ensaio nos significa, entre outras coisas, a mudana da perspectiva de discusso sobre planejamento urbano no Brasil e a disputa de um espao metropolitano. Todavia, o CDU no estava excludo dos processos desenvolvimentistas, pois o Sistema Estadual de Planejamento colocara a Fundao Joo Pinheiro como entidade vinculada, de apoio tcnico aos trabalhos dos rgos envolvidos. Algo que tambm no afastava o Centro da possibilidade de atuao no planejamento urbano ou da possibilidade de gesto de recursos, j que na

segunda metade da década de 1970, a feitura de planos abarcando a preservação de centros históricos se inseriu no conjunto de atribuições daquele órgão.

A partir da elaboração do Plano Estadual de Cultura, em 1975, em consonância ao processo nacional de sistematização da respectiva política pública, da ampliação do PCH aos estados do Sudeste e, particularmente à instituição mineira, da elaboração do “Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana”, em meados da década de 1970, o CDU da Fundação João Pinheiro voltou-se para ações de intervenção e planejamento em cidades históricas, seja na feitura de levantamentos dos bens tombados conjugando esforços para estímulo do turismo cultural, seja no reconhecimento de necessidades urbanas para manutenção da dinâmica das cidades ou até mesmo pela representatividade da presença do Estado mineiro em assuntos culturais como parcelas dos objetivos econômicos tomados na década de 1970.

2.3 – A Fundação João Pinheiro: desenvolvimento urbano e política cultural mineira

A Fundação, por meio da Secretaria Estadual de Planejamento e Coordenação Geral elaborou, entre outros documentos, uma série de estudos básicos para ação de governo entre 1975 e 1979, na gestão de Aureliano Chaves, tendo o quarto caderno focado na política cultural. Tal iniciativa inédita em Minas Gerais resultou na identificação dos principais órgãos responsáveis pela matéria, como o Conselho Estadual de Cultura e o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), ambos formulados num período de transição nos processos de institucionalização como visto no primeiro capítulo da dissertação, sendo o primeiro uma congênere do conselho federal, também formulado em 1967⁶⁵, e o segundo resultado das aspirações do Compromisso de Brasília, em 1970.

Citar ambos os órgãos não significa apenas colocá-los como importantes iniciativas de consolidação da estrutura governamental de cultura em Minas, mas pontuar importante relação trazida pelo próprio caderno de estudos em questão neste item, e compreender a passagem dos sujeitos públicos envolvidos na preservação do patrimônio durante a década de 1970, de acordo com o que embasamos da afirmação de Renato Ortiz, também no capítulo anterior. O período que concordamos em tratar como transição nas políticas de cultura e associação dessas com a institucionalização do planejamento no período da ditadura militar

⁶⁵ MINAS GERAIS. **Lei 4.570**, de 25 de setembro de 1967. Cria o Conselho Estadual de Cultura e dá outras providências. Disponível online:<
http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=4570&comp=&ano=1967&aba=js_textoAtualizado#texto>. Acesso em 10/01/2015

provocou também a mudança do perfil dos sujeitos responsáveis pela condução das mesmas políticas. De uma forma sucinta, passou-se de um grupo intelectual com orientação “tradicionalista”, que se firma na administração pública desde a década de 1930, para um profissional de orientação mais dinâmica e mais afinado com questões mercadológicas (ORTIZ, 1985).

O que pretendemos com a assertiva acima é pontuar o Conselho Estadual de Cultura como importante criação institucional para a formulação de planos e estruturação de trabalhos na área, tendo entre suas atribuições o campo da preservação do patrimônio. Com o surgimento do IEPHA, a responsabilidade do Conselho em relação aos monumentos tende a diminuir expressivamente, ficando sua alçada concentrada em outras áreas (FJP, 1975). Dessa forma, temos a primeira mudança na posição do Conselho: de uma ação normativa passa-se a uma dimensão consultiva. Por sua vez, o Instituto Estadual de preservação, à época da planificação cultural mineira, não estava solidamente estruturado, principalmente no que se refere às atribuições de pesquisa, regionalização das unidades e assessoria de projetos. A fragilidade institucional de ambas as principais entidades mineiras públicas de cultura pode explicar a entrada da Fundação João Pinheiro na elaboração do plano de governo. Obviamente, tal explicação vem atrelada aos anseios desenvolvimentistas de estudos mais gerais e pressupostos tomados desde Brasília.

No caso do Conselho Estadual de Cultura e sua relação com o IEPHA pode-se notar movimento semelhante, ainda que não comparável a um importante reconhecimento que o caderno mineiro de políticas culturais traz em relação aos órgãos e entidades não especificamente culturais. O excerto analisado traz a Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (CODEVALE) sob aquela definição, principalmente porque trata de um trabalho voltado para melhorias regionais socioeconômicas em apoio a atividades de artesanato e comercialização desses produtos. Sendo assim, hipoteticamente observamos a entrada da Fundação João Pinheiro no campo cultural, historicamente marcado por práticas de preservação e que, na década de 1970, esbarra numa nova demanda profissional exemplificada pela ascensão de nomes como o de Aloísio Magalhães no cenário federal (ORTIZ, 1985), instrumentos como os PNDs e, no caso mineiro, pela importância que adquire a FJP.

Dito isso, acreditamos ser necessário o retorno ao CDU para entender, especificamente, sua participação nas competências de preservação. A cidade histórica passa a ser objeto de atenção dos técnicos daquele Centro, uma vez que se tem elaborado e entregue o Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana, além do

caderno de política cultural para ação estadual de governo e do projeto de financiamento das cidades históricas mineiras por causa da ampliação do PCH. A perspectiva pautada nos ímpetus desenvolvimentistas da FJP e dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, além da própria modificação de entendimento sobre as iniciativas governamentais de cultura, marcadas pelos Compromissos Nacionais no começo da década de 1970, chamam os especialistas em cidades para o tratamento integrado dos núcleos urbanos antigos.

O caderno de política cultural estabelece três projetos com participação direta do CDU, relacionados ao tratamento das cidades históricas mineiras. Sem perder a proposta de atuação microrregional, o Centro deveria coordenar o Projeto “Circuito do Ouro”, no qual foram empreendidos trabalhos de conservação e valorização de edificações e bens culturais materiais nos municípios de Sabará, Caeté, Barão de Cocais, Santa Bárbara, Ouro Preto, Mariana, Congonhas do Campo, Tiradentes e São João Del-Rei; e o Projeto “Cidades Históricas do Alto Jequitinhonha”, no qual foram empreendidos estudos para projetos de restauração, conservação e valorização urbana dos municípios de Serro, Diamantina, Conceição do Mato Dentro, Minas Novas, Gouveias, Grão Mogol, Itamarandiba, entre outros, cujo principal foco seria a cidade de Diamantina (FJP, 1975). Ambos, na verdade, partem de uma solicitação feita pelo MEC e com participação administrativa do IPHAN, algo, portanto, que não se coloca enquanto originalidade na área.

Sobre a participação da equipe do CDU em trabalhos dessa espécie é que abordamos como ineditismo, além dos materiais resultantes das iniciativas mencionadas, como os atlas dos monumentos de Conceição do Mato Dentro e do Serro, publicados na Revista Análise e Conjuntura, da Fundação João Pinheiro, principal informativo do Sistema Estadual de Planejamento com discussões acerca de urbanismo e desenvolvimento mineiro, respectivamente em outubro e dezembro de 1978, de acordo com as Figuras 17 e 18. Outra relação importante percebida nessas “entradas” culturais da Fundação, diz respeito à participação de técnicos na realização de trabalhos com naturezas distintas, mas associados pela ótica histórica de análise da política urbana. A importante coletânea “A cidade face ao desenvolvimento”, já mencionada, coordenada por Roberto Luís Monte-Mór, em 1978, congregou ensaios que traçaram um panorama temporal das questões estaduais relativas à formação e ao desenvolvimento das cidades.

Como veremos adiante, alguns membros da equipe envolvida na confecção desses ensaios estiveram na elaboração do Plano de Ouro Preto e Mariana, documento que entendemos ser a porta de entrada da Fundação e do CDU nas preocupações de preservação.

2.4 – O Projeto Ouro Preto/Mariana: agentes e instituições na elaboração do Plano

Entre as documentações pesquisadas no Arquivo Municipal de Ouro Preto, está o dossiê do Plano Ouro Preto/Mariana, com imagens do trabalho de aerofotogrametria e esboços do debate entre a prefeitura e a Fundação João Pinheiro na assinatura do convênio. Não constavam todos os textos trocados em relação às observações feitas pelo prefeito Benedito Xavier e o assessor ouro-pretano de arquitetura e urbanismo, Ivo Porto de Meneses, mas pelo exame da documentação identificada puderam-se perceber determinadas lacunas referentes ao fechamento do orçamento e da participação das entidades interessadas. Por parte da municipalidade, notou-se uma importante revisão e o papel de destaque da assessoria de Meneses, que numa minuta de janeiro de 1973, acreditava ter chegado a uma redação passível de concordância, encaminhando-a para a Câmara Municipal discutir sua aprovação. Tal ideia de concordância da municipalidade foi definida por observações referentes ao trabalho do Conselho Diretivo, cuja autonomia foi diminuída por uma das cláusulas apresentadas pela FJP, subordinando as deliberações ao seu julgo, ao esclarecimento das parcelas do financiamento entre as entidades interessadas e à ampliação dos profissionais envolvidos na elaboração do Plano, retirando-se a “preferência por planejadores, arquitetos, urbanistas e técnicos em administração”.

De acordo com o parecer de Meneses, tais observações representavam melhorias no processo de avaliação do convênio entre ambas as partes. No que se refere às discordâncias orçamentárias, podemos tomar como base no texto enviado pela Fundação e revisado pela assessoria municipal, a falta dos valores do trabalho de aerofotogrametria, uma vez que as empresas contatadas ainda não haviam retornado a solicitação. Por causa disso, o presidente Luís Oliveira Castro sugeriu que as entidades interessadas ficassem responsáveis pelo contrato de levantamento aerofotogramétrico. Essa observação fez-se importante, já que num artigo de sua primeira revista publicada, a Fundação havia chamado para si essa inovação, sobretudo na determinação do uso do solo para o desenvolvimento agrícola e pecuário de Minas Gerais⁶⁶.

Em suma, podemos perceber no debate em torno do convênio do Plano Ouro Preto/Mariana um teor de indefinição entre as distintas competências envolvidas no trabalho. Algo que somado ao exercício de papéis institucionais até então dissociados por uma entidade voltada para o desenvolvimento econômico e social estadual, sem a perda da abordagem de

⁶⁶ “As terras de Minas Gerais a luz da fotointerpretação”. **Revista da Fundação João Pinheiro**, nº. 1, v. 1, Belo Horizonte, jan.-mar. 1971, p. 64-70

planejamento regional, e sem distensão das intenções sistêmicas que partiam desde Brasília em relação ao tratamento do espaço urbano e das questões culturais de preservação, conferem o tom do exame do Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana, no próximo capítulo.

Sobre os agentes do projeto, podemos perceber a importância que o BDMG e o CED assumiram na institucionalização do desenvolvimento econômico em Minas Gerais, seja pela concretização daqueles órgãos como agência financiadora e gestor dos investimentos, respectivamente, seja pelos trabalhos de pesquisa e levantamentos realizados pelos seus membros a respeito do comportamento empresarial e de um panorama da situação econômica mineira; seja, enfim, pela sua vinculação e coordenação do Sistema Estadual de Planejamento, respectivamente. Nesse sentido, podemos também observar que os técnicos ligados a essas estruturas de desenvolvimento criadas ainda na década de 1960, constituíram a burocracia de outros órgãos públicos como o EPUC e a Fundação João Pinheiro, e que parte da atuação se deu no campo do planejamento urbano. Exemplo que mencionamos sobre isso foi a trajetória de Teodoro Alves Lamounier⁶⁷, supervisor do Plano de Conservação, que passou pelo BDMG e CED antes de se tornar responsável pela área de desenvolvimento urbano na Fundação.

Por isso, é mister reconhecer os sujeitos que participaram da elaboração do Plano de Conservação por meio da percepção que não limita nossa análise ao Banco ou ao Conselho, mas também ao SERFHAU, dentro da lógica de qualificação profissional em desenvolvimento local integrado que o planejamento daquele Serviço difundiu em cursos e seminários, além dos estágios realizados pelos profissionais diretamente envolvidos com o Plano de Ouro Preto e Mariana.

Tendo uma equipe aproximada em 130 profissionais⁶⁸, entre técnicos do CDU, do IEPHA e do IPHAN, consultores nacionais e internacionais, estudantes de engenharia e arquitetura e uma equipe auxiliar, o documento ressalta a multidisciplinaridade e a diversificação de possibilidades profissionais em suas propostas. Mesmo assim, podemos estabelecer perfis gerais sobre o grupo, como a formação básica. Levando em conta o currículo de alguns técnicos, excluindo os estagiários, consultores e a equipe auxiliar, nove eram engenheiros e cinco eram arquitetos e urbanistas, incluindo os engenheiros-arquitetos. A área de sociologia e administração pública possuía seis profissionais e completando as graduações, tinham quatro economistas, três advogados, um cientista político, um geógrafo, uma historiadora e um pesquisador e ensaísta de história da arte (FJP, 1973).

⁶⁷ Cf. Figura 20

⁶⁸ Cf. Anexo C

Entre as formações básicas ainda temos outra diversificação relacionada aos cursos de estágio e pós-graduação feitos nas respectivas atuações e que contribuíram para os papéis assumidos nos distintos setores do Plano. Rodrigo Ferreira de Andrade⁶⁹, sociólogo e técnico em administração pública, havia sido bolsista da OEA em Israel (1973), num curso de financiamento de desenvolvimento urbano, além de ter coordenado os trabalhos dos PDUs nos então Territórios Federais. Nesse sentido, fica-nos clara a posição de coordenação geral que Andrade assumiu no Plano de Conservação e a aproximação do perfil profissional com o contexto da atuação do SERFHAU, já que na formação técnica empreendida pelo Serviço na década de 1970 foram conveniados cursos de especialização e pós-graduação com universidades brasileiras e agências internacionais, como a Organização dos Estados Americanos (FELDMAN, 2010). Dos currículos analisados, seis técnicos que participaram diretamente da elaboração do Plano participaram de algum curso, seminário ou realizaram algum trabalho financiado pelo SERFHAU, entre 1970 e 1972.

O que se pode perceber, no exame das trajetórias envolvidas, foi a concretização de uma geração na feitura do Plano, já que a equipe, com pouquíssimas exceções, concluiu as graduações entre 1960 e 1971, tendo participado dos trabalhos nos Territórios Federais, entre 1972 e 1973. Nem todos faziam parte do corpo burocrático da Fundação João Pinheiro, mas aqueles que integravam o órgão haviam entrado no momento de realização dos Planos de Desenvolvimento Urbano naqueles Territórios.

Ainda em relação ao SERFHAU, não tivemos apenas profissionais que realizaram cursos, seminários ou estágios, mas que trabalhavam no órgão quando da elaboração do Plano de Conservação, e completaram o quadro do Setor Físico-Territorial do documento. É o caso de Paulo Nascimento Teixeira, arquiteto, então funcionário daquele Serviço, tendo atuado no assessoramento da criação dos Sistemas Estaduais de Planejamento (SEDUL) em Estados do sul e nordeste. Teixeira teve passagem também pelo EPUC, importante escritório para a formulação do planejamento metropolitano em Minas Gerais, como vimos para os antecedentes do PLAMBEL. Outro membro da equipe do Plano de Conservação com atuação no SERFHAU foi Reinaldo Guedes Machado, que trabalhou no Departamento de Assistência aos Municípios, em 1973, e no documento em análise coordenou o levantamento e a organização das Unidades de Proposição/Unidades de Paisagismo.

Além da relação profissional estabelecida com o SERFHAU, outros integrantes da equipe também apresentaram, em seu currículo, trabalhos ligados às empresas privadas que

⁶⁹ Cf. Figura 21.

Figura 17 – Capa da “Revista da Fundação João Pinheiro – Análise e Conjuntura” sobre o patrimônio cultural de Conceição do Mato Dentro, em 1978. Tratou-se da publicação pelo principal veículo de informação do Sistema Estadual de Planejamento de parte do atlas dos monumentos de Minas Gerais, no Circuito do Diamante.

Figura 18 - Capa da “Revista da Fundação João Pinheiro – Análise e Conjuntura” sobre o patrimônio cultural do Serro, em 1978. Tratou-se da publicação pelo principal veículo de informação do Sistema Estadual de Planejamento de parte do atlas dos monumentos de Minas Gerais, no Circuito do Diamante.

atuaram no planejamento urbano, como Marco Aurélio Nunes Ferreira de Queiroz que participou da Montreal Engenharia S/A (1969-1970) e da MONTOR - Montreal Organização Industrial e Economia S/A (1971-1972). O próprio Queiroz foi sócio-administrador de uma empresa dessa categoria, a UPLAN – Urbanismo, Planejamento e Arquitetura Ltda. Também integrou a Montreal e a UPLAN, Paulo Nascimento Teixeira. O comportamento da prática suscitada pelo SERFHAU permitiu a formação e a participação da iniciativa privada na feitura de planos de desenvolvimento local integrado, concretizando um espaço externo à administração pública em conjunto a consultores individuais e universidades. Feldman (2005) nos exemplifica isso através da ASPLAN – Assessoria em Planejamento S.A, uma das empresas brasileiras do consórcio vencedor⁷⁰ para elaboração do Plano Urbanístico Básico de São Paulo (PUB), em 1969, a qual atuou na década de 1960 em trabalhos

[...] para os ministérios de Aeronáutica, Transportes e Planejamento, em grandes projetos de rodovias, abastecimento de água etc ; além disso, elabora planos para inúmeros municípios, como Bragança (1966), Londrina (1968), Mogi das Cruzes (1969), Americana (1970), e também realiza consultorias para o setor privado. (FELDMAN, 2010, p. 230)

Sobre a diversidade das ações e dos agentes beneficiados pelo financiamento do planejamento do desenvolvimento local integrado, controlado pelo SERFHAU entre 1966 e 1974, possibilitadas pelo Artigo 27 da legislação que regulamentou o Serviço, que acreditamos que a caracterização do CDU esteja diretamente relacionada a esse aspecto, ainda mais quando pensamos em técnicos da elaboração do Plano de Conservação inseridos na lógica do SERFHAU, não somente no papel que desempenhou o Centro. Além de Queiroz e Teixeira, Carlos Fabrício Negromonte, sociólogo e técnico em administração pública, trabalhou na ASPLAN no período de elaboração do PUB, passando em seguida pelo Grupo de Planejamento Integrado (GPI), momento em que participou do Plano de Desenvolvimento da Grande São Paulo (1970), e assessor pela Secretaria Municipal do Bem Estar Social de São Paulo (1972).

⁷⁰ O consórcio vencedor, entre oito habilitados na concorrência de elaboração do PUB, era formado por duas empresas brasileiras – ASPLAN e Montreal Empreendimentos – e duas empresas americanas – *Leo A. Daly Company* e *Wilbur Smith and Associates*. A participação de empresas americanas foi permitida pela natureza do convênio entre a FINEP e a *United States Agency of International Development* (USAID). Cf. FELDMAN, Sarah. **Planejamento e zoneamento**. São Paulo: 1947-1972. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2005.

Marcos Nogueira da Gama, por sua vez, trabalhou na ECISA – Engenharia, Comércio e Indústria S.A. (1968), uma empresa privada de engenharia com foco na urbanização, e posteriormente na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (1969-1971), como fiscal de obras. Com exceção de Teixeira, Queiroz, Negromonte e Gama foram coordenadores de Setores do Plano de Conservação: Aspectos Físicos, Aspectos Administrativos e Infraestrutura, respectivamente⁷¹. Mas a questão do planejamento urbano e regional nos trabalhos do CDU já foi discutida e não se faz nenhum ineditismo a essa altura.

Ao contrário do tratamento do conjunto histórico pelo Plano, área que adentrou a Fundação João Pinheiro após 1975. Tendo em sua equipe membros vinculados diretamente ao estudo e pesquisa do barroco mineiro, os profissionais do Suporte Histórico-Documental auxiliaram o Setor de Aspectos Físicos na organização dos Dossiês de Restauração. A equipe estava disposta em dois arquitetos, quatro estagiários de arquitetura, trinta e seis estagiários de engenharia, um desenhista, um consultor de arquitetura brasileira, um fotógrafo, um escritor historiador, dois historiadores e críticos de arte, um bibliógrafo, um técnico em restauração, um auxiliar técnico na área de história, dois estagiários de história e duas secretárias (FJP, s.d.).

O IPHAN e o IEPHA, respectivamente as instituições ligadas à preservação do patrimônio no Governo Federal e no Governo Estadual, também estiveram presentes na equipe do Plano, compondo a Comissão Diretiva, que acompanhou a realização dos trabalhos. Essa Comissão se formou com os representantes de cada órgão que participou do convênio, sendo a presidência exercida por Augusto Carlos da Silva Telles, arquiteto do IPHAN e diretor à época da Divisão de Conservação e Restauração. Telles teve um importante papel na vinda de Viana de Lima para Ouro Preto, além de ter participado do Compromisso de Salvador (1971), momento em que recuperou a Recomendação de Paris (1968) ao propor o debate sobre um mecanismo de defesa do patrimônio ameaçado por obras públicas e privadas. Entretanto, os documentos relativos à Restauração não foram coordenados e organizados diretamente pela representação do IPHAN no Plano.

⁷¹ Cf. ANEXO C

Figura 19 – Assinatura do convênio entre IPHAN, IEPHA, FJP e prefeituras de Ouro Preto e Mariana para elaboração do “Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana”, em 1973.

De costas, na ponta da mesa, Rondon Pacheco, governador de Minas Gerais; à esquerda de Pacheco, Abílio Machado Filho, secretário estadual de Governo; e Paulo José de Lima Vieira, secretário estadual de Planejamento.

Fonte: **Repositório Institucional da Fundação João Pinheiro**. Autoria desconhecida. Disponível *online*:< <http://www.repositorio.fjp.mg.gov.br/handle/123456789/407>>. Acesso em 12/01/2015

Figura 20 – Teodoro Alves Lamounier, supervisor do “Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana”.

Fonte: **Repositório Institucional da Fundação João Pinheiro**. Autoria desconhecida. Disponível *online*: <http://www.repositorio.fjp.mg.gov.br/handle/123456789/399>. Acesso em 14/01/2015

Figura 21 – Rodrigo Ferreira Andrade, coordenador geral do “Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana”.

Fonte: **Repositório Institucional da Fundação João Pinheiro**. Autoria desconhecida. Disponível *online*:< <http://www.repositorio.fjp.mg.gov.br/handle/123456789/464>>. Acesso em 14/01/2015.

O objetivo era a proposição dos projetos de intervenção arquitetônica pelo Suporte Histórico-Documental aos Institutos competentes para desenvolvimento de acordo com a disponibilidade humana e financeira.

Entre os profissionais responsáveis pela pesquisa e levantamento do acervo monumental, destacou-se Affonso Celso Ávila, escritor estudioso do barroco mineiro, diretor da Revista Barrôco, da UFMG. O ensaísta participou também de uma Comissão “de notáveis” nomeada pelo então governador Rondon Pacheco para criação do IEPHA, seguindo um dos compromissos assinados em Brasília de cooperação supletiva de Estados e Municípios com o Governo Federal na proteção ao patrimônio, criando seus próprios órgãos competentes pela matéria. Além disso, Ávila foi membro do Conselho Curador daquele Instituto.

Jurema de Sousa Machado (1997) salienta que a criação do IEPHA esbarrou em outra necessidade posta por Belo Horizonte. A capital mineira possuía um acervo arquitetônico pouco excepcional aos olhos do IPHAN, sobretudo pela característica eclética do começo do século XX, e a falta de um interlocutor para essa demanda colocava em risco a manutenção desse outro patrimônio diante de uma atuação desenvolvimentista das novas empresas públicas, como o BDMG e a Fundação João Pinheiro. Machado, afirma que

Esse furor modernizante foi muito eficiente em construir novos prédios, mas tratou muito mal os prédios públicos do início do século, instalando uma cultura que negava a concepção arquitetônica desses edifícios, suas condições de conforto ambiental e, até mesmo, sua significação.
(MACHADO, 1997, p. 16)

Mas não apenas Ávila representava uma ligação entre o IEPHA e a equipe do Plano. Luciano Amédeé Peret fez parte da representação do Instituto na Comissão Diretiva do Plano e numa visão prospectiva, se nos é permitido tal esforço, seria o Presidente do IEPHA entre 1979 e 1982, momento em que aquele órgão recebe recursos federais para realização do Programa de Cidades Histórias, cujo planejamento foi feito pelo CDU. Ainda num esforço prospectivo, Galileu Reis, engenheiro arquiteto coordenador dos Dossiês de Restauração seria o Diretor Técnico do IEPHA na presidência de Péret. Rodrigo Ferreira Andrade, coordenador geral do Plano, também assumiria a frente daquele Instituto entre 1984 e 1985.

3 – Planejamento e preservação no “Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana”.

Contratada pelos Governos Federal, Estadual e Municipal, em 1973, a Fundação João Pinheiro, por meio do Centro de Desenvolvimento Urbano, elaborou o “Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana”, entregando-o ao governador Antônio Aureliano Chaves de Mendonça nas comemorações do 21 de abril de 1975. Essa data de apresentação dos trabalhos significou não apenas um importante passo para assimilar as questões de conservação do patrimônio ao planejamento urbano em duas cidades com conjuntos históricos, mas fez parte da teatralidade conferida à cerimônia, realizada em Ouro Preto, e que comemora a luta dos Inconfidentes mineiros. Torna-se, portanto, imprescindível que a iniciativa inédita no Estado de cuidado com os monumentos, o centro histórico e crescimento urbano e econômico para duas cidades com valores artísticos e históricos que ultrapassavam a esfera local em importância, fosse entregue às autoridades num momento dedicado à memória de um dos principais mártires da história republicana, Tiradentes.

Com um pano de fundo patriótico e um contexto marcado por institucionalizações do planejamento urbano e da cultura estatal, cabe-nos investigar o Plano de Conservação sob a lupa daquilo que examinamos até agora. O documento tornou-se importante fonte de pesquisa e aparece em trabalhos como os de Rodrigo Otávio de Marco Meniconi (1999), Tatiana da Silva Gomes (2009), Marina Salgado (2010) e Everaldo Batista da Costa (2011), como uma espécie de etapa relacionada tanto aos processos de formação da mentalidade acerca de uma cidade histórica em Ouro Preto, como às iniciativas de aproximação entre as características de um projeto do IPHAN em transformação e preocupações com a cidade em seu desenvolvimento econômico e social. Somam-se a essas análises, autores como Lia Motta (1987) e Leonardo Barci Castriota (2009), cuja abordagem também salienta a atuação dos órgãos de conservação em Ouro Preto sem, contudo, abandonar o aspecto urbano desse panorama.

Nossa pesquisa compartilha com essas anteriores o reconhecimento do Plano como um marco nas políticas voltadas aos núcleos com conjuntos históricos em Minas Gerais, assim como na afirmação da importância que o documento teve ao realizar amplo acervo de levantamento das condições arquitetônicas e urbanas de ambas as cidades selecionadas. Entretanto, a perspectiva apresentada nessa dissertação ressalta o caráter de planejamento

urbano relacionado ao contexto de trabalho do SERFHAU e do órgão estadual que o produz e das possibilidades de arrolamento que tem com outros agentes das dinâmicas das cidades; e mesmo da preservação do patrimônio, pois a construção do nosso objeto foi posta também em consideração às mudanças ocorridas no MEC, na direção do IPHAN e na significação das missões artísticas quanto à circulação de ideias associadas a outros documentos internacionais de preservação.

Não se trata, entretanto, da primeira pesquisa na área de planejamento urbano que envolva o Plano dentro de sua contribuição ao arranjo de uma estrutura municipal relativa ao urbanismo, algo que seria bastante pretensioso de nossa parte. No Programa de Pós-Graduação da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais há um doutoramento em conclusão sob a orientação de Fernanda Moraes, cuja pesquisa de Ricardo Teixeira aborda o Plano de Conservação como precursor de um processo que desembocará nas posteriores políticas urbanísticas da municipalidade ouro-pretana. Para estabelecer o diálogo de nosso trabalho com as produções citadas, sobre o objeto de pesquisa, inicialmente, trataremos do contexto local, preocupando-nos com os momentos de aproximação entre preservação e planejamento e de institucionalização, com destaque para a cidade de Ouro Preto, cujo conjunto de documentos produzido pelo Plano é maior.

Essa primeira parte estará relacionada às intervenções do IPHAN no tratamento urbanístico e à formação de uma ideia sobre a cidade histórica, principalmente no período em que são realizadas as missões da UNESCO, momento em que se produz o relatório do consultor português Alfredo Evangelista Viana de Lima, base para o trabalho da Fundação João Pinheiro. Num segundo momento, abordaremos as características gerais do Plano, destacando sua organização e suas premissas diretamente vinculadas à relação entre desenvolvimento urbano, conservação e atividade turística. A terceira parte da análise enfocará aquelas seções mais explícitas da assimilação entre patrimônio e urbanismo, as Unidades de Proposição e os Dossiês de Restauração, os quais, ao mesmo tempo em que representam importantes modificações teórico-metodológicas, ratificam determinado modelo de preservação responsável pela leitura cultural através dos monumentos desde 1937. Por fim, a compreensão dos conflitos em torno do documento pode ser trazida à luz pela leitura dos periódicos locais ouro-pretanos que abordaram o tema do planejamento urbano e do patrimônio, sugerindo perspectivas sobre a cidade, os processos de institucionalização e o aspecto político da relação entre ambos. Os trabalhos que citam o Plano justificam sua não aplicação integral por questões de interesse de autoridades e grupos no poder municipal.

Cabe-nos, ainda que não identifiquemos as reais disputas envolvidas, marcadas por objetivos privados e públicos, sugerir um caminho a ser trilhado para a tarefa.

3.1 – O contexto institucional de preservação e de planejamento urbano em Ouro Preto: do tombamento ao Plano Viana Lima

A questão da preservação do acervo arquitetônico de Ouro Preto, desde o início do século XX, valorizou suas características artísticas como signatárias do sentimento da nacionalidade, marcando nova leitura desde o processo de fundação de Belo Horizonte na década de 1890, momento em que a antiga Vila Rica passa por grande desequilíbrio demográfico. Ora, a necessidade de se construir uma nova capital ao Estado de Minas Gerais, posto que ocupava Ouro Preto desde 1823, se dava com o advento da República e uma nova perspectiva pretendida da ordem social e política. Mas a mudança tornou-se importante embate político que não havia se iniciado naquele momento, mas era pauta latente desde a Inconfidência Mineira (NATAL, 2007). A partir de 1916 essa assimilação de Ouro Preto se altera e textos e viagens de sujeitos ligados ao movimento modernista tornaram-se cada vez mais frequentes ao longo das décadas de 1920 e 1930.

Aline Montenegro Magalhães (2004) indica três diferentes visões da cidade naquele período. A primeira é concernente à “cidade que não mudou”, cuja característica estática é tida como algo positivo e vantajoso, distintamente dos antigos ânimos mudancistas. O contorno acidentado da cidade e o recente declínio com a fundação de Belo Horizonte apenas contribuíram para que os elementos formais de arquitetura e traçado urbano se mantivessem intactos. Em 1916, Alceu Amoroso Lima escreve “Pelo Passado Nacional”, na Revista do Brasil, mencionando uma viagem que fizera àquela municipalidade com Rodrigo Melo Franco de Andrade. Em seguida, outros artigos são publicados por Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade, e em 1924 uma viagem com Blaise Cendrars leva até Ouro Preto Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade, Olívia Penteado, Mário de Andrade, René Thiollier e Godofredo Silva Teles. Por fim, em 1938, Manoel Bandeira publica o “Guia de Ouro Preto” ressaltando a inércia da cidade como sua capacidade de manter-se viva.

O trabalho de Magalhães ainda enumera a ideia de “cidade inconfidente”, quando da comemoração do centenário da Independência do Brasil, em 1922. Uma equipe do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), entrega ao Presidente Epitácio Pessoa solicitação para restauração de edificações ouro-pretanas. Isso porque se reconhece na Inconfidência Mineira o fenômeno embrionário da nação, e nada mais plausível do que se comemorar a data

de emancipação política no cenário do acontecimento que martirizou Tiradentes⁷². Sob a perspectiva de Gustavo Barroso, ocorre a assimilação ouro-pretana como “cidade sagrada”, enxergando na antiga Vila Rica não apenas o espaço de uma arte barroca peculiar, mas também a presença constante do passado e da tradição patriótica. Devia manter então, cada relíquia intocada da maneira mais original possível, que sacralizasse a história naquele município⁷³.

A cidade de Ouro Preto é elevada à categoria de Monumento Nacional em 1933⁷⁴, antes da criação do SPHAN, o que indica determinado grau de “pioneirismo” da cidade nas questões de preservação, já que sua elevação ocorre num contexto de discussões sobre a tutela dos monumentos pelo poder público (CASTRO, 2007). Além disso, em 1938, o conjunto urbano e arquitetônico é inscrito no Livro Belas Artes do recém-criado Serviço. Posteriormente, ao longo do século XX, se inicia uma série de tombamentos de igrejas e passos, salientando a preferência por objetos isolados e aparentemente sem vinculações com a dinâmica urbana⁷⁵. Com a consolidação do grupo modernista na gestão do SPHAN e com o início do instrumento de tombamento, a relação com a cidade será marcada, em determinado momento, pelo conflito entre metodologias de preservação e tratamento com a própria dinâmica urbana. A presença do órgão federal de preservação no município chama atenção pelo idealismo que recai através da interpretação que o Serviço faz sobre a cidade como um espaço de grandes acontecimentos históricos e da realização de notáveis estilos artísticos, não considerando aspectos de sua apropriação social.

Com as dificuldades crescentes no acompanhamento das novas obras em Ouro Preto, principalmente nas décadas de 1950 e 1960, momento de instalação de uma fábrica de processamento da bauxita, o SPHAN decidiu criar algumas regulações formais para as edificações em reforma e restauração, mas também para aquelas que passariam a existir a partir daquele momento. Tratou-se, por exemplo, da regulação em áreas novas de elementos

⁷² Realizou-se então um trabalho de pesquisa daquelas edificações com alguma vinculação aos personagens inconfidentes e foi constatado que a maior parte dos imóveis estava sob a tutela de famílias e órgãos governamentais, alguns com possibilidade de demolição e, no exemplo da casa de Tiradentes, em estado de ruínas. (MAGALHÃES, *op. cit.*, p. 87-88)

⁷³ Barroso solicita ao Presidente de Minas Gerais, em 1920, apoio para fiscalizar as obras de restauração dos monumentos ouro-pretanos, recebendo a quantia de 200 mil cruzeiros e a colaboração de figuras como José Wasth Rodrigues e Epaminondas de Macedo. (Id.)

⁷⁴ BRASIL. Decreto-lei n.º 22.928, julho de 1933. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível *online*: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=32122>>. Acessado em 30/06/2010.

⁷⁵ Tratava-se de uma atitude de “antiquário”, independentemente dos grupos distintos que discutiam o tratamento do patrimônio. Atitude tomada por modernistas e neocoloniais, valorizava os monumentos isolados e preocupava com o aspecto estético de tais objetos. Cf. BITTENCOURT, José Neves. “Ouro Preto, nossa Roma. Antiquário e tradições numa trajetória de preservação”. In: **Oficina do inconfidência**, revista de trabalho. Ouro Preto, ano 5, n.º 4, dez. 2007. (p. 123-137).

de madeira na estrutura da fachada, como “beirais de cachorro”⁷⁶ e janelas em rótula, calha ou guilhotina. A preocupação restrita apenas às fachadas favoreceria a descaracterização do conjunto, e o não reconhecimento pelas populações daquela construção de identidade. Segundo Lia Motta (1987), a atuação do IPHAN em Ouro Preto estabeleceu o “estilo patrimônio”, referência ao estado alheio dos habitantes em relação às regulamentações arquitetônicas municipais do órgão.

Existiu um processo de supressão da memória social que a localidade historicamente atribui ao monumento, em favor das narrativas pretendidas pelo próprio IPHAN. Em relação ao Largo do Coimbra⁷⁷, há uma série de modificações empreendidas antes mesmo do início da atuação do Estado, mas que se radicaliza com ele, de maneira alheia à consideração das relações sociais desenvolvidas ali. O mercado do arraial de Antônio Dias existente no Largo foi substituído, ainda no século XIX, por uma construção neoclássica. Na década de 1940, já com a institucionalização de políticas culturais voltadas para a preservação, aquela edificação foi retirada como estratégia para valorização do templo religioso de São Francisco de Assis. Apartada de um conjunto social de interpretação e vivência daquele espaço, a idealização do monumento prevalece na prática urbana do IPHAN (CASTRIOTA, 2009).

Em 1949, Rodrigo Melo Franco de Andrade e sua esposa, Graciema, organizaram uma campanha em benefício da cidade, na qual se pretendia angariar fundos para o restauro de imóveis ameaçados de degradação, tanto pela ausência de dotação orçamentária por parte do Governo Federal quanto pela impossibilidade financeira dos moradores arcarem com as obras. Segundo Juliana Sorgine (2008), Andrade toma para si e para o órgão que administra a incumbência de solicitar aos seus relacionamentos pessoais e a figuras ligadas com a intelectualidade e elite brasileira, particularmente a mineira, doações para o salvamento de Ouro Preto. O uso institucional da dimensão privada de Andrade, por sua vez, deu origem a diversas críticas em jornais da capital Federal, de onde partiu o maior número de auxílios, e por outro desencadeou amplo processo de popularização dos discursos preservacionistas acerca da cidade pela divulgação da própria campanha em crônicas de Rachel de Queiroz, José Lins do Rêgo, Murilo Mendes, Carlos Drummond de Andrade e Manuel Bandeira.

A exposição de Sorgine indica que a articulação do casal Rodrigo e Graciema corroborou com a produção de intenso estudo classificatório das edificações ouro-pretanas de

⁷⁶ Beiral do telhado sustentado por uma peça de madeira, a qual recebe o nome de “cachorro”. Cf. ÁVILA, Affonso; GONTIJO, João Marcos Machado; MACHADO, Reinaldo Guedes. **Barroco mineiro**. Glossário de arquitetura e ornamentação. Belo Horizonte: CEHC/FJP, 1996. CD-ROM.

⁷⁷ O Largo do Coimbra, espaço situado à frente da Igreja de São Francisco de Assis, é o exemplo utilizado por Leonardo Barci Castriota (2009) para melhor exposição da crítica.

autoria de Sylvio de Vasconcellos⁷⁸, Paulo Thedim Barreto, Lúcio Costa e Renato Soeiro. Esse momento representado pelo final da década de 1940 mostrava-se ainda corolário da ideia valorativa da “cidade-monumento”⁷⁹ em que as intervenções prescritas para edificações isoladas da campanha para salvamento de Ouro Preto, voltaram-se para residências e não monumentos das coloniais arquiteturas de administração civil ou religiosa. Na década de 1950 foi feito o “Plano Especial de Ouro Preto” a partir da liberação extraordinária de verba pelo Congresso Nacional, em virtude da comemoração do 250º aniversário da cidade; medida essa que abarcou a intervenção em chafarizes, igrejas, pontes, monumentos e parte do casario residencial que não havia sido contemplado em 1949 pela campanha da DPHAN (MOTTA, 2008).

A partir do Golpe de 1964, uma série de alterações institucionais ocorridas para estabelecimento do novo regime afetaria as relações entre a DPHAN e os núcleos urbanos com conjuntos históricos, principalmente numa ampliação da concepção de patrimônio e na importância dada aos processos de planejamento voltados ao discurso desenvolvimentista, do qual as cidades estavam inseridas na medida em que apresentavam altas taxas de crescimento pela industrialização. No começo da década de 1970 foram organizados os chamados Compromissos Nacionais, indiciários da influência do debate internacional sobre preservação, e Minas Gerais não ficaria excluída desse processo. No II Encontro de Governadores, que originou o Compromisso de Salvador, o prefeito de Ouro Preto, Dr. Benedito Xavier⁸⁰, participou da comitiva estadual.

Xavier apresentou as iniciativas municipais empreendidas desde o Compromisso de Brasília (1970). O foco da exposição do chefe do executivo foi a oficialização do “Plano Viana Lima” como plano diretor ouro-pretano, isso porque ao longo do Congresso é frequente o apelo ao plano urbano enquanto instrumento de defesa do patrimônio histórico. Inclusive, no repasse dos recursos deveriam ter prioridade as iniciativas de planificação que envolvessem áreas que contivessem objetos de valor histórico, artístico, arqueológico e natural (TELLES, 1973). Em 1969, é publicado o relatório do arquiteto português Alfredo Evangelista Viana de Lima⁸¹ sobre a conservação e a valorização de Ouro Preto, e posteriormente a Fundação João Pinheiro (FJP) elabora o “Plano de Conservação,

⁷⁸ À época, Vasconcellos era Chefe do 3º Distrito da DPHAN em Ouro Preto, cargo que ocupou entre 1939 e 1969. (SORGINE, *op. cit.*, p. 339)

⁷⁹ Distinção que Adler Castro (2007) faz com a “cidade-paisagem”, tratada marginalmente pelas políticas de preservação.

⁸⁰ Prefeito de Ouro Preto entre 1971 e 1972.

⁸¹ Cf. Figura 22

Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana” (1975), tendo como base aquele outro documento e o próprio Viana de Lima como consultor.

A trajetória profissional do consultor esteve ligada ao movimento da arquitetura moderna, participando das reuniões de organização dos IX e X Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM) e recebendo algumas premiações relativas ao seu trabalho na área, como em 1961, pelo projeto da Faculdade de Economia do Porto. No mesmo ano, iniciou sua atuação naquilo que Tânia Beisl Ramos e Madalena Cunha Matos (2008) chamaram de “campos opostos” em sua produção. Nesse período, o arquiteto português elaborou o “Plano parcial de Urbanização compreendido entre o lugar das Baetas e o Governo Civil” para a cidade de Bragança, iniciando suas preocupações com a conservação do patrimônio. Esse projeto fez com que as autoridades brasileiras vinculadas às questões culturais de preservação convidassem o arquiteto no âmbito do Programa Turismo Cultural da UNESCO, que se iniciou com a visita de Michel Parent, em 1966.

A participação de Viana Lima na Exposição de Arquitetura e Arte Portuguesa ocorrida no Rio de Janeiro, em 1965, ocasionou o contato com figuras como Augusto Carlos da Silva Telles, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Em outras palavras, tem-se o diálogo entre sujeitos vinculados ao movimento da arquitetura moderna brasileira e, ao mesmo tempo, relacionados à consolidação das políticas públicas de conservação no Brasil. Sendo assim, no ano de 1968 foi convidado para elaborar um estudo sobre a cidade mineira de Ouro Preto, frisando sua qualidade de *architecte-restaurateur* solicitada pelo Brasil à UNESCO.

O relatório apresentado pelo consultor português⁸², em 1969, sobre aquela cidade tinha natureza bastante ampla no tratamento das questões de urbanismo e preservação, propondo, entre outras o envoltório do centro histórico por uma faixa de vegetação, distinguindo área de preservação e áreas de desenvolvimento; áreas voltadas para novas edificações e regiões em que as edificações deveriam ser restauradas ou demolidas; áreas de proteção e valorização paisagística nas quais são indicadas inclusive as espécies vegetais de cultivo; construção de novos estabelecimentos hoteleiros; preservação do antigo teatro e a construção de um novo; reutilização de alguns edifícios para função museológica; proposições de ordenamento do trânsito; e expansão da cidade a partir da consolidação de um centro cívico, um núcleo universitário e regiões habitacionais (TEIXEIRA, MORAES, 2012).

⁸² LIMA, A. E. V. de. **Ouro Preto: Rapport et Propositions Pour la Conservation, Recuperation et Expansion.** UNESCO, 1969.

A atuação brasileira de Viana Lima não se encerrou em Ouro Preto com esse relatório, tampouco o arquiteto português se afastou das questões de conservação e arquitetura moderna. Na respectiva cidade mineira, ainda retornaria em 1973 e 1974, a pedido da UNESCO para elaborar o plano diretor e acaba tornando-se consultor das atividades realizadas pela FJP, das quais seu documento publicado em 1969 foi tomado como ponto de partida. Em 1974, participou ainda do I Seminário de Estudos sobre o Nordeste Brasileiro, realizado pela Universidade Federal da Bahia, e trabalhou como docente no curso sobre preservação e revitalização de Núcleos Históricos, oferecido pela Universidade de São Paulo (USP)⁸³. Sua presença no ensino superior brasileiro também se deu na Universidade Federal do Recife, no curso de proteção e restauro de imóveis classificados e de cidades históricas, em 1976. No ano de 1972, realizou missão da UNESCO nas cidades de São Luís e Alcântara (MA), e em 1977 nas cidades de São Cristóvão e Laranjeiras (SE), e Marechal Deodoro e Penedo (AL). Sua última intervenção no Brasil deu-se com os estudos de preservação e revitalização do Forte Príncipe da Ribeira, uma edificação setecentista localizada no então território de Rondônia (RAMOS, MATOS, 2008).

Voltando à comunicação do prefeito Xavier, foram elencadas outras iniciativas culturais como a preocupação em se organizar a Biblioteca e o Arquivo Municipal, ambos com importante acervo histórico de Minas Gerais. Com instituições de ensino como a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade Católica de Minas Gerais, a Universidade do Trabalho e a Fundação de Arte de Ouro Preto (FAOP), são pensados convênios para a formação de quadros especializados, como arquitetos restauradores, arquivistas e pesquisadores, e o apoio institucional ao curso de restauradores de pintura já em funcionamento na FAOP.

O fato da oficialização de um plano diretor pela municipalidade⁸⁴ indica-nos a compreensão das autoridades locais com a necessidade de planejamento urbano, tão preconizada pelo Compromisso de Salvador e, internacionalmente, tratada também pelas Normas de Quito (1967). Entretanto, um ano após o posicionamento do prefeito ouro-pretano, foi aprovada a Lei n.º 85, que autorizava o poder Executivo a firmar convênio com o Estado de Minas Gerais e com o Ministério de Educação para a realização dos trabalhos de formulação do “Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e

⁸³ A existência de cursos voltados para a formação do arquiteto restaurador e a própria presença de Viana de Lima como técnico dessa competência significam as preocupações dos Compromissos e a possibilidade de um espaço de articulação com os pressupostos discutidos internacionalmente.

⁸⁴ OURO PRETO. **Decreto n.º 18**, de outubro de 1971. Adota, em suas linhas gerais, o Plano Diretor do Município. In: II Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil, 1971, Salvador. **Anais...** Rio de Janeiro: IPHAN, 1973. p. 185-187.

Figura 22 – Reunião para elaboração do “Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana”, em 1972.

Da esquerda para a direita: Rodrigo Ferreira Andrade (camisa preta, de costas), Marco Aurélio Nunes Ferreira de Queiroz (camisa branca e relógio) e Teodoro Alves Lamounier (camisa branca e gravata). Sentado à ponta da mesa, o consultor português Alfredo Evangelista Viana de Lima.

Fonte: **Repositório Institucional da Fundação João Pinheiro**. Autoria desconhecida. Disponível *online*:< <http://www.repositorio.fjp.mg.gov.br/handle/123456789/391>>. Acesso em 23/01/2015.

Figura 23 – O arquiteto português Alfredo Evangelista Viana de Lima, em Ouro Preto (1972).

Fonte: **Repositório Institucional da Fundação João Pinheiro**. Autoria desconhecida. Disponível *online*:< <http://www.repositorio.fjp.mg.gov.br/handle/123456789/327>>. Acesso em 22/01/2015.

Mariana”, assim como a permissão para estabelecer contrato com a FJP e empréstimo junto a FINEP e ao BDMG⁸⁵.

Ora, a conjugação de entidades de fomento como FINEP, SERFHAU e BNH com o IPHAN também completava a pauta do II Encontro de Governadores, sendo assunto da exposição que realiza Maurício Nogueira de Abreu, como já mencionado no primeiro capítulo. Em relação à proximidade entre o Decreto n.º 18/71 e a Lei n.º 85/72, pode se pensar no trabalho posterior da FJP como complementação às informações organizadas no relatório de Alfredo Viana de Lima, ainda mais pelos recursos financeiros e humanos que estavam disponíveis para a segunda planificação⁸⁶.

Ainda na gestão Benedito Gonçalves Xavier, foi criado o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Municipal⁸⁷ em substituição à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Municipal, criada em 1963. Outras medidas externas a convênios e oficializações de planos urbanos também foram tomadas pela sucessora administração municipal de Genival Ramalho⁸⁸, como a criação da Secretaria de Turismo e Recreação⁸⁹, cujas responsabilidades configuravam a elaboração do plano anual de turismo e a organização de um calendário de festividades. É nesse contexto, de aproveitamento econômico do turismo cultural sobre o acervo arquitetônico e artístico das cidades históricas brasileiras, de financiamento e institucionalização regional e local do planejamento urbano e da assimilação do trabalho de conservação patrimonial nas ações de desenvolvimento econômico e social que a cidade mineira recebe alguns consultores internacionais no âmbito da cooperação técnica estabelecida entre DPHAN e UNESCO a partir de 1966.

Portanto, o “Plano Viana de Lima” e o “Plano de Conservação” significam a preocupação do poder público com a preservação do patrimônio na esfera local, vinculada também aos cuidados com a dinâmica da cidade e sua inserção numa lógica desenvolvimentista que possa concretizar, entre outras coisas, a atividade turística. Nesse

⁸⁵ Cf. Figura 23

⁸⁶ Na iniciativa coordenada pela fundação mineira foi realizado trabalho precedente de aerofotogrametria, algo que não pode auxiliar o arquiteto português em passagem por Ouro Preto. Cf. TEIXEIRA, Ricardo dos Santos; MORAES, Fernanda Borges de. O plano Viana de Lima para Ouro Preto: a circulação das ideias na construção da cidade patrimônio. In: XII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 15 a 18 de outubro, 2012, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre, 2012. p. 1-11.

⁸⁷ OURO PRETO. Lei n.º. 71, de 28 de novembro de 1972. Dispõe sobre o DPHAM/OP. Disponível *online*: <http://www.cmop.mg.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=51>. Acesso em 14/07/2013.

⁸⁸ Prefeito de Ouro Preto entre 1973 e 1976.

⁸⁹ OURO PRETO. Lei n.º. 01, de 07 de fevereiro de 1973. Dispõe sobre a criação e a organização da Secretaria Municipal de Turismo e Recreação da Prefeitura de Ouro Preto. Disponível *online*: <http://www.cmop.mg.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=51>. Acesso em 14/07/2013.

sentido, parece-nos que o Plano da Fundação João Pinheiro assimila não apenas o patrimônio nas preocupações urbanas, mas também a “cidade-monumento” e a “cidade-paisagem”, considerando a relação entre o monumento e o meio em que se insere, mesmo que haja a prevalência da perspectiva concretizada pelo IPHAN ao longo do século XX, tomada agora por agentes do desenvolvimento urbano.

3.2 – Planejamento, conservação e turismo para o desenvolvimento da “cidade com conjunto histórico”

O Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana foi financiado pelo BDMG e pela FINEP, tendo sido conveniado entre as Prefeituras Municipais de ambas as cidades com conjunto histórico, o IEPHA, o Ministério da Educação e Cultura, através do IPHAN, e a Fundação João Pinheiro, em maio de 1973. Trata-se de um amplo documento dividido em duas partes: o Diagnóstico, correspondente às partes de análise da situação urbana encontrada pela equipe de elaboração, e as Proposições, que versaram sobre as possibilidades de intervenção urbana. O compêndio esmiuçado nesse item é o relatório síntese do trabalho empreendido, uma vez que a produção técnica realizada entre o segundo semestre de 1973 e abril de 1975 engloba ainda outros relatórios dos setores institucional, financeiro, social e físico-territorial⁹⁰.

Marco Aurélio Nunes Ferreira de Queiroz, responsável pelos trabalhos desenvolvidos pelo Setor de Aspectos Físicos, expõe, num seminário organizado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) em 1983, os procedimentos tomados pela equipe do Plano de Conservação. A primeira afirmação de sua comunicação identifica as mobilizações iniciais acerca da contratação da FJP para aquela tarefa. Segundo Queiroz, em 1973 a UNESCO solicitou ao arquiteto Viana Lima um plano de conservação para Ouro Preto, uma vez que aquele técnico havia formulado, recentemente, alguns estudos sobre a cidade mineira. Interessada, a Fundação procurou o arquiteto português e deu início, com base em seu primeiro relatório, ao estudo que ora se apresenta.

Ocorre, então, uma primeira modificação no tratamento do assunto: a cidade de Mariana seria englobada pela planificação, tanto pela sua proximidade com Ouro Preto, quanto pela importância do seu acervo histórico (QUEIROZ, 1983). A participação dos técnicos da Fundação também serviu para que fosse discutida a metodologia de ação, cujas preocupações, para os profissionais do CDU, deveriam ir além dos aspectos físicos,

⁹⁰ Conferir Anexo B.

territoriais e arquitetônicos. A leitura de Ouro Preto apenas pelas políticas do patrimônio edificado ou pelo desenvolvimento econômico e social enquanto coisas dissociadas não deveria mais fazer sentido, já que a “cidade inteira é patrimônio” (QUEIROZ, 1983, p. 206). Por isso, Queiroz define a metodologia utilizada como a do “conhecimento urbano”, afirmando que não existiam ainda procedimentos de planejamento que levassem em conta a categoria de cidade histórica numa análise mais ampla das distintas escalas em que ocorriam as relações entre dinâmica urbana e preservação do patrimônio.

Contemporaneamente ao Plano de Conservação, o CDU realizou proposições para distintas cidades com conjunto histórico, como Diamantina e São João Del-Rei. No caso de Diamantina, foi uma categoria em que as proposições para o desenvolvimento urbano não implicaram questões relativas ao centro histórico, por serem reconhecidas áreas espacialmente ligadas sem que a expansão urbana do setor de formação mais recente prejudique o outro. São João Del-Rei representava outra categoria de intervenção, pois tem suas áreas de desenvolvimento urbano e histórica isoladas uma da outra, podendo ter a realização de estudos distintos, mas complementares no que se refere à estruturação da cidade.

O que foi proposto à antiga Vila Rica era o escoamento da pressão oriunda de diferentes núcleos urbanos vizinhos em áreas de expansão, como o núcleo de Passagem, pertencente ao município de Mariana, a região conhecida por Buraco Quente e a região do Rio Tripuí. Passagem deveria receber 50% da população acrescida no período de 20 anos, passando de 2.000 para um pouco mais de 30.000 habitantes, enquanto Ouro Preto deveria receber apenas 5% desse montante, de acordo com o que mostra a Tabela 1. Essa organização demográfica respeita uma das premissas colocadas pela orientação do plano. Nessa lógica, o intervalo de vinte anos para realização das proposições elencadas não deve favorecer outras intervenções na área histórica, bem como não atrapalhar a conotação econômica do turismo cultural na região. O Plano deve pensar num horizonte de expectativas marcado por contextos mais amplos que poderão incidir sobre a realidade municipal.

A ideia de uma perspectiva histórica colocava Passagem como o principal núcleo de crescimento regional, uma vez que sua localização não imputava riscos a nenhuma das duas cidades históricas. Vale suscitar dois outros pontos essenciais ao documento. O primeiro corresponde à proposta de desenvolvimento urbano que consiste na determinação de um Sistema Interurbano formado pelos núcleos de Mariana, e seu distrito de Passagem, e Ouro Preto, e seu bairro industrial de Saramenha, conforme os Mapas 1, 3 e 6. Nesse sentido, o plano estabelece um processo de funcionalização para cada parte do Sistema, com o intuito de

Tabela 1 – Percentual do crescimento populacional a ser absorvido por núcleo no período de vigência do Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana.

Percentual do crescimento a ser absorvido		5%	35%	10%	50%	100%	
Ano	Núcleo	Ouro Preto	Saramenha	Mariana	Passagem	Total População	Acréscimo
1974		29.060	2.220	8.320	2.580	42.180	1.930
1975		29.156	2.895	8.513	3.545	44.110	2.070
1976		29.259	3.619	8.720	4.580	46.180	2.140
1977		29.366	4.368	8.934	5.650	48.320	2.150
1978		29.473	5.120	9.149	6.725	50.470	2.460
1979		29.596	5.981	9.395	7.955	52.930	2.480
1980		29.720	6.849	9.643	9.195	55.410	2.620
1981		29.851	7.766	9.905	10.505	58.030	2.750
1982		29.988	8.728	10.180	11.880	60.780	2.900
1983		30.133	9.743	10.470	13.330	63.680	3.040
1984		30.285	10.807	10.774	14.850	66.720	18.000
1989		31.185	17.107	12.574	23.850	84.720	22.980
1994		32.334	25.150	14.872	35.340	107.690	

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana**. Belo Horizonte: FJP, 1975. p 42

diminuir a pressão das demandas intermunicipais em Ouro Preto. A ideia era aliviar determinado peso de fluxos que existia também para Mariana, apesar de se apresentar menor em comparação à cidade vizinha. Determinada a partir do zoneamento inicial, a funcionalização do núcleo ouro-pretano identificou na estrutura urbana as Áreas Histórica e a Remanejar – como mostram os Mapas 2, 4, 5 e 7 –, sobre as quais foram estabelecidas distintas relações escalares que se caracterizaram pelo predomínio de características do conjunto histórico em unidades de paisagismo e intervenções arquitetônicas.

O patrimônio cultural foi considerado fator de desenvolvimento local, destacando-se o papel que o acervo colonial tinha sobre o diagnosticado desequilíbrio do sistema interurbano e a necessidade de disseminação do centro gravitacional de Ouro Preto para os demais núcleos urbanos. A atividade turística mostrou-se ambivalente aos propósitos do Plano, uma vez que a presença maciça de pessoas fluindo entre as edificações antigas poderia, ao mesmo tempo, promover a efetividade das atribuições preservacionistas, seja pela economia gerada, seja pela conscientização de uso daquele espaço, e também prejudicar o bem cultural visitado. Então, outros locais de interesse paisagístico são reconhecidos como alternativas para receber parte desse fluxo humano, como a Cachoeira das Andorinhas e o Pico do Itacolomi.

Mapa 1 – Sistema Interurbano

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Mapa 1.1 das Proposições, “Sistema Interurbano”. In: _____. **Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana**. Belo Horizonte: FJP, 1975. (entre as páginas 45 e 46).

Mapa 2 – Zoneamento e uso do solo de Ouro Preto

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Mapa 2.1, das Proposições, “Zoneamento e uso do solo”. In: _____. **Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana**. Belo Horizonte: FJP, 1975. (entre as páginas 47 e 48).

Mapa 3 – Núcleo de Saramenha

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Mapa 2.14 do Diagnóstico, “Núcleo de Saramenha”. In: _____.
Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana. Belo Horizonte:
FJP, 1975. (entre as páginas 19 e 20).

Mapa 4 – Estrutura urbana de Ouro Preto

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Mapa 2.12, do Diagnóstico, “Estrutura urbana”. In: _____. **Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana**. Belo Horizonte: FJP, 1975. (entre as páginas 18 e 19).

Mapa 5 – Padrão das edificações de Ouro Preto

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Mapa 2.3 do Diagnóstico, “Padrão das edificações”. In: _____. **Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana**. Belo Horizonte: FJP, 1975. (entre as páginas 13 e 14).

Mapa 6 – Núcleo de Passagem

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Mapa 3.13do Diagnóstico, “Núcleo de Passagem”. In: _____.
Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana. Belo Horizonte:
FJP, 1975. (entre as páginas 27 e 28).

Mapa 7 – Idade das edificações de Ouro Preto

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Mapa 2.4 do Diagnóstico, “Idade das edificações”. In: _____. **Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana**. Belo Horizonte: FJP, 1975. (entre as páginas 13 e 14).

Sobre as responsabilidades de conservação, mesmo que o Plano afirmasse a obrigação maior dos níveis federal e estadual de governo, esse princípio foi marcadamente institucional para o município, que deveria criar um órgão público de gerenciamento do Plano, o Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU), ligado à Assessoria de Planejamento e Controle (APC), também proposta. O DAU deveria se ocupar do desenvolvimento urbano e dos assuntos concernentes à preservação do patrimônio. Outro órgão, o Cadastro Técnico Municipal (CTM) seria responsável pelas informações de imóveis antigos, com algum valor histórico e cultural.

As proposições que se deram, nesse sentido, refletiam a urgência de reorganização dos aparatos administrativos da Prefeitura Municipal de Ouro Preto, racionalizando suas gestões contábeis, de recursos humanos, fiscais e financeiras. Na questão da institucionalização entre os núcleos, o Plano de Conservação sugeriu algumas ações que contribuiriam para o Sistema Interurbano, como a formação de um convênio entre Mariana e Ouro Preto na área de saúde, com um órgão intermunicipal gestor, a destinação do lixo dos quatro núcleos num único aterro sanitário; e a criação de uma Comissão Diretiva e uma Secretaria Técnico-Executiva coordenada por um profissional urbanista, para que as metas e os objetivos apresentados fossem cumpridos (FJP, 1975).

Podemos notar as proposições referentes a estruturas administrativas características tanto ao Sistema Estadual de Planejamento, quanto à natureza dos trabalhos de planejamento urbano empreendidos pela Fundação João Pinheiro. As APCs estavam presentes nas secretarias e autarquias da administração pública mineira, e sua principal função era integrar os trabalhos setoriais em prol dos objetivos de planejamento à estrutura da Secretaria de Planejamento e Coordenação-Geral. Já os CTMs correspondiam a documentos de assistência às municipalidades, acompanhando relatórios preliminares e estudos utilizados na elaboração de planos de desenvolvimento urbano, como no caso dos trabalhos realizados nos então Territórios Federais pelo CDU, entre 1972 e 1973.

Em relação ao patrimônio, também foram propostas ações de cooperação entre as prefeituras municipais, o IPHAN, o IEPHA e a Secretaria de Estado de Segurança Pública de Minas Gerais. Dessa forma, proteção aos bens artísticos significava também o treinamento e a capacitação de agentes voltados para a segurança do patrimônio, o aumento de contingente policial e a instalação de uma Delegacia Regional competente para a matéria; a instalação de um quartel do Corpo de Bombeiros; a construção de reservatórios e distribuição de hidrantes; a instalação de para-raios e extintores; o controle da visitação pública a edificações turísticas; e a vigilância permanente do patrimônio edificado.

Nota-se, portanto, que o Plano de Conservação não representou a simples ampliação das proposições do relatório de Viana de Lima ou apenas um documento técnico que vislumbrava o controle da expansão urbana em ambas as cidades históricas. O Plano se relaciona intrinsecamente ao seu contexto de produção, corroborando com a possibilidade do estabelecimento de estruturas municipais para o planejamento e a participação multidisciplinar de profissionais na atividade do urbanismo, representando um aspecto da atuação nacional do SERFHAU; levando em conta a associação contínua entre os conjuntos históricos e a dinâmica urbana, elaborando material fundamental sobre os acervos arquitetônicos identificados, agindo na superação de lacunas decorrentes da pouca documentação preservada à época e na qualificação técnica em assuntos de restauração, tais quais os pressupostos indicados nas discussões em torno dos Compromissos Nacionais de Brasília e Salvador.

3.3 – As Unidades de Proposição ou Unidades de Paisagismo: conservação em conjuntos urbanos de interesse paisagístico

Os discursos de conservação trazidos pelo Plano não se restringem apenas ao desenrolar das premissas, mas uma seção importante de tais proposições encontra-se nas Unidades de Proposição, ou Unidades de Paisagismo (UPs). Sob a coordenação de Reinaldo Guedes Machado, estes documentos abarcam conjuntos de espaços e logradouros avaliados pela “valoração” de seus usos, localização na cidade e potencial de observação dentro do perímetro urbano⁹¹. Totalizando trinta documentos com mapas, indicações de intervenção e anteprojetos, sendo vinte e três para Ouro Preto e sete para Mariana, trataram de aproximar edificações civis e religiosas, ruas, becos, praças, largos e chafarizes com determinada homogeneidade, organizando-os numa hierarquia de intervenções de acordo com o “valor final” de cada conjunto. A objetividade foi estabelecida segundo a escala de medição para lugares próximos a áreas de lazer e recreação contemplativa, pontos de encontro, áreas comerciais, administrativas e de serviços e lugares próximos a equipamentos de lazer institucionalizados. Essa metodologia, por sua vez, ainda deveria considerar a situação do lugar em relação ao sistema viário, ao seu interesse – histórico, artístico, botânico, geológico ou topográfico –, e ao seu uso na dinâmica urbana.

⁹¹ Cf. Mapas 8 e 9

Mapa 8 – Valor paisagístico dos lugares urbanos de Ouro Preto

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Mapa 5.1, do Diagnóstico, “Valor paisagístico dos lugares urbanos de Ouro Preto”. In: _____. **Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana.** Belo Horizonte: FJP, 1975. (entre as páginas 31 e 32).

Mapa 9 – Mapa de unidades de proposição de Ouro Preto

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Mapa 5.3, do Diagnóstico, “Mapa de unidades de proposição de Ouro Preto”. In: _____. **Plano de Conservação, Valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana**. Belo Horizonte: FJP, 1975. (entre as páginas 33 e 34).

Entre esses aspectos de avaliação das UPs, também foram conferidos índices aos espaços descritos pelo “Guia de Ouro Preto” (Manuel Bandeira, 1938), classificando aqueles percursos que deveriam ser feitos a pé e aqueles que deveriam ser feitos de automóvel, e o “Guia Quatro Rodas”. O mais importante de se destacar no processo de hierarquização das UPs não está propriamente nos índices, mas naquilo que foi levado em consideração para a esquematização das unidades. Isto é, a valoração objetiva dos espaços indicou critérios originais para os discursos de preservação, principalmente com a consideração de comportamentos que não se referiam apenas ao interesse artístico ou histórico do monumento, mas também a elementos que relacionavam a massa edificada e o uso que faziam dela os indivíduos. Assim como a associação existente entre massa edificada e elementos tipológicos, o fator humano de compreensão cultural e utilitária congregou a determinação de intervenções preservacionistas. Dessa forma, falamos aqui de documentos que manifestaram a escala urbana do Plano, colocando em relação as distintas partes da cidade e o conjunto histórico.

A parte antiga dos municípios é que definiu o padrão das proposições de paisagismo, cujo posicionamento pode ser bem compreendido na busca de um “vocabulo formal” possível de ser aplicado a toda a cidade, mantendo-se aqueles elementos de importância arquitetônica e artística no conjunto histórico e aproximando as novas áreas de ocupação por meio dos mesmos aspectos; “[...] o uso deste vocabulário possibilitará que as áreas de expansão eventualmente propostas, ainda que contíguas ao tecido urbano a ser preservado, não contribuam para a descaracterização do conjunto” (FJP, 1975, p. 38).

Já no relatório de Alfredo Evangelista Viana de Lima, o arquiteto transcrevia uma importante passagem de Rodrigo Mello Franco de Andrade, na qual afirmava que

[...] o planejamento não poderá se restringir a previsão de medidas destinadas exclusivamente a proteção e conservação dos bens culturais e das características do sítio. Precisa atender também as necessidades, conveniências e aspirações naturais de conforto e progresso de sua população, porque não seria justificável impor-lhe estilos de vida do passado.

(ANDRADE, *apud*, LIMA, 1969, p. 17)⁹².

⁹² Preferimos indicar o texto original de Andrade, reproduzido no Projeto de proposta técnica e financeira do Plano de Conservação, já que no relatório de Viana de Lima o texto está em francês.

As Unidades de Proposição indicaram isso através de uma lógica paisagística que excluiu composições destoantes do “vocabulo” estabelecido desde o centro, mantendo a perspectiva do “estilo patrimônio” (MOTTA, 1987) e contradizendo a declaração de Andrade, mas não somente. A permanência de elementos correspondentes à autenticidade de estilos artísticos considerados notáveis e sua localização na estrutura urbana não coadunam com a característica do debate na área cultural federal à época. Os processos de apropriação social do patrimônio continuavam dependentes do “vocabulo” consagrado pelos tombamentos. Tanto para Ouro Preto quanto para Mariana, em geral, não tem vez basculantes, telhas de cimento amianto, telhas de latas, lajes de concreto destelhadas, arames farpados, muros de latas, paredes de reboco, muros de alvenaria em proximidade a muros de pedra, cores escuras nas paredes das edificações, postes mal colocados e reservatórios, antenas e caixas de transformadores à mostra. Isso quando não é possível manter tais componentes dissimulados na paisagem, pelo plantio de árvores frutíferas ou araucárias.

Todavia, não nos fica claro a possibilidade de negociação entre a municipalidade e os proprietários. A exemplo de uma casa da Rua Barão de Camargos, em Mariana, parte da Unidade de Proposição 3, vista como “bastante primitiva” e precisando de “remanejamento”. Ou no caso de outra residência, na Travessa de São Francisco, também em Mariana, parte da Unidade de Proposição 1, “[...] cujo enquadramento dos vãos é revestido por placas de pedra, com juntas pintadas de preto. Substituir tal revestimento por peças de cantaria ou marcos de madeira” (FJP, 1975, UP n.º 1, Mariana, Travessa de São Francisco, item n.º 5).

Entre as colocações dessa natureza relativa à exclusão de componentes considerados destoantes, apenas na UP 4, em Ouro Preto, que se enxerga a possibilidade de negociações com proprietários, na indicação geral para construções de má qualidade na área: “Emassar e pintar em cores discretas todos os acréscimos indispensáveis às construções mais antigas e demolir, mediante acordo com os proprietários, aqueles cuja utilidade é duvidosa” (FJP, 1975, UP n.º 4, Ouro Preto, Proposições gerais. Grifos do autor).

Entendendo essa recomendação como proposição geral, podemos sugerir que o “acordo com os proprietários” estivesse implícito a todos os projetos e situações em que as intervenções de demolição ou ajuste de acréscimos apareciam. Nesse caso, não nos ficou claro o quanto as UPs permitiam de atuação conjunta entre a Prefeitura e o proprietário de edificações incluídas na determinação do paisagismo. De qualquer forma, esse tipo de configuração para cenário, que os documentos propositivos do Plano acabaram assumindo, inclusive para as áreas novas de ocupação, foi constante, mudando-se apenas a maneira de exclusão dos componentes considerados destoantes.

Às vezes pela vegetação, como na primeira UP de Ouro Preto, que abarca o *campus* do Morro do Cruzeiro, no qual as edificações deveriam ser dissimuladas pelo plantio de diversas espécies vegetais ao longo da encosta, sem demonstração do “aspecto de artificialidade do campo”. Ou pela pintura, mesmo que seja algum tom escuro, como na UP n.º 17, de Ouro Preto, em que uma residência deveria ter sua fachada pintada em cores pastel, ser recoberta por telhas cilíndricas tipo canal e ter suas “esquadrias basculantes” pintadas na cor preta “para dissimulá-las na paisagem” (FJP, 1975, UP n.º 17, Ouro Preto, Ruas Padre Faria, Nossa Senhora do Parto e Frederico Ozanan, item n.º 26).

Todavia, em alguns casos ocorreu a valorização de elementos que não se encaixavam na coerência do conjunto histórico, geralmente atribuídos a algumas construções do início do século XX. Reconhecidas, ao mesmo tempo em que não deveriam sofrer alterações caso não se conhecesse o estado original:

Casa grande, bem conservada, com platibanda, lambrequins, janelas e balcões de ferro. Caso se encontre documentação sobre sua forma anterior, recompô-la convenientemente. Em caso contrário, evitar reformas e adaptação parciais, mantendo-a como agora se encontra.

(FJP, 1975, UP n.º 19, Ouro Preto, Rua Randolfo Bretas, item n.º 4).

Ou, caso fossem da memória de alguma personalidade com determinada importância histórica: “Entrada pra casa do [Moacyr] Scliar. O muro de pedras e a formação vegetal existente são muito bonitos e devem ser conservados” (FJP, 1975, UP n.º 15, Ouro Preto, Rua Conselheiro Quintiliano, item n.º 14).

As Unidades se configuraram como documentos preocupados com a conferência de homogeneidade entre as distintas partes da cidade, por meio de elementos arquitetônicos referentes ao centro histórico, ratificando um conjunto de ideias que se concretizou na política de preservação do patrimônio ao longo do século, pelo grupo modernista ligado a Lucio Costa (MOTTA, 1987). Cuidando para que não sejam feitas imitações da arquitetura colonial entre o vocábulo formal urbano identificado a partir do conjunto histórico, são negados pela dissimulação e pela exclusão aqueles elementos capazes de demonstrar os processos de apropriação social do espaço. O passado ainda prevalece sobre o planejamento urbano, mesmo que o trabalho em unidades de paisagismo tenha ficado a cargo de um antigo técnico do SERFHAU; mesmo que sujeitos dos diferentes contextos de desenvolvimento urbano na

década de 1970 tenham participado dos debates em torno da ampliação conceitual de preservação colocada nos Compromissos Nacionais.

3.4 – Os Dossiês de Restauração: valorização da arte, da localização e dos usos.

Os Dossiês representaram as intervenções do Plano na escala arquitetônica, que coloca em relação os indivíduos e as tipologias identificadas nas cidades. Formando um amplo conjunto documental, com cerca de 300 edificações selecionadas para Ouro Preto⁹³ e 83 para Mariana, o estabelecimento das prioridades que marcou a organização dos estudos de restauração, assemelha-se bastante ao das UPs. São considerados índices de pontuação, de acordo com o “caráter histórico”, vinculação com grandes personagens ou fatos e com estágios da evolução urbana, “caráter artístico”, identificação de estilos e autores representativos para a formação do conjunto arquitetônico e urbanístico das cidades, a “localização”, sendo a inserção da unidade pesquisada em áreas específicas do contexto urbano, vinculadas direta e indiretamente à composição de uma atmosfera das cidades com conjunto histórico, com a “conservação”, o tratamento das intervenções de restauração e adaptação das unidades, e por fim com a “utilização social”.

Nesse sentido, destaca-se a grande quantidade de estagiários envolvidos no trabalho de pesquisa e inventário, e os esforços de orientação a esses estudantes da Escola de Minas. A Fundação João Pinheiro elaborou uma espécie de guia metodológico contendo as etapas e os materiais necessários à qualificação dos estagiários. Um glossário chegou a ser desenvolvido para padronizar a linguagem dos levantamentos, conforme Figura 24. O produto final das pesquisas realizadas seriam plantas desenhadas pelos próprios estudantes, seguindo informações reunidas em fichas de caracterização das unidades, de acordo com modelo da Figura 25.

⁹³ Cf. Mapa 10.

Mapa 10 – Edificações selecionadas de Ouro Preto

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Mapa 6.1, do Diagnóstico, “Edificações selecionadas de Ouro Preto”.
In: _____. **Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana.** Belo Horizonte: FJP, 1975. (entre as páginas 37 e 38).

Figura 24 – Trecho do glossário elaborado pelo setor de Restauração do “Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana”.

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Inventário, levantamento e vistoria de bens culturais (edificações); metodologias.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, s.d. p. 24.

Figura 25 – Ficha de Restauração do “Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana”.

[illegible]

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Inventário, levantamento e vistoria de bens culturais (edificações)**; metodologias. Belo Horizonte: FJP, s.d. p. 13.

A proximidade com as proposições paisagísticas foi dada também na maneira de valorizar a autenticidade das edificações e a necessidade de sua reconstituição original, algo que pontua o aspecto do conjunto histórico influenciando as perspectivas de intervenção urbana. Diante da falta de uma numerosa documentação, muito foi consultado em referências que corroboraram com a construção de uma “atmosfera” típica a essas cidades, entre as décadas de 1950 e 1960, com publicações de orientação turística e literária, como o “Ouro Preto. Sua história, seus templos e monumento” (1950), guia de Eponina Ruas, ou obras de pesquisas já consagradas como “Vila Rica. Formação e desenvolvimento – Residências” (1956), importante observação de Sylvio de Vasconcellos sobre uma arquitetura vernácula ouro-pretana, ou até mesmo obras de memória como “Ouro Preto” (1969), publicação póstuma de Henrique Barbosa da Silva Cabral.

Enquanto as UPs haviam sido coordenadas por um técnico com passagem pelo SERFHAU, o setor de restauração teve à sua frente, Galileu Reis, engenheiro arquiteto com atuação profissional no convênio USAID/MEC sobre ampliação do sistema de educação básica na região mineira do Polígono das Secas, e provavelmente sua escolha para essa coordenação específica deveu-se ao conjunto dos trabalhos desenvolvidos na área de arquitetura escolar. Reis trabalhou na CARPE – Companhia de Reparo e Restauração de Prédios Escolares do Estado, entre 1959 e 1973.

3.5 – Tensões e conflitos em torno do “Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana”.

Os trabalhos que mencionam o Plano feito pela Fundação João Pinheiro, afirmam que sua implantação não ocorreu por disputas de interesses políticos. Contudo, a explicitação de tais contendidas não ocorreu facilmente, tornando difícil a tarefa de identificar os conflitos e seus principais agentes. Na verdade, acreditamos ter uma gama diversificada de sujeitos dessas disputas, envolvidos tanto na esfera da administração pública municipal, estadual e federal, entre os papéis da proteção do patrimônio ou até mesmo como mobilizações em torno da defesa de determinados grupos no poder. Sobre a questão política, Marco Aurélio de Queiroz (1983) sugere que não se pode cobrar a ausência da participação popular nesse processo como única responsabilidade para reprovação legislativa do Plano de Conservação. Caracteriza então como “má vontade” o comportamento das autoridades municipais em torno do tema, uma vez que os cidadãos não foram arregimentados para o debate local. Entretanto, chama atenção que a atitude da equipe de elaboração do plano em relação a isso é um pouco ambígua, já que através de algumas notícias veiculadas pelo jornal “O Ouro Preto”, os

seminários para apresentação do documento somente foram abertos à população no final de 1974, dando a entender que os demais encontros na Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto ocorreram apenas aos profissionais e consultores.

Por parte dos vereadores, Queiroz salienta que não percebeu nenhum esforço de discussão daquilo que foi apresentado, com exceção do debate promovido entre os técnicos responsáveis pelo setor legislativo do plano e alguns edis acerca de qual instrumento urbanístico iria ser aprovado primeiro. No que foi entregue à Câmara, o instrumento de uso e ocupação do solo deveria ter a preferência das votações, na visão de Queiroz. Todavia, a Câmara se posicionou com o intuito de deliberar sobre os códigos de conduta e de obras, anteriormente ao zoneamento⁹⁴.

Outro impedimento creditado a não implantação do Plano diz respeito à definição de Passagem como núcleo receptor da demanda populacional excedente, havendo determinada incoerência na relação com as administrações municipais, pois o núcleo de Passagem pertence à Mariana, municipalidade que receberia, de fato, a tributação predial de um crescimento oriundo também de Ouro Preto. De qualquer forma, e isso tem associação com a premissa de divisão de responsabilidades no plano, a questão do gerenciamento da expansão ficaria externa a ambas as administrações, pois, como mencionado há pouco, a orientação do plano ficaria a cargo de uma Secretaria dividida por ambas as prefeituras. Também existiram empecilhos de cunho privado, já que a maior parte da área de Passagem pertence a uma empresa mineradora, que apesar de ter condições de participação em empreendimentos habitacionais e comerciais com o poder público para o núcleo, apresentou um projeto megalomaniaco que possuía estação de esqui e grandiosas instalações hoteleiras, a fim de atrair o turismo internacional para o distrito.

Analisando alguns periódicos ouro-pretanos, também podemos delinear algumas possibilidades de conflito e suas principais ocorrências associadas tanto a uma discussão em torno da ideia de cidade trazida pelos posicionamentos jornalísticos, quanto a disputas entre distintas associações diretamente vinculadas à gestão urbana e da preservação do patrimônio. “O Ouro Preto” apresentou uma perspectiva conservadora, afeita à manutenção das tradições valorativas do cunho nacionalista. Nesse sentido, além de constantes – e exagerados – elogios ao que representava a cidade, o jornal foi veículo de críticas aos trabalhos de conservação dos

⁹⁴ Para Queiroz, tratava-se de uma “lógica imbecil” de planejamento urbano, a inversão de aprovação dos instrumentos, que somente expressava o jogo de interesses por trás da atuação legislativa naquele período. (QUEIROZ, *op. cit.*, p. 208).

monumentos por parte da municipalidade, do IEPHA e do IPHAN, destacando esforços convergentes ao discurso desenvolvimentista do governo Federal no que se referia ao incentivo ao turismo⁹⁵, além de ter sido um veículo propagandista do regime político instaurado em 1964.

Acerca de alguns temas abordados pelo periódico, o ano de 1975 “prometia” ser o ano do Turismo em Ouro Preto, de acordo com a Secretaria Municipal de Turismo e Recreação⁹⁶. Entretanto, o jornal também tece algumas críticas ao IPHAN pelo abandono dos monumentos e pelo distanciamento com as questões locais. Uma matéria assinada por J. J. Itacolomi traz algumas “verdades” sobre o órgão federal, “inútil” e “negativo” se comparado aos esforços europeus de restauração e formação técnica em turismo⁹⁷. Em outra oportunidade foi indicada a solicitação do Prefeito Genival Ramalho ao Ministro Ney Braga para a instalação de uma unidade do IPHAN em Ouro Preto, assunto presente na municipalidade desde a participação do então Prefeito Benedito Xavier no II Encontro de Governadores, em 1971.

Quando se refere ao IPHAN o jornal traz também uma provocação de Sylvio de Vasconcellos sobre a “diferença” do tratamento no “tempo de Rodrigo de Mello Franco de Andrade”⁹⁸. Percebemos, então, que a crítica voltada ao âmbito federal assume caráter pessoal quando distingue dois IPHANs pela figura do diretor⁹⁹. Esse debate com o distanciamento da entidade federal de preservação é pautado ainda pela instalação da primeira unidade regional do IEPHA, na cidade de Ouro Preto. Algo que reforçava o discurso de reconhecimento da atuação dos níveis municipal e estadual de governo, muito distintos em relação ao valor do “*facies*” ouro-pretano do que o âmbito da União¹⁰⁰.

⁹⁵ Exemplo de uma afirmação a respeito do Governador Rondon Pacheco: o grande responsável pela implantação daquela “indústria sem chaminés” representada pela atividade turística. (**O Ouro Preto**. Ano IV, n.º 71, Ouro Preto, 25 de dezembro de 1974).

⁹⁶ Essa afirmação é tomada pela grande quantidade das reservas em hotéis e pelo número de correspondências enviadas para a Prefeitura solicitando informações de Ouro Preto. (“1975 promete ser o ano do Turismo para Ouro Preto”. **O Ouro Preto**. Ano IV, n.º 73, Ouro Preto, 26 de fevereiro de 1975). Devemos recordar que o ano de 1975 foi comemorado como Ano do Patrimônio Arquitetônico Europeu, de acordo com o que indica a Declaração de Amsterdã.

⁹⁷ “Monumentos – Turismo – IPHAN e verdades...”. **O Ouro Preto**. Ano IV, n.º 73, Ouro Preto, 26 de fevereiro de 1975.

⁹⁸ “A Jóia Rara da Arquitetura Barroca deteriora na cidade do Aleijadinho”. **O Ouro Preto**. Ano IV, n.º 73, Ouro Preto, 26 de fevereiro de 1975.

⁹⁹ Abordando a questão do abandono, outra matéria lamenta o “desaparecimento” do antigo “Chefe do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”, “único” em sua função que “conhecia, compreendia e amava Ouro Preto”. Talvez isso seja mais emblemático se pensarmos na realização da campanha em benefício da cidade entre 1949 e 1950. Já sobre a solicitação enviada por Genival Ramalho, a edição afirma que Ney Braga não vai considerar “interesses subalternos” que impeçam a transferência de uma unidade para lá. (“Relíquia Abandonada”. **O Ouro Preto**. Ano IV, n.º 74, Ouro Preto, 15 de março de 1975)

¹⁰⁰ A edição 77 dá espaço às reclamações do vigário José Feliciano da Costa Simões acerca do falseamento de posições do IPHAN sobre as condições do teto da Igreja do Pilar. (“IPHAN falseia a verdade: Igreja do Pilar em ruína”. **O Ouro Preto**. Ano IV, n.º 77, Ouro Preto, 21 de abril de 1975).

Acerca dos processos de institucionalização da preservação em conformidade com a dinâmica urbana e o turismo como objeto dessa assimilação, o jornal indica a realização de alguns eventos concernentes àquelas preocupações. Em outubro de 1975, uma reunião de prefeitos dos municípios históricos mineiros significava o comprometimento das autoridades locais com as questões da conservação, diferentemente do órgão federal competente, criticado pela matéria como “nulo” e “evasivo”. Certamente, o IPHAN enfrentava alguns problemas em relação aos seus recursos técnicos e financeiros, interessando-se, inclusive, pelas possibilidades de atuação da UNESCO no campo cultural (LEAL, 2008).

O “I Encontro de Municípios para Defesa e Vigilância do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais” não ocorreu no desconhecimento do IPHAN e os prefeitos pretendiam buscar a colaboração com aquele órgão e com o IEPHA para as habilitações institucionais e profissionais necessárias. O prefeito Genival Ramalho, em seu discurso de encerramento, definiu que a cidade sofria com a “sanha de aventureiros e a cegueira dos novos descobridores”. Nesse sentido, Ouro Preto deveria ser “vivida sem exibicionismos”, naquilo que nos ficou claro como alusão ao turismo, já que somente seria possível viver Ouro Preto num contato maior com sua população daqueles que “chegam e saem sem o calor da convivência com seu grande povo”¹⁰¹.

Seguindo a lógica dos Compromissos do início da década de 1970, o Encontro de Prefeitos reportado assinava um item a respeito da instalação do Instituto Mineiro dos Municípios Históricos, naquela cidade. A Diretoria deveria ser composta por um presidente, eleito entre os membros natos, dois diretores e um secretário-geral, todos com mandato de apenas um ano. Caracterizado pelo “O Ouro Preto” como “conclave”, o Encontro teve a participação de prefeitos e vigários, que dividiriam as vagas no Instituto proposto, tendo praticamente o mesmo peso de participação que as autoridades políticas nas questões culturais de conservação.

Um ano depois, a edição 101 de “O Ouro Preto” divulgou a carta de deliberações assinada pelo II Encontro de Municípios para Defesa e Vigilância do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, realizado em maio de 1976, na cidade de Serro. Permaneceram as recomendações de ação conjunta com o Estado contra roubos e incêndios, questões de conscientização e educação para os valores culturais e apontamentos sobre a criação de museus sacros e centros de documentação. Surgiu também a solicitação de maiores dotações

¹⁰¹ “I Encontro de Municípios para defesa e vigilância do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. Realizado em Ouro Preto um trabalho sério de responsabilidade e amor à Pátria”. **O Ouro Preto**. Ano V, n.º 88, Ouro Preto, 30 de outubro de 1975.

financeiras ao IPHAN pelos Ministérios do Planejamento e da Educação e Cultura enquanto maneira também de se atingirem as cidades históricas.

De um lado, faz com que percebamos as dificuldades que a entidade federal passava para atender as demandas municipais. Por outro, não se tem indicada nenhuma oposição regional à possibilidade de trabalho conjunto com o IPHAN. Outra recomendação coloca o prazo de 60 dias para que a fundação do Instituto Mineiro dos Municípios Históricos pudesse ocorrer, uma solicitação do Encontro anterior e que ainda não tinha sido viabilizada, assim como o pedido de institucionalização pelos três níveis de governo do “Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana”, da Fundação João Pinheiro. Provavelmente este pedido tenha se originado das duas cidades objetos do Plano, mas é significativa sua percepção como referência pelos demais municípios.

Definir uma natureza mais explícita sobre os conflitos existentes em relação ao Plano torna-se tarefa difícil diante de várias possibilidades de disputa, como o exemplo de “O Ouro Preto” nos mostrou. De um lado, a evidência de uma indefinição institucional sobre a conservação do patrimônio que transfere as responsabilidades da inação para o IPHAN, já que o órgão controlava, historicamente, os instrumentos e as políticas culturais na área. Entretanto, por outro lado, podemos notar que as questões concernentes aos núcleos urbanos com conjuntos históricos não correspondem apenas às municipalidades, caracterizando uma preocupação mais ampla, que ultrapassa os limites locais de institucionalização, como observado pelas convenções dos Encontros para defesa e vigilância do patrimônio. Isso nos fica claro no pedido de aplicação do Plano de Conservação, sugestão que nos faz pensar no mesmo formato em que adquiriu autonomia o PLAMBEL, na esfera estadual. Não menos dissociado dessas rugas ou possibilidade de conflitos, estão os aspectos políticos e econômicos de grupos públicos e privados, inseridos com determinada influência nas dimensões decisórias.

Considerações finais

Lançando mão de nossa indagação inicial sobre as relações que marcaram a preservação do patrimônio e o planejamento urbano no Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, foi possível analisar o momento em que tais relações ganharam corpo técnico nas várias esferas da administração pública, seja na continuidade de iniciativas em curso que apresentaram novas configurações, seja no atendimento a demandas históricas preexistentes que adquiriram novo arranjo sem uma continuidade sólida dos processos de formação. Essas relações, contudo, foram permeadas por intuítos desenvolvimentistas marcados pela racionalidade administrativa da formação de um Estado capitalista e pelas pretensões ideológicas de segurança nacional do período da ditadura militar. Nesse contexto, o planejamento econômico encontrou nos planos elaborados e apresentados como ações de governo um espaço discursivo proeminente, que reconhecemos aqui através da atuação do IPHAN, do SERFHAU, do EPEA/IPEA, do IEPHA, do PLAMBEL e da Fundação João Pinheiro, no momento de elaboração do Plano de Conservação.

Reforma administrativa, assistência técnica aos municípios, planejamento urbano e difusão estadual e municipal das competências culturais do patrimônio deram a tônica para a análise de nossa dissertação acerca dos distintos modos de assimilação entre planejamento e preservação. No que se refere ao caso mineiro, a Fundação João Pinheiro representou importante sujeito com ações diversificadas, mas que reuniu técnicos do planejamento econômico, urbano e regional que haviam participado de estruturas governamentais de Minas Gerais e que tiveram a possibilidade de elaborar um plano para sítios urbanos com conjuntos históricos. Essa abrangência de trabalhos e áreas de atuação nos auxiliou na aproximação entre as competências institucionais mobilizadas pelo contexto, enxergando na FJP uma possibilidade de amálgama técnico.

Outra conclusão das observações desenvolvidas refere-se à importância que possuiu o Plano de Conservação no entendimento de nossas indagações iniciais. Além de reunir um quadro profissional com passagens por distintos órgãos administrativos que não tinham associação com as políticas públicas culturais empreendidas pelo IPHAN, acreditamos que o documento corroborou com a prática estruturada pelo Instituto até a década de 1970. Essa perspectiva do IPHAN é perceptível na valorização de aspectos tidos como autênticos na arquitetura colonial, na tolerância com alguns aspectos dos séculos XIX e XX, principalmente se estiverem atrelados a eventos históricos e estilos artísticos notáveis, e na assimilação dos elementos oriundos das diferentes formas de ocupação urbana, colocando-as sob a influência

do conjunto histórico. As proposições referentes às Unidades de Paisagismo, que respaldam a perspectiva do IPHAN, são incorporadas e absorvidas por técnicos do planejamento urbano, de acordo com a análise da documentação.

Todavia, alguns elementos permanecem alheios ao anseio de conclusão em nossa pesquisa, felizmente. Pretendíamos destacar o planejamento como processo, identificando-o em contextos mais gerais, não limitando sua análise ao momento imediato do plano analisado, no qual são suscitados apenas os aspectos de efetividade. Ficaram lacunas relativas ao modo de incorporação e absorção da perspectiva do IPHAN pelos planejadores diretamente envolvidos com a elaboração do compêndio; conceituações vagas de ideias que nos trariam maiores oportunidades de associação entre os debates técnicos estabelecidos nacional e internacionalmente; realização de análises breves no interior de nosso trabalho geral sobre instituições pouco ou nada observadas, mas ainda assim importantes para subsidiar o trânsito de agentes do planejamento e da preservação em distintos órgãos nos três níveis de governo; e a articulação do Plano de Conservação com demais iniciativas da área tomadas pela Fundação João Pinheiro, num exercício de leitura comparada.

Cabe-nos, então, considerar outros caminhos a serem trilhados para a tarefa, que se não realiza completamente em nossa dissertação, sugere fortuitas perspectivas. Sobre o questionamento referente à identificação dos conflitos entre os técnicos diretamente envolvidos com a elaboração do Plano de Conservação, surge-nos a identificação dos conflitos de interesse político pelo levantamento da composição partidária da Câmara Municipal na década de 1970, e a maneira como se deram as relações entre a equipe do Plano e os representantes da municipalidade. Elementos oportunos para a continuidade dessa pesquisa estão atrelados aos mesmos esforços de ampliação do escopo ao estendermos a análise para a realidade de Mariana.

Ideias como “paisagem”, “conservação” e “valorização” ficaram associadas a aspectos da atuação dos órgãos de planejamento e cultura sem, necessariamente, significarem com clareza as intenções de sua mobilização discursiva. Estabelecemos o paisagismo como atuação de formar espaços com interesses artísticos, históricos e culturais que não se resumissem ao monumento isolado. Mas sua compreensão deve ser posta ainda em relação ao conceito de ambiência trabalhado na obra de Giovannoni e a recepção da teoria italiana influenciada pelo autor na documentação pesquisada, caso tenha algum indício. Por sua vez, “conservação” e “valorização” estiveram ligadas ao ímpeto de desenvolvimento que marca não apenas os interesses econômicos e políticos da lógica sistêmica do período militar, mas também a modificação da mentalidade hegemônica da burocracia cultural em torno do

patrimônio. Entendê-las sob perspectivas mais teóricas, a partir de obras elaboradas pelos agentes mencionados, corroboraria com observações do campo do restauro e da conservação integrada.

Instituições estaduais preocupadas com assistência técnica aos municípios, a exemplo da CATEC, e criadas com as responsabilidades de tratamento do patrimônio histórico mineiro, a exemplo do IEPHA, tiveram suas análises limitadas ao contexto de rearranjo nos campos do planejamento e da cultura. Poderiam, num esforço de continuidade ao realizado em nosso trabalho, levantar informações sobre técnicos, cursos de formação e legislações relativos ao nosso interesse em traçar os espaços burocráticos ocupados por agentes envolvidos na elaboração do Plano de Conservação ou influenciados pelos modos de atuação desses órgãos. Também nos serviriam tais observações na identificação das diferentes manifestações sobre a assimilação entre planejamento e preservação, além daquelas explicitadas no recorte de nossa pesquisa.

Nesse sentido, em pesquisas futuras, cabem indagações e a leitura de novos trabalhos sobre o estabelecimento das relações institucionais entre o patrimônio e o urbano, como no caso das iniciativas do Programa Monumenta e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – Cidades Históricas, com financiamentos para a recuperação de imóveis públicos ou privados, a formação de mão de obra especializada na matéria e a requalificação urbana de áreas com acervos ameaçados. O Monumenta esteve ligado ao Ministério da Cultura, e o PAC – Cidades Históricas está ligado ao Ministério do Planejamento. Os objetivos de ambos contemplam o patrimônio como fator de desenvolvimento econômico e social numa visão integrada de planejamento nas realidades de intervenção, preocupação que esteve presente no Plano de Conservação e no Programa de Cidades Históricas (PCH), da então Secretaria de Planejamento da Presidência da República, na década de 1970.

A atualidade do PAC – Cidades Históricas e os efeitos percebidos na realização do Monumenta fazem com que consideremos observações em curso sobre o papel dos agentes institucionais diretamente envolvidos, inserindo-as num processo histórico que leve em conta outros aspectos, como a fundação do Ministério da Cultura e os rearranjos institucionais do IPHAN, nas décadas de 1980 e 1990, os novos pressupostos das políticas públicas em planejamento urbano desde a Constituição de 1988, como a aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001, e os papéis que foram atribuídos à Fundação João Pinheiro, na década de 2000, sobretudo no campo mineiro da formação profissional em administração pública.

Referências

“As terras de Minas Gerais a luz da fotointerpretação”. **Revista da Fundação João Pinheiro**, nº. 1, v. 1, Belo Horizonte, jan.-mar. 1971, p. 64-70.

“Metas básicas no desenvolvimento de Minas Gerais”. **Revista da Fundação João Pinheiro**, nº. 1, v. 1, Belo Horizonte, jan.-mar. 1971, p. 71.

ALVES, Denysard O.; SAYAD, João. “O plano estratégico de desenvolvimento (1968-1970)”. In: LAFER, Betty Mindlin (org.). **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1975. (p. 91-110)

ANGELO, Michelly Ramos. *Les développers*: Louis-Joseph Lebrete e a SAGMACS na formação de um grupo de ação para o planejamento urbano no Brasil. 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2010.

ARLEY, Andriolo. **Ouro Preto, 1897-1973**: a construção social da cidade histórica turística. 1999. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

ÁVILA, Affonso; GONTIJO, João Marcos Machado; MACHADO, Reinaldo Guedes. **Barroco mineiro**. Glossário de arquitetura e ornamentação. Belo Horizonte: CEHC/FJP, 1996. CD-ROM.

AZEVEDO, Paulo Ormindo de. Proposição. Contribuição à criação de uma legislação específica para setores monumentais ou paisagísticos. In: II Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil, 1971, Salvador. **Anais...** Rio de Janeiro: IPHAN, 1973. (p. 142-160).

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **BNDES**: um banco de história e do futuro. São Paulo: Museu da Pessoa, 2012.

BARROS, José Roberto Mendonça de. “A Experiência regional de planejamento”. In: LAFER, Betty Mindlin (org.). **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1975. (p. 111-138)

BARROS, Pedro Motta de. Proposição. A contribuição da FINEP ao desenvolvimento do turismo. In: II Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil, 1971, Salvador. **Anais...** Rio de Janeiro: IPHAN, 1973. p. 286-288.

BATISTA, Maurício Nogueira. Exposição. A proteção dos acervos naturais e os de valor cultural. In: II Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil, 1971, Salvador. **Anais...** Rio de Janeiro: IPHAN, 1973. (p. 137-142).

BITTENCOURT, José Neves. “Ouro Preto, nossa Roma. Antiquário e tradições numa trajetória de preservação”. **Oficina do inconfidência**, revista de trabalho. Ouro Preto, ano 5, nº 4, dez. 2007. p. 123-137.

BRASIL. **Decreto-lei** n.º 22.928, julho de 1933. Erige a cidade de Ouro Preto em monumento nacional. Disponível *online*: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22928-12-julho-1933-558869-norma-pe.html>>. Acessado em 30/06/2010.

_____. **Decreto-Lei n.º 200**, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível *online*: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-200-25-fevereiro-1967-376033-norma-pe.html>> Acesso em 26/01/2015.

_____. **Decreto n.º 64.016**, de janeiro de 1969. Altera a denominação do Instituto de Pesquisa Econômico-Social Aplicada – IPEA, e dá outras providências. Disponível *online*: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao>>. Acesso em 26/01/2015.

BRASILEIRO, Ana Maria Fontenelle. Exposição. O acervo de valor cultural e os monumentos naturais face à indústria do turismo. In: II Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil, 1971, Salvador. **Anais...** Rio de Janeiro: IPHAN, 1973. (p. 261-269).

CABRAL, Renata Campello. **A noção de ambiente em Gustavo Giovannoni e as leis de tutela do patrimônio cultural na Itália**. 2013. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2013.

_____; ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. O “Velhas Cidades” de Gustavo Giovannoni: algumas notas. In: KÜHL, Beatriz Mugayar (org.). **Gustavo Giovannoni**. Textos escolhidos. Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2013. p. 53-61

CARDOSO, Fernando Henrique. “Aspectos políticos do planejamento”. In: LAFER, Betty Mindlin (org.). **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1975. (p. 161-184)

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume, 2009.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. “Ouro Preto, monumento da humanidade”. **Oficina do inconfidência**, revista de trabalho. Ouro Preto, ano 5, n.º 4, dez. 2007. p. 173-186.

CERÁVOLO, Ana Lúcia. **Interpretações do patrimônio**: arquitetura e urbanismo moderno na constituição de uma cultura de intervenção no Brasil, anos 1930-60. Tese de Doutorado. São Carlos (SP): USP, 2010.

CHAGAS, Paulo Pinheiro. “Minas vale a pena”. **Revista da Fundação João Pinheiro**, n.º. 3, v. 4, Belo Horizonte, out.-dez. 1973, p. 2-7.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade e UNESP, 2001.

_____. **O patrimônio em questão**: antologia para um combate. Trad. de João Gabriel Alves Domingos. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Cap. 5 – As linhas editoriais do SPHAN: a ideia de patrimônio no Brasil. In: _____. **Arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. (p. 245-278)

CINTRA, Antônio Octávio; HADDAD, Paulo Roberto (orgs.). **Dilemas do planejamento urbano e regional no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978

_____. ANDRADE, Luiz Aureliano Gama de. “Capítulo I. Planejamento: reflexões sobre uma experiência estadual”. In: CINTRA, Antônio Octávio; HADDAD, Paulo Roberto (orgs.). **Dilemas do planejamento urbano e regional no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. (13-46)

_____. “Capítulo III. Planejando as cidades: política ou não política”. In: CINTRA, Antônio Octávio; HADDAD, Paulo Roberto (orgs.). **Dilemas do planejamento urbano e regional no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. (168-253)

CONSELHO ESTADUAL DO DESENVOLVIMENTO. **PLAMBEL**. Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Relatório de atividades 1971-1974. Belo Horizonte: CED, set. 1974.

CONVÊNIO BDMG/CED/ILPES. “Minas Gerais e o desenvolvimento nacional”. **Revista da Fundação João Pinheiro**, nº. 1, v.1, Belo Horizonte, jan.-mar. 1971, p. 4-6.

COSTA, Everaldo Batista da. **Totalidade urbana e totalidade mundo**. As cidades barrocas face à *patrimonialização global*. 2011. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

D’ARAÚJO, Maria Celina; FARIAS, Ignez Cordeiro de; HIPOLITO, Lucia. **IPEA – 40 anos: uma trajetória voltada para o desenvolvimento**. Depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2005.

DAYRELL, Gilson Assis. “O Plano Metropolitano de Belo Horizonte”. **Revista da Fundação João Pinheiro**, nº. 1, v. 2, Belo Horizonte, abr.-dez. 1971, p. 16-21.

FALCÃO, Joaquim Arruda. Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. In: MICELI, Sérgio. **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difusão Editorial S.A., 1984. (p. 21-39)

FELDMAN, Sarah. Os anos 30 e a difusão do urbanismo americano no Brasil. In: **Anais do VI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Natal, 2000. CD-ROM.

_____. O arranjo SERFHAU: assistência técnica aos municípios/órgãos de planejamento/empresas de engenharia consultiva. **Anais do XI Encontro Nacional da ANPUR**. Salvador, 2005a.

_____. **Planejamento e zoneamento**. São Paulo: 1947-1972. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2005b.

_____. O Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU): avanços, limites e ambiguidades (1964-1975). **Anais** do I Encontro Nacional da ANPARQ. Rio de Janeiro, 2010.

FERNANDES, Cândido Luiz de Lima; MEDEIROS, Cesar Manoel de. “1. O elemento regional no processo nacional de desenvolvimento”. In: CINTRA, Antônio Octávio; HADDAD, Paulo Roberto (orgs.). **Dilemas do planejamento urbano e regional no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. (51-74)

FILHO, Geraldo Browne Ribeiro; SILVA, Paloma Fabíola Rodrigues; DORNELLAS, Wagner de A. Modernização e controle político-administrativo dos municípios mineiros no primeiro governo Vargas: a “intervenção saneadora” do Departamento da Administração Municipal. **Anais** do XIV Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro, 2011. Disponível *online*:

<<http://unuhostedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/issue/view/100/showToc>> Acesso em 22/12/2014.

FILHO, João Bosco Moura Tonucci. **Dois momentos do planejamento metropolitano em Belo Horizonte**: um estudo das experiências do PLAMBEL e do PDDI-RMBH. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. **Revista do Patrimônio**, n.º 24. IPHAN: Rio de Janeiro, 1996. (p. 153-163)

_____. **O patrimônio em processo** – trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ / IPHAN, 1997.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. CENTRO DE DESENVOLVIMENTO URBANO. **Projeto Ouro Preto-Mariana**. Proposta técnica e financeira. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1973.

_____. **Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana** - relatório síntese. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Desenvolvimento Urbano; 1975. Disponível *online*: <<http://www.bibliotecavirtual.mg.gov.br/consulta/consultaDetalheDocumento.php?iCodDocumento=48824>>. Acessado em 31/01/2011

_____. **Inventário, levantamento e vistoria de bens culturais (edificações)**; metodologias. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, s.d

_____. **Série MG 1975/79**. Estudos básicos para o plano de governo. Livro 4. Política cultural. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1975.

_____. **A cidade face ao desenvolvimento**. Ensaios. v.1, v.2, v.3. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1978.

_____. **Fundação João Pinheiro**; notícia histórica, áreas de atuação e trabalhos realizados. Belo Horizonte: CDU/FJP, 1979.

GIOVANNONI, Gustavo. Velhas cidades e nova construção urbana. Trad. Renata Campello Cabral e Carlos Roberto M. de Andrade. In: KÜHL, Beatriz Mugayar (org.). **Gustavo Giovannoni**. Textos escolhidos. Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2013. p. 91-135.

GOMES, Tatiana da Silva. **A valorização do antigo pelo novo: o panorama da inserção de arquitetura contemporânea nos conjuntos históricos tombados de Mariana e Ouro Preto**. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Livro dos bens culturais inscritos nos Livros de Tombo (1938-2012)**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2013.

LAFER, Betty Mindlin (org.). **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LAFER, Celso. “O planejamento no Brasil – observações sobre o Plano de Metas (1956-1961)”. In: LAFER, Betty Mindlin (org.). **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1975. (p. 29-50)

LAMOUNIER, Teodoro Alves. O planejamento de cidades em face da urbanização acelerada. **Revista da Fundação João Pinheiro**, n.º 2, v. 2, Belo Horizonte, abr.-jun. de 1972, p. 74-79.

LEAL, Claudia Feierabend Baeta (org.). **As missões da UNESCO no Brasil**: Michel Parent. Rio de Janeiro: IPHAN, 2008. (p. 42-46; 158-164)

_____. Recortes de história social das missões da UNESCO no Brasil, 1964-1979. **Nos arquivos do IPHAN**, dez. 2003. (p. 1-4).

LOEB, Roberto. “Aspectos do planejamento territorial urbano no Brasil”. In: LAFER, Betty Mindlin (org.). **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1975. (p. 139-160)

MACEDO, Roberto B. M. “Plano trienal de desenvolvimento econômico e social (1963-1965)”. In: LAFER, Betty Mindlin (org.). **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1975. (p. 51-68)

MACHADO, Jurema de Sousa. “Preservação: a ética das intervenções”. In: Seminário Preservação: a ética das intervenções, 1996, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: IEPHA, 1997. p. 13-29

MARTONE, Celso L. “Análise do plano de ação econômica do governo (PAEG) (1964-1966)”. In: LAFER, Betty Mindlin (org.). **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1975. (69-90).

MELO, Marcus André B. C. de. Municipalismo, *Nation-Building* e a Modernização do Estado no Brasil. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n.º 23, ano 8, outubro de 1993, p. 85-100.

MENDES, Ana Gláucia. “2. A experiência de planejamento econômico no Brasil”. In: CINTRA, Antônio Octávio; HADDAD, Paulo Roberto (orgs.). **Dilemas do planejamento urbano e regional no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. (75-142)

MENICONI, Rodrigo Otávio de Marco. **A construção de uma cidade-monumento: o caso de Ouro Preto**. 1999. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

MICELI, Sérgio. SPHAN: refrigério da cultura oficial. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.º 22, 1987. (p.44-47). Disponível *online*: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do;jsessionid=5BECD224239DD5416AEFAA765DDD29D6?id=13226&sigla=Institucional&retorno=paginaInstitucional>>. Acessado em 20/03/2013

_____. O processo de construção institucional na área cultural federal (anos 70). In: MICELI, Sérgio (org). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: DIFEL, 1984. (p. 53-83)

MINAS GERAIS. **Lei n.º 1.525**, dezembro de 1956. Cria, na Secretaria do Interior, a Comissão Coordenadora de Ajuda Técnica aos municípios e dá outras providências. Disponível *online*: http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=1525&comp=&ano=1956&aba=js_textoOriginal#texto> Acesso 27/12/2014.

_____. **Decreto n.º 5.886**, setembro de 1960. Cria a Comissão Articuladora de Estudos Regionais. Disponível *online*: <http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=5886&comp=&ano=1960&aba=js_textoOriginal#texto> Acesso em 27/12/2014.

_____. **Lei n.º 5.399**, dezembro de 1969. Autoriza a instituição de Fundação destinada à pesquisa aplicada nos campos da economia, da administração e da tecnologia básica social. Disponível *online*: <http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=5399&comp=&ano=1969&aba=js_textoOriginal#texto> Acesso em 27/12/2014.

_____. **Lei n.º 5775**, setembro de 1971. Autoriza o Poder Executivo a Instituir, sob forma de Fundação, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA/MG) e dá outras providências. Belo Horizonte, MG, 30 de setembro de 1971. Disponível *online*: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/index.html>>. Acesso em 30/09/2013.

_____. **Decreto n.º 15.254**, fevereiro de 1973. Institui, no Conselho Estadual de Desenvolvimento, a Superintendência de Articulação com os Municípios – SUPAM. Disponível *online*: <http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=15254&comp=&ano=1973&aba=js_textoOriginal#texto> Acesso em 27/12/2014

_____. **Lei n.º 6.303**, abril de 1974. Dispõe sobre a Região Metropolitana e dá outras providências. Disponível *online*: <http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=6303&comp=&ano=1974&aba=js_textoOriginal#texto> Acesso em 27/12/2014

_____. **Decreto n.º 18.406**, março de 1977. Dispõe sobre o Sistema Estadual de Planejamento, reorganiza a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral e dá outras providências. Disponível *online*:

<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=18406&comp=&ano=1977&aba=js_textoOriginal#texto> Acesso em 27/12/2014.

NATAL, Caion Meneguello. **Ouro preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933**. 2007. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2007.

O Ouro Preto. Ano IV, n.º 71, Ouro Preto, 25 de dezembro de 1974.

O Ouro Preto. Ano IV, n.º 73, Ouro Preto, 26 de fevereiro de 1975.

O Ouro Preto. Ano IV, n.º 74, Ouro Preto, 15 de março de 1975

O Ouro Preto. Ano IV, n.º 77, Ouro Preto, 21 de abril de 1975.

O Ouro Preto. Ano V, n.º 88, Ouro Preto, 30 de outubro de 1975.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Capítulo 7. Patrimônio como política cultural. In: _____. **Cultura é patrimônio: um guia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008

ORTIZ, Renato. “Da cultura desalienada à cultura popular: o CPC da UNE”. In: _____. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. (p.68-78)

_____. “Estado autoritário e cultura”. In: ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. (p.79-126)

OURO PRETO. Decreto n.º 18, de outubro de 1971. Adota, em suas linhas gerais, o Plano Diretor do Município. In: II Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil, 1971, Salvador. **Anais...** Rio de Janeiro: IPHAN, 1973. p. 185-187

_____. **Lei nº. 71**, de 28 de novembro de 1972. Dispõe sobre o DPHAM/OP. Disponível *online*:

<http://www.cmop.mg.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=51>. Acesso em 14/07/2013.

_____. **Lei nº. 01**, de 07 de fevereiro de 1973. Dispõe sobre a criação e a organização da Secretaria Municipal de Turismo e Recreação da Prefeitura de Ouro Preto. Disponível *online*: <http://www.cmop.mg.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=51>. Acesso em 14/07/2013.

PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. **Neocolonial, modernismo e preservação do patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2011.

QUEIROZ, Marco Aurélio Nunes Ferreira de. Ouro Preto e Mariana. In: ARANTES, Antônio Augusto (org.) **Produzindo o passado**. Estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 193-218.

RAMOS, Tânia Beisl; MATOS, Madalena Cunha. “Campos opostos: trabalhos e viagens de Viana Lima ao Brasil”. In: **2º Seminário DCOMOMO N-NE**. Salvador: Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, 2008. Disponível *online*:

<http://www.docomobahia.org/AF_Tania%20Beisl%20e%20Madalena%20Cunha.pdf>. Acessado em 17/10/2010.

SAFAR, Áulus. “Trabalho da FJP chega a territórios”. **Revista da Fundação João Pinheiro**, nº. 3, v. 4, Belo Horizonte, out.-dez. 1973, p. 38-42.

SALGADO, Marina. **Ouro Preto: paisagem em transformação**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável). Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

SANT’ANNA, Márcia. Cap. 6. As cidades históricas e o desenvolvimento regional (1967-1979). In: _____. **Da cidade-monumento à cidade-documento** – a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990). Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 1995. (p. 151-187)

SILVA, Fernando Fernandes da. **As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade**. São Paulo: Edusp, 2003.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Trad. Mario Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SORGINE, Juliana. **Salvemos Ouro Preto: a campanha em benefício de Ouro Preto, 1949-1950**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2008. p. 338

TEIXEIRA, Ricardo dos Santos; MORAES, Fernanda Borges de. O plano Viana de Lima para Ouro Preto: a circulação das ideias na construção da cidade patrimônio. In: XII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 15 a 18 de outubro, 2012, Porto Alegre. **Anais...Porto Alegre**, 2012. (p. 1-11).

TELLES, Augusto C. da Silva. Proposição. Proteção do patrimônio natural e de valor cultural, frente ao desenvolvimento urbano e às obras públicas e privadas. In: II Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil, 1971, Salvador. **Anais...** Rio de Janeiro: IPHAN, 1973. (p. 166-168).

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Sistema Integrado de Bibliotecas da USP. **Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP**: documento eletrônico e impresso Parte I (ABNT). 2ª ed. São Paulo: Sistema Integrado de Bibliotecas da USP, 2009. Disponível *online*:

<http://www.teses.usp.br/index.php?option=com_content&view=article&id=52&Itemid=67&lang=pt-br>. Acesso em 10/01/2015.

ANEXO A – Tabela com os trabalhos realizados pelo Centro de Desenvolvimento Urbano (CDU), na década de 1970, por área de atuação.

Área de atuação do CDU-FJP	Trabalho realizado
<i>Centros Sociais Urbanos (CSU)</i>	<ul style="list-style-type: none"> . Centro social urbano: programação global. Belo Horizonte: FJP/CDU, s.d. . Centro social urbano: projetos/76. 2 v. Belo Horizonte: FJP/CDU, s.d. . Programa estadual de centros sociais urbanos. Belo Horizonte: FJP/CDU, s.d. . Programa estadual de centros sociais urbanos; manual de instruções. Belo Horizonte: FJP/CDU, s.d. . Centro social urbano: programação anual/76. Belo Horizonte: FJP/CDU, s.d. . Centro social urbano: Itajubá; projetos/77. Belo Horizonte: FJP/CDU, s.d. . Centro social urbano: programação anual/77. Belo Horizonte: FJP/CDU, s.d. . Centro social urbano: programação anual/78. Belo Horizonte: FJP/CDU, s.d.
<i>Cidades Médias</i>	<ul style="list-style-type: none"> . Programa de cidades médias e núcleos afetados por grandes projetos. 1ª redação. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1976. . Programa estadual de cidades médias. Documento 1. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1976. . Programa estadual de cidades médias. Documento 2. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1977. . Projeto habitação popular e industrialização em cidades médias. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1978.
<i>Desenvolvimento regional: Agglomerado Urbano do Vale do Aço</i>	<ul style="list-style-type: none"> . Vale do Aço; programa de aplicações em desenvolvimento urbano. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1974. . Diretrizes para o desenvolvimento micro-regional do Vale do Aço. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1974. . Cel. Fabriciano-MG; programa de aplicações em desenvolvimento urbano. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1974. . Ipatinga; programa de aplicações em desenvolvimento urbano. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1974. . Timóteo-MG; programa de aplicações em desenvolvimento urbano. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1974. . Subsídios para o estudo de um sistema de abastecimento no AUVA. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1977. . PDI – Vale do Aço; diretrizes básicas para

<i>Desenvolvimento regional: Aglomerado Urbano do Vale do Aço</i>	<p>estruturação do Aglomerado Urbano do Vale do Aço. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1977.</p> <p>. Plano de desenvolvimento integrado do Aglomerado Urbano do Vale do Aço. [aspectos gerais] ¹⁰². 17 v. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1978.</p> <p>. Plano de desenvolvimento integrado do Aglomerado Urbano do Vale do Aço. [aspectos institucionais e administrativos] ¹⁰³. 36 v. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1978.</p>
<i>Desenvolvimento regional: Microrregião da Baixa Mogiana</i>	<p>. [Programa de desenvolvimento da] ¹⁰⁴ Micro-Região da Baixa Mogiana. 2 v. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1977.</p>
<i>Desenvolvimento regional: Microrregião dos Campos das Vertentes</i>	<p>. [Programa de desenvolvimento da] ¹⁰⁵ Micro-Região dos Campos das Vertentes. 2 v. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1977.</p> <p>. Microrregião dos Campos das Vertentes: acervo histórico e artístico. I. São João Del-Rei. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1977.</p> <p>. Microrregião dos Campos das Vertentes: acervo histórico e artístico, turismo e artesanato. II. Tiradentes. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1977.</p> <p>. Microrregião dos Campos das Vertentes: acervo histórico e artístico, turismo e artesanato. III. Prados. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1977.</p> <p>. Microrregião dos Campos das Vertentes: acervo histórico e artístico, turismo e artesanato. IV. Andrelândia e outros municípios. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1977.</p> <p>. Tiradentes; proposições paisagísticas. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1978.</p>
<i>Desenvolvimento regional: Sul de Minas: Itajubá</i>	<p>. Itajubá; programa de aplicações em desenvolvimento urbano. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1974.</p>
<i>Desenvolvimento regional: Sul de Minas: Poços de Caldas</i>	<p>. Poços de Caldas; programa de aplicações em desenvolvimento urbano. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1974.</p>
<i>Desenvolvimento regional: Sul de Minas: Pouso Alegre</i>	<p>. Programa de desenvolvimento urbano: Pouso Alegre; relatório. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1974.</p>

¹⁰² Grifos do autor.

¹⁰³ Grifos do autor.

¹⁰⁴ Grifos do autor.

¹⁰⁵ Grifos do autor.

<i>Desenvolvimento regional: Sul de Minas: Três Corações</i>	. Programa de desenvolvimento urbano: Três Corações; relatório. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1974.
<i>Desenvolvimento regional: Sul de Minas: Varginha</i>	. Prefeitura municipal de Varginha: cadastro técnico municipal; manual de serviço. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1974. . Varginha – MG; programa de aplicações em desenvolvimento urbano. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1974.
<i>Desenvolvimento regional: Territórios Federais: Território Federal de Rondônia</i>	. Plano de desenvolvimento urbano: Vila Rondônia, RO. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1974.
<i>Desenvolvimento regional: Territórios Federais: Território Federal de Roraima</i>	. Boa Vista; plano de desenvolvimento urbano. 6 v. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1973. . Boa Vista/RR; cadastro técnico municipal. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1974. . Plano de desenvolvimento urbano de Caracará, RR. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1974.
<i>Desenvolvimento regional: Territórios Federais: Território Federal do Amapá</i>	. Calçoense – AP; relatório preliminar de desenvolvimento integrado. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1973. . Mazagão – AP; relatório preliminar de desenvolvimento integrado. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1973. . Macapá – Santana, AP: plano de desenvolvimento urbano; relatório intermediário: proposição de alternativas. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1973. . Macapá; plano de desenvolvimento urbano. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1974. . Plano de desenvolvimento urbano; Porto Grande. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1975.
<i>Desenvolvimento regional: Vale do Itapecerica</i>	. Vale do Itapecerica. 2 v. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1974.
<i>Desenvolvimento regional: Vale do Paraibuna</i>	. [Programa de desenvolvimento da] ¹⁰⁶ Micro-região do Vale do Paraibuna. 3 v. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1976.

¹⁰⁶ Grifos do autor.

<i>Desenvolvimento Urbano</i>		. Programa de desenvolvimento urbano. 3 v. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1973. . Série MG 1975/79. Estudos básicos para o Plano de Governo. v. 3. Política de desenvolvimento urbano. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1975.
<i>Desenvolvimento Urbano: Araxá</i>		. Diretrizes para o desenvolvimento urbano de Araxá. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1978.
<i>Desenvolvimento Governador Valadares</i>	<i>Urbano:</i>	. Gov. Valadares – MG; programa de aplicações em desenvolvimento urbano. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1974.
<i>Desenvolvimento Urbano: Itabira</i>		. Plano de desenvolvimento urbano de Itabira; plano de ação imediata. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1976. . Plano de desenvolvimento urbano de Itabira; [aspectos gerais] ¹⁰⁷ . 13 v. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1977. . Plano de desenvolvimento urbano de Itabira; plano de implantação [aspectos institucionais e administrativos] ¹⁰⁸ . Belo Horizonte: FJP/CDU, 1978. . Plano de desenvolvimento urbano de Itabira; plano de implantação [obras] ¹⁰⁹ . Belo Horizonte: FJP/CDU, 1978.
<i>Desenvolvimento Urbano: Juiz de Fora</i>		. Juiz de Fora: organização urbanizadora; estudo de viabilidade. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1974. . Juiz de Fora – MG; programa de aplicações em desenvolvimento urbano. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1974.
<i>Desenvolvimento Urbano: Montes Claros</i>		. Montes Claros – MG; programas de aplicações em desenvolvimento urbano. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1974.
<i>Desenvolvimento Urbano: Ouro Branco</i>		. Açominas; termos de referência para ocupação do solo. Belo Horizonte: FJP/CDU, s.d. . Plano de desenvolvimento urbano: Ouro Branco. 3 v. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1978.
<i>Desenvolvimento Urbano: Tapira</i>		. Diretrizes para o desenvolvimento urbano de Tapira. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1978.
<i>Desenvolvimento Urbano:</i>	<i>Urbano:</i>	. Uberlândia – MG; programa de aplicações em desenvolvimento urbano. Belo Horizonte: FJP/CDU,

¹⁰⁷ Grifos do autor.¹⁰⁸ Grifos do autor.¹⁰⁹ Grifos do autor.

<i>Uberlândia</i>	1974.
<i>Glossário</i>	. Glossário de arquitetura e ornamentação. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1978.
<i>Preservação e valorização de bens culturais</i>	. Bens culturais: relatório. Belo Horizonte: FJP/CDU, s.d.; . Inventário, levantamento e vistoria de bens culturais (edificações); metodologias. Belo Horizonte: FJP/CDU, s.d.; . Programa estadual de restauração e preservação para o período de 1977-1979. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1977.
<i>Preservação e valorização de bens culturais: Monumentos históricos e artísticos de Minas Gerais</i>	. Atlas dos monumentos históricos e artísticos de Minas Gerais; Circuito do Diamante. 2 v. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1978.
<i>Preservação e valorização de bens culturais: Cassino de Lambari</i>	. Cassino de Lambari. Belo Horizonte: FJP/CDU, s.d.
<i>Preservação e valorização de bens culturais: Circuito do Ouro e Alto Jequitinhonha</i>	. Bens culturais: Circuito do Ouro e Alto Jequitinhonha. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1975.
<i>Preservação e valorização de bens culturais: Financiamento a cidades históricas</i>	. Plano de financiamento a cidades históricas. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1978.
<i>Preservação e valorização de bens culturais: Turismo</i>	. MG – projetos de interesse turístico. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1976.
<i>Setor público</i>	. Bases para um programa de capacitação de recursos humanos e assistência técnico-administrativa a nível municipal. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1977.

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Trabalhos realizados. In:_____. **Fundação João Pinheiro**; notícia histórica, áreas de atuação e trabalhos realizados. Belo Horizonte: CDU/FJP, 1979.

ANEXO B – Tabela com a documentação do Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana.

Setor responsável	Documentos
<i>Proposições, diagnóstico e relatório síntese</i>	<p>. Ouro Preto – Mariana: conservação, valorização e desenvolvimento; proposições. Belo Horizonte: FJP/ Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano, 1972. 269 p;</p> <p>. Projeto Ouro Preto – Mariana; diagnóstico. 5v. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1974;</p> <p>. Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana; relatório síntese. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1975. 69 p.</p>
<i>Aspectos físicos e territoriais: paisagem: Unidades de Proposição</i>	<p>. Paisagismo: unidade de proposição nº. 1 – Ouro Preto;</p> <p>. Paisagismo: unidade de proposição nº. 2 – Ouro Preto;</p> <p>. Paisagismo: unidade de proposição nº. 3 – Ouro Preto;</p> <p>. Paisagismo: unidade de proposição nº. 4 – Ouro Preto;</p> <p>. Paisagismo: unidade de proposição nº. 5 – Ouro Preto;</p> <p>. Paisagismo: unidade de proposição nº. 6 – Ouro Preto;</p> <p>. Paisagismo: unidade de proposição nº. 7 – Ouro Preto;</p> <p>. Paisagismo: unidade de proposição nº. 8 – Ouro Preto;</p> <p>. Paisagismo: unidade de proposição nº. 9 – Ouro Preto;</p> <p>. Paisagismo: unidade de proposição nº. 10 – Ouro Preto;</p> <p>. Paisagismo: unidade de proposição nº. 11 – Ouro Preto;</p> <p>. Paisagismo: unidade de proposição nº. 12 – Ouro Preto;</p> <p>. Paisagismo: unidade de proposição nº. 13 – Ouro Preto;</p> <p>. Paisagismo: unidade de proposição nº. 14 – Ouro Preto;</p> <p>. Paisagismo: unidade de proposição nº. 15 – Ouro Preto;</p> <p>. Paisagismo: unidade de proposição nº. 16 – Ouro Preto;</p> <p>. Paisagismo: unidade de proposição nº. 17 – Ouro Preto;</p> <p>. Paisagismo: unidade de proposição nº. 18 e 23 – Ouro Preto;</p> <p>. Paisagismo: unidade de proposição nº. 19 – Ouro Preto;</p> <p>. Paisagismo: unidade de proposição nº. 20 – Ouro Preto;</p> <p>. Paisagismo: unidade de proposição nº. 21 – Ouro Preto;</p> <p>. Paisagismo: unidade de proposição nº. 22 – Ouro Preto;</p> <p>. Paisagismo: unidade de proposição nº. 1 – Mariana;</p> <p>. Paisagismo: unidade de proposição nº. 2 – Mariana;</p> <p>. Paisagismo: unidade de proposição nº. 3 – Mariana;</p> <p>. Paisagismo: unidade de proposição nº. 4 – Mariana</p>

*Aspectos físicos e
territoriais: restauração:
Dossiês de Restauração¹¹⁰*

-
- . Restauração: Ouro Preto, Arquitetura Civil. Dossiês OP/16, OP/242, OP/126, OP/119, OP/12, OP/55, OP/94, OP/5, OP/6, OP/234;
 - . Restauração: Ouro Preto, República Quintandinha; Rua Teixeira Amaral, 102. Dossiê OP/20;
 - . Restauração: Ouro Preto, Capela de Bom Jesus das Flores; Taquaral. Dossiê OP/44;
 - . Restauração: Ouro Preto, Igreja de N. Sra. Do Carmo; Conjunto, Rua Brigadeiro Musqueira. Dossiê OP/46;
 - . Restauração: Ouro Preto, Igreja de São Francisco de Assis; Conjunto. Dossiê OP/47;
 - . Restauração: Ouro Preto, Passo da Ponte Seca ou da Verônica; Rua Antônio de Albuquerque. Dossiê OP/48;
 - . Restauração: Ouro Preto, Passo do Coração de Espinhos; Rua São José. Dossiê OP/49;
 - . Restauração: Ouro Preto, Casa dos Herdeiros Rocha Lagoa; Rua Teixeira Amaral, 50. Dossiê OP/51;
 - . Restauração: Ouro Preto, Casa de Henrique Lopes; Antônio Dias. Dossiê OP/86;
 - . Restauração: Ouro Preto, Palácio Velho – Ruínas e casa; Antônio Dias. Dossiê OP/89;
 - . Restauração: Ouro Preto, Hospício da Terra Santa; Rua Henrique Adeodato, 139. Dossiê OP/91;
 - . Restauração: Ouro Preto, Igreja de N. Sra. das Mercês e Misericórdia. Dossiê OP/92;
 - . Restauração: Ouro Preto, Sobradinho com balcão; Rua Antônio de Albuquerque, 134. Dossiê OP/107;
 - . Restauração: Ouro Preto, Conjunto Alpoim; Praça Tiradentes, 52-54. Dossiê OP/109;
 - . Restauração: Ouro Preto, Capelas de Antônio Dias. Dossiês OP/110 – N. Sra. das Necessidades; OP/192 – Santa Cruz (Padre Faria); OP/304 – N. Sra. da Cruz (Queimada); OP/301 – Oratórios;
 - . Restauração: Ouro Preto, Capela de N. Sra. da Piedade; Morro da Piedade. Dossiê OP/111;
 - . Restauração: Ouro Preto, Matriz de N. Sra. do Pilar; Praça Monsenhor Castilho Barbosa. Dossiê OP/113;
 - . Restauração: Ouro Preto, Igreja de N. Sra. das Mercês e Perdões. Dossiê OP/114;
 - . Restauração: Ouro Preto, Capela do Nosso Senhor do Bonfim; Rua Antônio de Albuquerque. Dossiê OP/135;
 - . Restauração: Ouro Preto, Capela de Sant'Ana; Morro de Sant'Ana. Dossiê OP/136;
 - . RESTAURAÇÃO: OURO PRETO, Capela de São Sebastião; Morro de São Sebastião. Dossiê OP/137;
 - . Restauração: Ouro Preto, Capelas do Pilar. Dossiês OP/138 – Bom Jesus da Pedra Fria; OP/302 – N. Sra. da Piedade (Morro
-

¹¹⁰ Como no texto da dissertação, utilizamos a grafia Dossiê. Na documentação do Plano foi utilizada a palavra Dossier.

*Aspectos físicos e
territoriais: restauração:
Dossiês de Restauração*

do Cruzeiro); OP/88 – Cruz das Almas;
 . Restauração: Ouro Preto, Matriz de N. Sra. da Conceição de Antônio Dias. Dossiê OP/141;
 . Restauração: Ouro Preto, Igreja de São Francisco de Paula. Dossiê OP/145;
 . Restauração: Ouro Preto, Igreja de Santa Efigênia. Dossiê OP/147;
 . Restauração: Ouro Preto, Capela de N. Sra. das Dores; Antônio Dias. Dossiê OOP/148;
 . Restauração: Ouro Preto, Capela de N. Sra. do Rosário; Padre Faria. Dossiê OP/149;
 . Restauração: Ouro Preto, República Maracangalha; Rua Cláudio Manoel, 129. Dossiê OP/150;
 . Restauração: Ouro Preto, Clube XV de Novembro; Rua Santa Efigênia, 26. Dossiê OP/151;
 . Restauração: Ouro Preto, Igreja de Bom Jesus de Matosinhos. Dossiê OP/163;
 . Restauração: Ouro Preto, Igreja de N. Sra. do Rosário; Largo do Rosário. Dossiê OP/164;
 . Restauração: Ouro Preto, Igreja de São José. Dossiê OP/165;
 . Restauração: Ouro Preto; Passo da Cana Verde e Casas, Rua Getúlio Vargas, 91-99. Dossiê OP/166;
 . Restauração: Ouro Preto, Passo do Pretório (Antônio Dias); Rua Bernardo de Vasconcelos. Dossiê OP/167;
 . Restauração: Ouro Preto, Casa de Bernardo Guimarães (Asilo); Rua Alvarenga Peixoto, 794. Dossiê OP/168;
 . Restauração: Ouro Preto, Residência Sr. Jadir Pascoal Cota; Rua Alvarenga Peixoto, 58. Dossiê OP/169;
 . Restauração: Ouro Preto, Casa de Cláudio Manoel; Rua Carlos Tomaz, 6. Dossiê OP/170;
 . Restauração: Ouro Preto, Sobrado das Lages; Rua Conselheiro Quintiliano, 627. Dossiê OP/171;
 . Restauração: Ouro Preto, Residência Constantino da Costa; Largo Frei Vicente Botelho, 85. Dossiê OP/172;
 . Restauração: Ouro Preto, Residência Oromar Seabra Eires; Rua Alvarenga Peixoto, 12. Dossiê OP/197;
 . Restauração: Ouro Preto, Palácio dos Governadores; Praça Tiradentes. Dossiê OP/202;
 . Restauração: Ouro Preto, Passo da Cruz às Costas; Praça Tiradentes. Dossiê OP/223;
 . Restauração: Ouro Preto, Chafariz de Marília; Largo do Dirceu. Dossiê OP/238;
 . Restauração: Ouro Preto, Conjunto Alpoim; Praça Tiradentes, 44, 60, 64, 70. Dossiê OP/240;
 . Restauração: Ouro Preto, Chafariz da Rua da Glória; Rua Antônio de Albuquerque. Dossiê OP/283;
 . Restauração: Ouro Preto, Chafariz dos Contos; Praça Reinaldo Alves de Brito. Dossiê OP/284;
 . Restauração: Ouro Preto, Chafariz do Passo; Rua Antônio Dias. Dossiê OP/285;

Aspectos físicos e territoriais: restauração: Dossiês de Restauração

-
- . Restauração: Ouro Preto, Chafariz da Praça Tiradentes. Dossiê OP/286;
 - . Restauração: Ouro Preto, Chafariz do Alto da Cruz. Dossiê OP/287;
 - . Restauração: Ouro Preto, Chafariz dos Cavalos; Rua Lagoa Rocha. Dossiê OP/288;
 - . Restauração: Ouro Preto, Chafariz do Alto das Cabeças; Rua Alvarenga Peixoto. Dossiê OP/289;
 - . Restauração: Ouro Preto, Chafariz do Rosário; Largo do Rosário. Dossiê OP/290;
 - . Restauração: Ouro Preto, Chafariz nº. 1 da subida das Cabeças; Rua Alvarenga Peixoto. Dossiê OP/291;
 - . Restauração: Ouro Preto, Chafariz nº. 2 da subida das Cabeças; Rua Alvarenga Peixoto. DO OP/292;
 - . Restauração: Ouro Preto, Chafariz em Coluna; Rua Alvarenga Peixoto. Dossiê OP/293;
 - . Restauração: Ouro Preto, Chafariz da Rua Barão do Ouro Branco. DO OP/294;
 - . Restauração: Ouro Preto, Chafariz do Pilar; Praça Américo Lopes. DO OP/295;
 - . Restauração: Ouro Preto, Chafariz da Rua das Lajes; Rua Conselheiro Quintiliano. DO OP/296;
 - . Restauração: Ouro Preto, Chafariz das Águas Férreas; Caminho das Lajes. DO OP/297;
 - . RESTAURAÇÃO: OURO PRETO, Chafariz do Jardim Botânico; Cabeças. Dossiê OP/298;
 - . Restauração: Ouro Preto, Chafariz do Largo Frei Vicente Botelho. Dossiê OP/299;
 - . Restauração: Ouro Preto, Minas de Ouro – Fins Turísticos; Elementos para projetos. Dossiê OP/300;
 - . Restauração: Mariana, Casa dita de Cláudio Manoel; Rua Frei Durão, 170. Dossiê M/1;
 - . Restauração: Mariana, Casa de São Francisco; Travessa de São Francisco, 26. DO M/4;
 - . Restauração: Mariana, Igreja de N. Sra. das Mercês; Rua das Mercês. DO M/5;
 - . Restauração: Mariana, Arquitetura Civil. Dossiês M/7, M/31, M/66, M/6, M13, M/26, M/45, M/62;
 - . Restauração: Mariana, Igreja de São Pedro dos Clérigos. DO M/10;
 - . Restauração: Mariana, Palácio da Olaria; Rua Cônego Amando. Dossiê M/14;
 - . Restauração: Mariana, Capela do Colégio Providência; Rua Barão de Camargos, 76. DO M/17;
 - . Restauração: Mariana, Igreja de São Francisco de Assis; Praça João Pinheiro. DO M/20;
 - . Restauração: Mariana, Igreja de N. Sra. do Carmo; Praça João Pinheiro. DO M/21;
 - . Restauração: Mariana, Igreja de N. Sra. do Rosário; Rua Monsenhor Horta. DO M/22;
-

<i>Aspectos físicos e territoriais: restauração: Dossiês de Restauração</i>	<ul style="list-style-type: none"> . Restauração: Mariana, Capela de N. Sra. dos Anjos; Rua Dom Silvério. DO M/23; . Restauração: Mariana, Catedral de N. Sra. da Assunção; Praça Cláudio Manoel. DO M/24; . Restauração: Mariana, Academia Marianense de Letras; Rua Frei Durão, 84. DO M/35; . Restauração: Mariana, Passos. Dossiês M/36 – Ponte de Tábuas, M/44 – Ponte de Areia, M/58 – Rua Direita, M/11 – Rua Dom Silvério, M/60 – Capela de São José dos Alfitos; . Restauração: Mariana, Capela de Santo Antônio; Morro de Santo Antônio. DO M/48; . Restauração: Mariana, Seminário Menor; Rua do Seminário. DO M/49; . Restauração: Mariana, Capela de Sant'Ana; Rua de Sant'Ana. DO M/52; . Restauração: Mariana, Casa de Câmara e Cadeia; Praça João Pinheiro. DO M/57; . Restauração: Mariana, Casa de Gomes Freire; Praça Gomes Freire, 25. DO M/67; . Restauração: Mariana, Casa Capitular; Rua Frei Durão. DO M/77; . Restauração: Mariana, Casa do Barão do Pontal; Rua Direita, 50. DO M/78; . Restauração: Mariana, Chafarizes. Dossiês M/80 – São Pedro, M/81 – Praça Gomes Freire, M/82 – Rua Dom Silvério, M/83 – Tanque de Cavalos, M/84 – Rua Monsenhor Horta.
<i>Aspectos físicos e territoriais: legislação urbana</i>	<ul style="list-style-type: none"> . Consolidação das leis urbanas de Ouro Preto; . Consolidação das leis urbanas de Mariana.
<i>Aspectos sociais</i>	<ul style="list-style-type: none"> . Aspectos demográficos em Ouro Preto e Mariana; . O ensino de 1º e 2º graus em Ouro Preto e Mariana; . A saúde em Ouro Preto e Mariana; . Aspectos sociais da habitação em Ouro Preto e Mariana; . O lazer em Ouro Preto e Mariana; . Assistência e promoção social em Ouro Preto e Mariana.
<i>Aspectos econômicos</i>	<ul style="list-style-type: none"> . Estrutura econômica e estratégia de desenvolvimento para a região de Ouro Preto e Mariana.
<i>Aspectos infraestruturais</i>	<ul style="list-style-type: none"> . Relatório técnico preliminar de abastecimento de água de Ouro Preto; . Relatório técnico preliminar de abastecimento de água de Mariana; . Relatório técnico preliminar de esgotos sanitários e pluviais de Ouro Preto; . Relatório técnico preliminar de esgotos sanitários e pluviais

<i>Aspectos infraestruturais</i>	de Mariana; . Projeto de limpeza urbana de Ouro Preto e Mariana; . Energia elétrica e comunicações na região de Ouro Preto e Mariana.
<i>Aspectos institucionais e administrativos</i>	. Diagnóstico institucional-administrativo de Ouro Preto e Mariana; . Projeto de reorganização – PMOP; lei de organização – regimento interno; . Projeto de reorganização – PMOP; plano de classificação – estatuto dos funcionários; . Projeto de reorganização – PMOP: regulamento do código tributário; . Projeto de reorganização – PMOP: manual de orçamento; . Projeto de reorganização – PMOP: manual de contabilidade; . Projeto de reorganização – PMOP: manual de tesouraria; . Projeto de reorganização – PMOP: manual de material; . Projeto de reorganização – PMOP: manual de patrimônio; . Projeto de reorganização – PMOP: manual de arquivo; . Projeto de reorganização – PMOP: manual de protocolo; . Projeto de reorganização – PMOP: manual de pessoal; . Projeto de reorganização – PMM.

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Trabalhos realizados. In:_____. **Fundação João Pinheiro**; notícia histórica, áreas de atuação e trabalhos realizados. Belo Horizonte: CDU/FJP, 1979. p. 66-72.

ANEXO C – Tabela com as autoridades e a equipe técnica da elaboração do Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana.

Área de atuação no Plano	Membro da equipe técnica/Profissão/Função
<i>Autoridades¹¹¹</i>	Presidentes da República: Emílio Garrastazu Médici (1969-1974); Ernesto Beckmann Geisel (1974-1979).
	Ministros de Estado da Educação e Cultura: Jarbas Gonçalves Passarinho (1969-1974); Ney Amyntas de Barros Braga (1974-1978).
	Presidente do IPHAN: Renato de Azevedo Duarte Soeiro (1967-1978).
	Governadores do Estado de Minas Gerais: Rondon Pacheco (1971-1975); Antônio Aureliano Chaves de Mendonça (1975-1978).
	Presidentes da FJP: Luiz de Oliveira Castro (1971-1974); Clodoaldo da Cunha Bonfim (1974-1975)
	Presidente do IEPHA: José Joaquim Carneiro de Mendonça; José Geraldo de Faria.
	Prefeitos municipais de Ouro Preto: Benedito Gonçalves Xavier; Genival Alves Ramalho.
	Prefeito municipal de Mariana: João Ramos Filho (1973-1977).
<i>Supervisão</i>	Teodoro Alves Lamounier, sociólogo e técnico em administração pública.
<i>Coordenação Geral</i>	Rodrigo Ferreira Andrade, urbanista.
<i>Comissão Diretiva</i>	Representantes do IPHAN: Augusto Carlos da Silva Telles, arquiteto (Presidente da Comissão); Roberto Machado de Lacerda, arquiteto; Antônio Joaquim de Almeida.
	Representantes do IEPHA:

¹¹¹ Foram consideradas não apenas as autoridades que receberam o Plano em 1975, mas também aquelas que estiveram no cargo durante o período de realização do convênio e elaboração do Plano.

<i>Comissão Diretiva</i>	<p>Luciano Amédée Péret, arquiteto; Otávio Soares Dulci.</p> <p>Representante da Prefeitura municipal de Ouro Preto: Rômulo Soares Fonseca, professor.</p> <p>Representante da Prefeitura municipal de Mariana: Vicente Dilascio, cônego.</p>
<i>Aspectos físicos</i>	<p>Marco Aurélio Nunes Ferreira de Queiroz, arquiteto e urbanista (Coordenador do setor); Izaac Santos Cavalcante, arquiteto e urbanista; Reinaldo Guedes Machado, arquiteto; Galileu Reis, arquiteto; Solange Nascimento, advogada.</p> <p>Tânia Regina Fraga da Silva, estagiária; Eduardo Roberto Tragliaferri, estagiário; José Carlos de Azevedo Coutinho, estagiário; Maria Cristina Villefort Teixeira, estagiária; Dulcyrene Prado, estagiária; Sandra Regina Alves Loureiro, estagiária; Marília Dalva Magalhães Carneiro, estagiária; Marília Malard, estagiária; Emy Alvim, estagiária; Raquel Pereira Gomes, estagiária; Altivo Ribeiro Soares Filho, estagiário; Antônio Francisco, estagiário; Rubem Gomes Pereira, estagiário; Théa Maria de Paiva Vieira, estagiária; Yara Lessa, estagiária; Ricardo Samuel de Lana, estagiário; Stael de Alvarenga Pereira Costa, estagiária.</p>
<i>Aspectos infraestruturais</i>	<p>Marcos Nogueira da Gama, engenheiro (Coordenador do setor); Manoel Alves dos Santos Filho, engenheiro; Eustáquio Caldeira Brant, engenheiro sanitarista.</p> <p>Marilene Pereira Dutra, estagiária; Antônio Cury, estagiário; Antônio Sales Neto, estagiário; Vanir Márcio dos Reis, estagiário.</p>
<i>Aspectos sociais</i>	<p>Maria Carmem Gomes Ferreira, socióloga (Coordenadora do setor); Jack Siqueira, sociólogo; Angelina Maria Rezende Dias, socióloga; Flávio Saliba Cunha, sociólogo.</p>

<i>Aspectos sociais</i>	Matilde de Lourdes Correia, estagiária; Heloisa Maria Dias, estagiária; José Roberto de Alvarenga, estagiário.
<i>Aspectos econômicos</i>	Eduardo Fernandez Silva, economista (Coordenador do setor); Cássio Rogério Ramos, economista; Heloísa Reis França, economista. Moacyr Pimenta Brant Filho, estagiário; Márcia Grimaldi, estagiário.
<i>Aspectos administrativos</i>	Carlos Fabrício Xavier Negromonte, sociólogo e técnico em administração (Coordenador do setor); Josadac Figueira de Matos, técnico em administração; Pedro Lúcio Gomes Gil, técnico em administração; Francisco de Abreu Assis, estagiário; Carlos Alberto Ramos Pacheco, estagiário; Márcio Augusto Andrade, estagiário; Vínio Pinto Viegas, estagiário; Dante Godoy Ribeiro, estagiário; Antonio Balbino Santos Oliveira, estagiário.
<i>Consultoria de Suporte Histórico Documental</i>	Affonso Avila, escritor; Francisco Iglesias, historiador; Myriam Ribeiro Silva Tavares, historiadora; Hélio de Matos Gravata, bibliógrafo; Jair Afonso Inácio, restaurador. Maria Juscelina de Faria Barroso, estagiária; Maria José Valadares Basques, estagiária; Suely Maria Perucci, estagiária.
<i>Consultores independentes</i>	Alfredo Evangelista Viana de Lima, arquiteto; Luiz Cerqueira, arquiteto; Roberto Burle Marx, arquiteto; Haruyoshi Ono, arquiteto; Ivo Porto de Menezes, arquiteto; Vital Balabram, engenheiro sanitário; Osmar Alves Oliveira Júnior, engenheiro de minas; Maria Aparecida Zurlo, botânica; Túlio Toscano de Matos, técnico em administração; Jose Lourenço Viana Neto, economista.
	Francisco Carlos Ferreira da Silva, geógrafo; Alfredo Melhem Barui, engenheiro agrônomo; Américo S. Monteiro, engenheiro agrônomo; Roberto Luiz de Melo Monte-Mór, arquiteto e urbanista; Grécia Carlos do Amaral, arquiteta;

<i>Outros membros da equipe técnica</i>	Osório Calil Júnior, arquiteto; Paulo Nascimento Teixeira, arquiteto; André Luiz Modesto de Azevedo, engenheiro; Malori José Pompermayer, sociólogo; Décio Eduardo Valadares, sociólogo; Lincoln Bernardo Prates dos Santos, sociólogo; Keila Maria de Castro Murad, advogada; Marcelo Caetano de Melo, advogado; Júnia Maria Gutierrez, técnica em administração; Nehemias Galdino Araújo, técnico em administração; Maria Helena Magnavaca, economista; Waldemar Schneider, economista; José Silvério Batista, economista; Geraldo Magela Costa, engenheiro.
<i>Desenho</i>	Max Jensen, coordenação de estagiários e mapas; Walter Aparecido Florêncio.
<i>Estagiários da Escola de Minas e Metalurgia da UFOP</i>	Acauã Cobério Terena; Amaro das Flores Siqueira Neto; Antônio Eduardo Ferraz Mendes; Armando Moreira Guimarães; Armênio Antônio Barbosa Queiroz; Cláudio Maurício Teixeira da Silva; Eduardo Scalabrini Lignani; Elton Barbosa Flores; Eurico dos Santos Gonçalves; Fábio Neto; Fernando da Costa; Francisco Xavier Resende Rolla; Innocêncio Alves Costa Júnior; José Antônio Firmo Vieira; José Antônio de Freitas Mucci; Jose Carlos Bicalho; José de Freitas Filho; Marco Antônio Tourinho Furtado; Maria do Perpétuo Socorro Alfenas; Napoleão José Lira Costa; Pedro Antônio Peron; Renato Cesar Reveles Pereira; Renato Mota de Oliveira; Santelmo Xavier Filho; Sérgio Lúcio Fracalossi Bortolon; Washington Maluf Pinto; Ulisses de Araújo.

<i>Apoio administrativo</i>	Celeste Maria Rezende Cardoso; Alencar Santos Viana Filho; Doralisse de Oliveira; Márcia Pereira Mourão; Nadir C. de Freitas.
<i>Subcontratos</i>	Cartografia básica: PLANAG - Sociedade Civil de Aerofotogrametria e Geodésia. Projetos de estradas: PLANEX S/A – Consultoria de Planejamento e Execução.

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana** - relatório síntese. Belo Horizonte: FJP/CDU, 1975. Disponível *online*:
<<http://www.bibliotecavirtual.mg.gov.br/consulta/consultaDetalheDocumento.php?iCodDocumento=48824>>. Acessado em 31/01/2011.